Etapas da Conquista das Américas aos Índios

(notas e links)

Julio Cezar Melatti

Tabela inicial

O que segue é um mero capricho: esboçar uma história das relações entre índios e brancos nas Américas com os textos disponíveis gratuitamente na internet. Mas nem mesmo escreverei um texto, limitanto-me apenas a indicar o que já existe pronto. Obviamente esses textos não se entrosam bem, pois foram escritos com distintos objetivos. Valho-me apenas dos disponíveis em português, espanhol, francês ou inglês.

Para organizar esse material, dividi provisoriamente esse pouco mais de meio milênio de presença branca nas Américas em oito etapas ou períodos. Não deixa de ser instigante comparar o que acontecia num mesmo período em diferentes regiões americanas. Mas, dado o caráter aleatório desta incursão pela internet, não posso fazê-lo de modo sistemático.

Resolvi separar os períodos com datas. Mas nenhuma delas marca precisamente o início ou o final de um período. Constituem marcos bastante flexíveis, pois um mesmo período não tem seu início e seu término coincidentes em todas as regiões. Os períodos são enumerados na tabela a seguir. Não consigo imaginar títulos para cada um dos oito períodos. Eles serão caracterizados à medida que forem apresentados.

Períodos	
De 1492 a 1580	Exclusivismo ibérico
De 1580 a 1686	Exclusividade quebrada por franceses, holandeses e ingleses
De 1686 a 1750	Rotina colonial
De 1750 a 1822	Reformas coloniais e independências
De 1822 a 1870	Acomodação territorial e consolidação dos novos estados
De 1870 a 1910	Pressão das migrações internas e do exterior
De 1910 a 1970	Indigenismo assimilador
Após 1970	Ensaios de autonomia e autodeterminação indígena

Não elaboro propriamente um texto para cada período. Apresento quase que somente uma bibliografia. Prefiro textos curtos, como artigos, comunicações em congressos. Mas também considero livros e teses. Para facilitar o acesso a cada um deles, ponho o seu link em nota de rodapé. Basta clicar para trazê-lo à tela.

Sem dúvida há inumeráveis lacunas no que vem a seguir. Elas se devem a minha ignorância histórica ou à dificuldade de encontrar na internet um texto adequado ao tema que está sendo tratado.

De 1492 a 1580

Não é preciso dizer que 1492 é o ano do primeiro desembarque de Colombo nas Américas. A partir do final do século XV e durante o seguinte, as regiões em que a ação dos europeus se fez de modo mais intenso foram o Caribe (as Antilhas e também o litoral continental ao sul), a Mesoamérica, a região andina, o litoral que a bordeja, a costa oriental do Brasil e o Paraguai alcançado a partir do rio da Prata. Quanto a 1580 para sua data final, escolhi-a por ser o ano em que o rei de Espanha, Felipe II, assume o trono de Portugal, com consequências para o império maritmo lusitano, que passa a ser alvo das ações dos holandeses. É o tempo em que a escravização se sobrepõe às relações de escambo com os índios como consequência da expansão do cultivo da cana e da produção de açúcar, que se faz de preferência à extração do pau-brasil no litoral oriental brasileiro. Poucos anos antes o vice-rei Toledo, a que estava subordinada a região andina e a costa adjacente já dominada pelos espanhois, promulga leis que disciplinam a exploração do trabalho dos índios; termina a resistência dos últimos incas que se mantinham independentes; além de já ter cessado havia muito a guerra civil entre os próprios conquistadores espanhois. No que tange ao rio da Prata e ao Paraguai, também não sei ainda se 1580 faz sentido; mas é a data da segunda fundação de Buenos Aires. Para as demais regiões então conquistadas ainda não tenho como saber se 1580 marca alguma solução de continuidade.

Nessas cinco regiões, além da guerra de conquista e a exploração do trabalho, foram causa do declínio acentuado da população indígena as moléstias contagiosas trazidas pelos europeus, desconhecidas até então nas Américas.

Além disso, a repressão às religiões indígenas, acrescida do trabalho forçado, resultou do desencadeamento de movimentos religiosos em pelo menos três dessas regiões: a Santidade do Jaguaripe, na costa oriental do Brasil; o Taqui Onqoy, na região centro-andina; e vários deles dirigidos por diferentes xamãs, no Paraguai.

Antilhas

Alcançadas na primeira viagem de Colombo, sofreram o impacto inicial. Desde logo Colombo ouviu referências a canibais. Essa acusação foi aplicada indiscriminadamente a diferentes habitantes do arquipélago como desculpa para escravizá-los [1]. Já no relato de sua primeira viagem, Colombo não esconde seu afinco em localizar os sítios em que se poderia extrair ouro. A exploração desse metal tornou a vida dos nativos insuportável, submetidos que foram ao trabalho forçado, à violência, a todo tipo de abusos. O ouro, que suponho fosse apenas de aluvião, esgotou-se, a mineração foi

[1] Uma curiosidade: a estampa 95 (entre as pp. 564 e 565) do volume 4 do *Handbook of South American Indians*, organizado por Julian Steward (Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, Washington, 1948; reimpressão por Cooper Square, New York, 1963), reproduz uma dança de guerra caribe, segundo Picard, tomada do livro de Jesse Walter Fewkes *The Aborigines of Porto Rico and Neighboring Islands* (Bureau of American Ethnology Annual Report 25, pp. 1-220, [1903-4] 1907; há outra edição ou reimpressão por The University of Alabama Press, Tuscaloosa, 2009). Trata-se, entretanto, de uma cópia, com modificações, da conhecida gravura de Theodor De Bry, do século XVI, que representa uma dança dos tupinambás, aquela dirigida por caraíbas (agentes religiosos) visitantes, quando passavam poderes sobrenaturais a uma aldeia. Em outras palavras, caribes das Antilhas nada têm a ver com caraíbas tupinambás.

substituída pelo plantio de cana e produção de açúcar, baseada na escravidão dos indígenas e esbulho de suas terras. Além disso, índios antilhanos eram levados para o litoral norte da América do Sul, para trabalharem como mergulhadores na busca de pérolas. Tudo isso, acrescido ainda dos surtos de moléstias trazidas com os descobridores e colonos contra as quais os índios não tinham resistência, levou a um rápido decréscimo da sua população, que no início do século XVII já estava quase extinta. Mas ainda não encontrei um texto na internet que focalize este período nas Antilhas.

O noroeste da América do Sul

Os espanhois logo se deram conta da existência de uma borda continental ao sul das Antilhas, pois Colombo foi o primeiro a tocá-la na sua terceira viagem em 1498, na região do golfo de Paría, na Venezuela. E logo foi objeto de uma expedição exploradora, dirigida por Alonso de Ojeda, acompanhado de Juan de la Cosa e de Américo Vespúcio, que saiu da Espanha em 1499 e percorreu a costa desde o golfo de Paría até a península de Guajira. O livro de Jorge Orlando Melo, *Historia de Colombia: El Estabelecimiento de la Dominación Española* (Biblioteca Digital Andina), descreve detalhadamente as expedições que, a partir da costa entre o cabo da Vela (na península de Guajira) e o golfo de Urabá, iniciaram a conquista do que viria a ser a Colômbia [2].

As expedições iniciais eram de reconhecimento da região, procurando aquilo que ela podia oferecer em termos de rendimentos. Recebiam dos índios ouro ou pérolas em troca de coisas de pequeno valor, mas podiam também saqueá-los ou mesmo apoderar-se de suas pessoas para vendê-los como escravos nas Antilhas. A rainha Isabel de Castela emitiu em 1503 um documento que declarava caribes os índios habitantes da área onde hoje se ergue Cartagena por não terem querido tornar-se cristãos e por isso podiam ser capturados e vendidos nas Antilhas. E essa fase exploratória durou cerca de dez anos.

Em 1508 a Espanha ordenou a conquista e a colonização desse trecho continental, criando dois governos (*governaciones*), um deles do cabo da Vela ao golfo de Urabá e outro daí para oeste. Foram os primeiros de vários outros que desses se desdobraram ou que foram criados à medida que se fazia o avanço para o interior. Esses governos eram confiados a pessoas que se propunham fazer a conquista arcando com os gastos do empreendimento, para o que usavam de seus próprios bens ou recorriam a empréstimos. Cada conquista era rematada com a fundação de núcleos urbanos, criação de seus cabildos e distribuição de índios a serem explorados pelos participantes da expedição. Aos bem sucedidos a Coroa recompensava assegurando-lhes o governo da área conquistada e reconhecendo as encomiendas que tivessem concedido. O tratamento dado aos índios tornou-se ainda mais duro e desumano. Os conquistadores, ao se defrontarem com índios desconhecidos, que obviamente nunca tinham ouvido sua língua, começavam pela leitura do *requerimiento*, um documento que exigia que acreditassem na Santíssima Trindade, que obedecessem ao Papa, que tinha doado aquelas terras ao Rei de Espanha, sob pena de se lhes fazer a guerra, aprisioná-los com suas mulheres e crianças e vendê-los. Se interpretassem sua reação como negativa, ali mesmo os atacavam. Não faltavam requintes de crueldade, como aperreamento, mutilações, estupros. Lançavam mão de tudo o que aterrorizasse, pois era necessário que os índios mostrassem logo onde estava o ouro.

Sofriam os índios, mas também sofriam os conquistadores. Nem todos os combates lhes eram favoráveis. Também sofriam baixas. A fome era uma ameaça permanente, caso não encontrassem uma plantação para se abastecerem. O ouro, fruto do saque, lhes fugia das mãos. O chefe das tropas queria guardá-lo para pagar os

[2] **http://intranet.comunidadandina.org/Documentos/BDA/co-ca-0003.pdf**

financiadores do empreendimento. Os soldados o gastavam com quem lhes quisesse vender alimento a alto preço. Mesmo quando se demoravam num local, ninguém fazia uma roça, pois pessoas que tinham vindo à América para enriquecer e enobrecer não se dispunham a trabalhos braçais. Havia também disputas entre os líderes de um mesmo empreendimento, quando um deles almejava reservar para si uma área conquistada ou a conquistar. Mas disputas também ocorriam entre distintos empreendimentos de conquista. Por exemplo, em 1539, três conquistadores, provenientes de regiões distintas, se encontram no local em que se funda Santa Fé de Bogotá: Gonzalo Jiménez de Quesada, proveniente de Santa Marta, no norte; Nicolás de Federmán, oriundo da Venezuela; e Sebastián Belalcázar, saído de Quito. Belalcázar já tinha um longo percurso de conquistas: saído da Nicarágua, colaborara com Francisco Pizarro na conquista do império Inca; depois, no Equador, conquistou a parte norte do mesmo império e fundou Quito; em seguida entrou no sul da Colômbia, fundou Cali e Popayán; voltou a Quito e preparou sua expedição em busca de um lugar de que se dizia ser extremamente rico, que era Bogotá, aonde chegou. Um pequeno mapa do encontro das três expedições está na biografia de Nicolás de Federmán (Biografias y Vidas, *La Enciclopedia Biografica em Línea***)** [3]. Os três conquistadores resolveram ir todos para Cartagena, com intenções de sair dali para a Espanha, a fim de pleitear junto à Coroa a decisão de a que governo deveria caber a nova descoberta, se a Santa Marta, a Popayán, à Venezuela, ou a um novo governo (*gobernación*), como queria Quesada. Belalcázar, por sua vez, desejava que Popayán se desligasse da jurisdição de Francisco Pizarro, a quem estava subordinado.

Não é possível reproduzir aqui todas as minúcias que o leitor pode encontrar no livro de Jorge Orlando Melo. Ele considera que a fase de conquista da Colômbia, ou melhor, do seu litoral caribenho, dos vales dos rios que nele desembocam, dos três ramos da cordilheira andina e do litoral do Pacífico, estaria encerrada por volta de 1550. Também faz algumas referências ao que ocorria mais a oeste, no Panamá, onde Vasco Núñez de Balboa, mais moderado no tratamento com os índios, atravessa o istmo em 1513, chegando à margem do Mar del Sur (oceano Pacífico), margem esta em que Pedrarias Dávila vai fundar a cidade do Panamá em 1519. O livro também traz uma descrição muito clara da instituição da encomienda no início do capítulo 9, e da composição e atribuições dos cabildos no capítulo 11.

Frei Bartolomé de las Casas

O desprezo com que eram tratados os índios e os seus mínimos direitos fez o frade dominicano Bartolomé de las Casas levantar sua voz a seu favor e começar a trabalhar na sua defesa, tarefa a que dedicou sua vida inteira. Sobre ele há um breve verbete no site *Biografias y Vidas*[4]. Também há uma entrevista de Giuseppe Tosi sobre sua importância histórica e atual na *IHU on Line – Revista do Instituto Humanitas Unisinos* (ano IX, 307, 08-09-2009). Nos meados do século XVI, Las Casas divulgou uma apresentação geral dos horrores da conquista, que cobria todas as regiões americanas até então dominadas pelos espanhóis, e não apenas o Caribe, onde, no início do mesmo século, iniciara sua atividade em defesa dos índios. O título desse livro — *Brevíssima Relação da Destruição das Índias* — foi sotoposto a um título maior — *O Paraíso Destruído* — numa tradução para o português (Porto Alegre: LP&M, 1984).

Aliás, Tzvetan Todorov, em seu livro *A Conquista da América: A Questão do Outro* (traduzido por Beatriz Perrone Moisés, Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo: 1996), examina e comenta como se comportavam e pensavam alguns personagens

[3] **http://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/federmann.htm**
[4] **http://www.biografiasyvidas.com/biografia/l/las_casas.htm**

importantes dos primeiros anos da conquista da América: Colombo, Cortez, Montezuma, Diego Durán, Bernardino de Sahagún, Bartolomé de las Casas...

México

Para a descrição da conquista da sede do império Asteca, leia-se o trecho inicial da contribuição de Bernardo García Martínez, "La Época Colonial hasta 1760", para a *Nueva Historia Mínima de México Ilustrada* (México: El Colegio de México, 2008, pp. 111-152)[5], que trata do primeiro século da presença espanhola no México. Há também o livro clássico *The History of the Conquest of Mexico*, escrito no século XIX por William Prescott [6]. Um breve resumo de Karina Bustos Ibarra, "La conquista de la Nueva España: Um proceso heterogéneo" (EHSEA, nº 14, pp. 209-218, 1997) [7], mostra como o empenho dos espanhois para se apoderarem do México não se limitou a Tenoctitlán, mas prosseguiu pelo restante do século XVI, avançando para oeste sobre o que chamaram de Nueva Galicia (centrada em Guadalajara) e para o norte, a Nueva Viscaia (sediada por Zacatecas). Para quem quiser se informar sobre participantes ou contemporâneos da conquista que escreveram sobre ela, há o comentário de José Luis Martínez, "Las crónicas de la conquista de México (um resumen)" (HMex, XXXVIII: 4, 1989).

Felix Hinz, em "The process of hispanization in early New Spain: Transformation of collective identities during and after the conquest of Mexico" (*Revista de Indias*, vol. 68, nº 243, pp. 9-36, 2008 [8], faz uma sinopse de um livro seu que aborda os acontecimentos do período 1519-1568 sob o ângulo da mudança cultural e da transformação de identidades. Toma como foco os espanhois, os mexicas e os tlaxcaltecas. Os espanhois, que na época não constituiam propriamente uma unidade política, divididos que eram em dois reinos (Castela e Aragão), eles mesmos abrangendo mais de uma cultura (castelhanos, catalães, vascos e os mouros que ainda se mantinham na península Ibérica após a recente queda de Granada), talvez tenham se sentido mais homogêneos, dada a acentuada diferença cultural que os distinguia dos povos americanos. A travessia do oceano fazia os espanhois sentirem-se livres de controle para realizar seus planos de rápido enriquecimento e ascenção social. O autor se demora no exemplo de Cortez. Carlos V [rei Carlos I da Espanha e também imperador Carlos V do Sacro Império Romano Germânico] se inclinava por uma aculturação dos índios segundo o molde espanhol, combinada com condições dignas de vida, mas por outro lado necessitava de recursos financeiros para as despesas, entre outras as de guerra, na Europa. Isso fragilizava sua oposição ao regime das encomiendas, que separava vencedores e vencidos, segregando-os respectivamente em *república de espanhois* e *república de índios*, e entregava os segundos a uma exploração desenfreada sob a desculpa de cristianizá-los.

Entre mexicas e tlaxcaltecas, além das diferenças culturais, havia uma longa inimizade e hostilidade, que fez os segundos aliarem-se a Cortez contra os primeiros. Como aliados dos vencedores, os de Tlaxcala estavam livres da encomienda e faziam jus a vários privilégios, que com o passar do tempo foram esquecidos. Além disso, a queda da população indígena devido aos surtos epidêmicos, o desaparecimento dos contadores de histórias, o combate dos missionários a sua religião, com a destruição de templos,

[5] **https://libros.colmex.mx/tienda/nueva-historia-minima-de-mexico-ilustrada/**

[6] Em inglês: **http://pinkmonkey.com/dl/library1/mexico.pdf** . Há tradução para o espanhol.

[7] **https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/10361/conquista_busto_EHSEA_1997.pdf?sequence=1&isAllowed=y**

[8] **http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/645/712**

imagens e livros, a falta de tolerância à não satisfação das exigências dos catequistas (que conflitavam com sua formação cultural), a recusa dos artesãos espanhois em reconhecerem sua habilidade na execução das técnicas europeias, acabaram por desmoralizar tanto mexicas como tlaxcaltecas, tratados como se fossem crianças.

Se o artigo de Felix Hinz considera as relações entre espanhois e índios na perspectiva da mudança cultural e transformação de identidades, Margarita Menegus Bornemann, em "El gobierno de los indios en la Nueva España, siglo XVI: Señores o cabildo" (*Revista de Indias*, vol. 59, nº 217, pp. 599-617, 1999) [9], examina as opções de como governar os índios na mesma época. Mas suas observações vão além de Tenochtitlán e Tlaxcala, incluindo Pátzcuaro, Oaxaca, Chiapas e Yucatán. Até que ponto as formas indígenas de governo se sustentaram diante da crescente introdução das instituições espanholas? Os índios se organizavam politicamente em dois tipos de unidade senhorial: as constituídas pelo calpulli, cada qual dirigida por seu tlatoani, e as assentadas em terras patrimoniais governadas por seu senhor e cultivadas pelos terrazgueros. Já em Chiapas e Yucatán, área maia, o governo não era unipessoal, havia conselhos de anciãos e rodízio de dirigentes, nobres procedentes de várias linhagens. Carlos V era favorável a manter o governo dos senhores naturais, que podiam cobrar tributo de seus subordinados. Mas ele, como senhor máximo, tinha também direito a tributo. Também era contrário à distribuição dos índios em encomiendas. Cortez resistia à vontade do rei, argumentando ser impossível consolidar a conquista sem o tributo e o serviço dos índios. Também a administração da justiça foi retirada dos senhores naturais por ser privilégio do rei, passando a ser exercida pelos corregidores como seus representantes. Aos governantes indígenas proibiu-se chamá-los de senhor, passando a ser denominados caciques. O tributo real foi elevado e reduzido o dos governantes indígenas. Os terrazgueros, que trabalhavam as terras patrimoniais do senhor, foram transformados em maceguales livres e dotados de parcelas de terra. O serviço pessoal foi abolido em 1549, o que afetou não só os encomenderos espanhois como os senhores indígenas. Em Chiapas e no Yucatán, tanto a encomienda como o tributo em espécie perduraram por mais tempo.

A distinção de programas entre as duas escolas dos missionários franciscanos tendia a dar suporte aos senhorios indígenas. Na Escuela de San José de los Naturales ensinavam aos maceguales diversos ofícios, como carpintaria, pintura ou a tocar instrumentos musicais; já no Colegio de Santa Cruz de Tlatelolco instruiam os filhos de nobres indígenas em gramática, latim, retórica, lógica, filosofia, teologia e alguma coisa de medicina. Outras ordens religiosas ensinavam o mesmo a todos, sem distinção. Isso favorecia a ascensão social dos plebeus dentro da república dos índios. A par do enfraquecimento da nobreza indígena crescia a importância dos cabildos.

Não encontrei na internet disponibilidade grátis para o livro de Charles Gibson *Tlaxcala em el Siglo XVI* (México: Fondo de Cultura Económica, 1991). Mas provavelmente ele tem a mesma orientação de sua conferência "Significación de la historia tlaxcalteca em el siglo XVI", proferida perante a Sociedad Mexicana de Historia no Colegio de México, em 6/8/1953, que é a de estar atento às opções e respostas dos índios diante da situação criada pela conquista e colonização espanhola [10].

Acentuando essa perspectiva, como anuncia o seu título, o livro de León Portilla, *Visión de los Vencidos* (UNAM – DGSCA – Coordinación de Publicaciones Digitales), reproduz relatos e lamentos dos indígenas mexicanos contemporâneos da conquista

[9] **http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/829/898**

[10] **http://historiamexicana.colmex.mx/index.php/RHM/article/view/542/433** (também em outros sites).

espanhola [11]. Vale lembrar que há também um pequeno volume de León-Portilla, traduzido para o português, que o repete parcialmente, embora não esteja disponível na internet: *A Conquista da América Latina Vista pelos Índios: Relatos Astecas, Maias e Incas* (Petrópolis: Vozes, 1984). Nessa obra as manifestações astecas estão na parte I e as maias na parte II.

Reações utópicas dos índios no México

Tal como indica o título de seu livro, *Utopías Indias: Movimientos Sociorreligiosos en México* (2ª edição, Quito: Abya-Yala, 2000) [12], Alicia Barabas se ocupa de uma outra forma de reação à conquista e à colonização. Ela examina mais de 50 desses movimentos desde a conquista até os tempos atuais. As cinco características desses movimentos que a autora resume nas pp. 67-68 me levam a identificá-los com aqueles tradicionalmente chamados de milenaristas, que podem ser também messiânicos, mas com a particularidade de serem motivados pela conquista e o colonialismo e também, os mais recentes, pelo colonialismo interno.

Os movimentos examinados estão distribuídos em três áreas: 1) a correspondente aos atuais estados de Yucatán, Campeche, Quintana Roo, Chiapas e Tabasco, ou seja, a dos maias; 2) a que se estende pelos estados de Oaxaca e Guerrero, onde vivem entre outros os zapotecas, mixes, mistecos, chontales; e 3) a de estados do noroeste e do norte (Nayarit, Durango, Jalisco, Sinaloa, Sonora, Baja California, San Luis Potosí, Chihuahua e, hoje nos Estados Unidos, Novo México. Os movimentos também estão distribuídos cronologicamente pelos cinco séculos da recente história mexicana, uma divisão que não coincide com as etapas que escolhi esboçar aqui.

Não há como demorar-me em cada um desses movimentos. Mas, se os examinasse de modo mais detido, muito provavelmente encontraria mais semelhança na comparação dos maias com os de Oaxaca e Guerrero, por estarem na mesma área cultural, a Mesoamérica, do que entre eles e os desencadeados no noroeste e no norte do México, na atualmente apelidada Aridamérica.

Limitando-me simplesmente a dizer quantos ocorreram em cada etapa, recomendo o leitor a procurar os detalhes e os comentários no texto de Alicia Barabas. Logo após a conquista até por volta de 1580, tiveram lugar na área maia cinco desses movimentos. Em Oaxaca e Guerrero ocorreram quatro. Em Nayarit e Jalisco houve número menor, apenas dois, provavelmente porque a conquista espanhola do norte do México apenas se iniciava.

Alicia Barabas tomou o México como a sua unidade de estudo. Por isso não considerou a área ocupada pelos maias que fica além suas fronteiras, na Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador. Em obra anterior, *O Messianismo Maya no Período Colonial* (São Paulo: USP – FFLCH, 1991), que infelizmente não encontrei na internet, Antonio Porro focaliza também movimentos ocorridos na Guatemala e começa por dois deles, de 1524 e 1526 (pp. 55-65).

---

[11] A propósito da forma literária desses textos, vale lembrar que os nobres astecas pré-hispânicos cultivavam a poesia, de que dá exemplos Miguel León-Portilla, no volume *Trece Poetas del Mundo Azteca* (México: UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, 1967). **https://desarmandolacultura.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/04/leon-portilla-miguel-trece-poetas-del-mundo-azteca.pdf**

[12] **http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala**

O antigo e o novo na América Central

Em 1544 se estabeleceu a Audiencia de Guatemala, com jurisdição sobre a maior parte da América Central. Uma de suas unidades era a Alcaldía Mayor de Sonsonate, a principal área produtora de cacau no século XVI, no sudoeste do atual El Salvador. Dentro da Alcaldía estava a região dos Izalcos, povo pipil. Os pipiles, de língua nahuat, oriundos do centro do México, tinham começado a migrar para aí por volta de 800 d.C. Em 1519 os Izalcos constituiam um estado poderoso, com 54.000 pessoas em 15 assentamentos num território de 2.500 km². Sua sociedade era estratificada e tinha o *calpulli* como unidade gentilícia e/ou territorial-administrativa. O soberano distribuía as terras comunais a serem usadas aos chefes de cada *calpulli* e estes aos seus subordinados. O artigo de Meritxell Tous, "Caciques y cabildos: Organización socio-política de los pueblos de indios em la Alcaldía Mayor de Sonsonate (s. XVI)" (*Revista de Indias*, vol. 69, nº 247, pp. 63-82, 2009) [13] mostra um bom exemplo da persistência de elementos pré-hispânicos na nova ordem introduzida pelos espanhois. Em 1548 se criaram os primeiros pueblos de índios. Cada pueblo tinha uma cabecera (sede) com jurisdição sobre diferentes aldeias ou estâncias. Nela conviviam o cabildo indígena e o cacicado. O cabildo, organizado segundo o modelo de Castela, era integrado por um alcaide, um certo número de regedores, aguazis e mayordomos e um escrivão eleitos por um ano. Mas seu integrante principal era o govenador. O cacique tinha mandato anual, acesso restrito à força de trabalho e muitas vezes carecia de carisma. Mas em outro trecho do artigo, referente à nobreza indígena, a autora alude aos "senhores naturais", com patrimônio apoiado na propriedade e no terrazgo (contituído por indivíduos que trabalhavam as terras de sua propriedade como usufrutários e que lhe deviam tributo), também chamados de caciques. Esse cacicado era vitalício e herdado segundo as leis que regiam os morgados castelhanos. Haveria dois tipos de cacique: o eleito anualmente e o "senhor natural"? Havia ainda uma segunda categoria de nobreza, os principais, "chefes de cabeça de *calpulli*". Os plebeus eram os *macehuales*. A nobreza indígena monopolizava os principais cargos do cabildo e continuava como a principal posssuidora das terras dedicadas ao cultivo do cacau.

Litoral oriental do Brasil

Sempre é bom conhecer a carta de Pedro Vaz de Caminha, da qual há cópias diponíveis em vários sites, uma delas tanto na grafia como na atual [14]; outra de leitura mais cômoda [15]. Como em grande parte do litoral do Brasil viviam os tupinambás, também vale a pena a leitura da *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden (Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1930) [16]. Um outro europeu que esteve com os tupinambás, Jean de Léry, escreveu a *Viagem à Terra do Brasil* (Biblioteca do Exército, 1961) [17].

Um autor mais atual, Florestan Fernandes, escreveu dois importantes livros e outros textos menos extensos sobre os tupinambás. Um destes, que não está na internet, é o capítulo "Antecedentes indígenas: Organização social das tribos tupis", que integra a

[13] **http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/691/762**
[14] **https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao.pdf**
[15] **https://objdigital.bn.br/objdigital2/Acervo_Digital/livros_eletronicos/bndigital0009/bndigital0009.pdf**
[16] **https://tendimag.files.wordpress.com/2012/12/hans-staden-viagem-ao-brasil-1930.pdf**
[17] **https://www.academia.edu/42779223/VIAGEM_%C3%80_TERRA_DO_BRASIL**

História Geral da Civilização Brasileira, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (tomo 1, vol. 1, Livro 2º, cap. 2, pp. 72-86, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960). Nele critica a ideia corrente de que os franceses lidavam de modo mais amistoso com os índios do que os portugueses, lembrando que a relação entre europeus e indígenas se tornou mais conflitiva quando o escambo (principalmente a troca de diferentes artigos europeus por pau-brasil), atividade a que se dedicavam os franceses, foi substituído, no caso dos portugueses, pelo trabalho forçado no plantio da cana e produção de açúcar. Aliás, *Do Escambo à Escravidão* é o título do livro de Alexander Marchant (Coleção Brasiliana, vol. 225, São Paulo: Cia. Ed. Nacional e INL). O seu subtítulo, *As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*, já sugere o limite temporal da primeira das etapas que aqui proponho.

Ainda no que se refere aos franceses, um artigo de Olive Patricia Dickason, "The Brazilian connection: A look at the origins of the French techniques for trading with Amerindians" (*Revue Française d'Histoire d'Outre-mer*, vol. 71, n° 264, pp. 129-146, 1984) [18], mostra como foi intensa a atividade de extração do pau-brasil, obtido pelos franceses por escambo com indígenas na costa brasileira, e como isso de certo modo os preparou para o comércio de peles no Canadá.

Porém bem mais interessante é o ensaio "Dos canibais" escrito pelo filósofo Michel de Montaigne sobre os tupinambás, com quem conversou na França no século XVI, para aí levados pelos marujos que frequentavam o litoral brasileiro [19].

Rios da Prata, Paraná e Paraguai

Os atos dos exploradores, conquistadores e primeiros colonizadores da bacia do Prata são narrados pelo primeiro historiador platino, Ruy Díaz de Gusmán. Nascido na região, escreveu seu texto no início do século XVII. A ele se atribuiu o título *Historia Argentina del Descobrimiento, Población y Conquista de las Provincias del Río de la Plata* [20]. Mais antiga é a crônica *Viaje al río de la Plata*, do soldado alemão Ulrich Schmidl, que por vinte anos (1534-1554) fez parte das expedições espanholas que exploraram a região. De um autor do século XIX, Luis L. Domínguez, temos a *História Argentina: Época Colonial* (Buenos Aires: Imprenta del Ordem, 1862), que aborda os acontecimentos do século XVI nas seções I e II [21]. Um texto mais recente é a dissertação de mestrado de Anselmo Alves Neetzow, *Diferentes Interpretações sobre o Rio da Prata Quinhentista: Reflexões sobre uma Abordagem Histórico-arqueológica* (Porto Alegre, PUC-RS, 2001) [22].

No breve texto "Invenção e construção do Guarani" (*Ciência Hoje*, vol. 15, nº 86, pp. 56-61, Rio de Janeiro, SBPC, 1992), Bartolomeu Melià faz uma boa introdução mais focada nos índios. Mas não o encontrei disponível na internet e nela também não achei qualquer outro texto sobre os guaranis no período inicial da colonização escrito por esse autor de trabalhos de reconhecido valor sobre essa etnia.

O capítulo de John Monteiro, "Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII", que integra a *História dos Índios no Brasil*, organizado por Manuela

[18] **http://www.persee.fr/doc/outre_0300-9513_1984_num_71_264_2435** A cópia disponível na internet foi obtida mediante um tratamento automático e não foi corrigida.

[19] **https://fabiomesquita.files.wordpress.com/2015/04/montaigne-michel-de-dos-canibais-ensaios.pdf**

[20] **https://publicaciones.filo.uba.ar/sites/publicaciones.filo.uba.ar/files/Argentina.%20Historia%20del%20Descubrimiento%20y%20Conquista%20del**

[21] **https://archive.org/details/historiaargentin00domi/page/36/mode/2up**

[22] **http://livros01.livrosgratis.com.br/cp020550.pdf**

Carneiro da Cunha (2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 475-498) [23], comenta criticamente várias teses que têm sido levantadas a respeito dos índios guaranis. Até a metade do texto, Monteiro discute questões relativas ao século XVI e à passagem para o seguinte, como as estimativas da população guarani, as razões aventadas para as suas migrações (como a tese da sociedade contra o estado, de Clastres), sobre o que seria *yvy marã ey* ("terra sem mal" ou "solo intacto, que não foi edificado"), as relações iniciais com os espanhois no Paraguai (do cunhadismo à submissão às encomiendas) e com os portugueses no litoral sul do Brasil (que seriam mais de escambo). Também discute as revoltas, dirigidas por xamãs, contra a ação dos primeiros missionários jesuítas.

Andes Centrais

Para uma ideia inicial da conquista dos Andes centrais, veja-se "Índios e espanhóis na América Andina", de Henrique Urbano (*Ciência Hoje*, vol. 15, nº 86, pp. 68-74. Rio de Janeiro: SBPC, 1992). Mas não está na internet, onde ainda não encontrei um texto breve que relate os acontecimentos relativos à conquista do império Inca. Há um bem longo, *The History of the Conquest of Peru*, de William Prescott, em forma de e-book (The University of Adelaide). Há também sua tradução para o espanhol, *História de la Conquista del Perú* (Madrid: Imprenta y Libreria de Gaspar y Roig, 1851). Mas, levando-se em conta que é a reprodução de um exemplar bem envelhecido com duas colunas por página, é melhor procurar a tradução para o português (*História da Conquista do Peru*, Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1946). Esse livro inclui também a guerra civil entre os conquistadores espanhois e ainda a revolta de Gonzalo Pizarro.

Para uma visão dos próprios centro-andinos, consulte-se a parte III do livro de León-Portilla, *A Conquista da América Latina vista pelos Índios*, já citado.

Quero ainda referir-me a uma contribuição do livro de Steve Stern, *Los Pueblos Indígenas del Perú y el Desafío de la Conquista Española: Huamanga hasta 1640* (Madri: Alianza Editorial, 1986). Nesse livro, que focaliza a região peruana de Huamanga, que hoje é a cidade de Ayacucho, criada como ponto de apoio aos espanhois no caminho entre Lima e Cusco, o autor analisa a exploração do trabalho indígena pelos colonizadores nos cem anos seguintes à queda do império incaico, dispondo-a em três fases. Na primeira, em que os espanhois ainda eram poucos e ainda havia a resistência dos incas nas bordas da Amazônia, os encomenderos dependiam da negociação com os curacas para conseguirem o trabalho das comunidades indígenas que tinham sido colocadas sob seu domínio. Na segunda, a partir da legislação imposta pelo vice-rei Toledo, por volta de 1570, dá-se a reorganização das comunidades nos moldes dos cabildos hispânicos, cujos membros estavam sujeitos ao trabalho em rodízio e obrigatório nas minas, em obras públicas ou requisitado por colonos, e também à vigilância dos corregedores, de amplos poderes, mas sem remuneração, que recorriam por isso à corrupção. Na terceira, já entrado o século XVII, os indígenas mais aquinhoados recorrem a procedimentos judiciais para se libertarem da aplicação abusiva das imposições legais, aumentando a distância social entre eles e os demais. Se a passagem do escambo para a escravidão no litoral brasileiro serve como marco para o final da primeira das etapas que aqui proponho, o mesmo faz a legislação do vice-rei Toledo, disciplinando o regime colonial, no Peru.

[23] **http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap475-498/p-475-498_Monteiro_Os%20Guarani_e_a_historia_do_Brasil_meridional.pdf**

Taqui Onqoy

Esse movimento religioso de caráter messiânico ocorreu no Peru entre 1560 e 1572. Sobre o mesmo há mais de um texto de Luis Millones. Um deles é "Mesianismo en América Hispana: El Taki Onqoy" (*Memoria Americana – Cuadernos de Etnohistoria* 15 (1/2), pp. 7-39, Sociedad Argentina de Antropologia e Universidad de Buenos Aires, 2007). Samuel Alcides Villegas é autor de um outro, "El movimiento del Taqui Onkoy (Huamanga, siglo XVI)" (*Investigaciones Sociales*, vol. 15, nº 26, pp. 115-130. Lima: UNMSM/IIHS, 2011) [24]. Há uma tese de doutorado de Juan Ranulfo Cavero Carrasco, *Taqui Onqoy: Milenarismo e História Indígena (Hatun Soras – Peru, Século XVI).* Campinas: Unicamp – IFCH – Depto. de Antropologia, 1999) [25]. Para uma leitura mais rápida, consulte-se a resenha (em *Anthropologica* vol. 19, pp. 357-365) [26] que o mesmo autor escreveu sobre o seu próprio livro *Los Dioses Vencidos: Una Lectura Antropológica del Taki Onqoy*, que é a publicação da referida tese.

Resistência mapuche

O livro de José Bengoa, *Historia de Pueblo Mapuche (Siglo XIX y XX)* (5ª edição, Santiago: Ediciones Sur, 1996) [27], apesar de concentrado nos séculos passado e retrasado, como destaca seu título, não deixa de remontar ao início da conquista espanhola na sua introdução (pp. 7-38). No Chile, o império inca havia alcançado o rio Maule (na altura da atual cidade de Talca), ao sul do qual se estendia o território dos araucanos, um nome que lhes foi atribuído pelos espanhois. Bengoa faz pouco uso do nome araucano e parece tomar a todos eles sob o etnônimo mapuche. Mesmo assim, aplica o nome picunche àqueles que viviam junto ao rio Maule, que foram parcialmente submetidos ao domínio inca e os primeiros a sofrerem o impacto da conquista espanhola. E usa o nome huiliche para os que viviam na região da atual cidade de Osorno, que seriam aparentados aos habitantes da ilha Chiloé. Mas os mapuches que constituem o tema de seu livro ficam entre uns e outros, entre as atuais cidades de Concepción e de Valdivia.

Segundo Bengoa, quando da chegada dos espanhois, os mapuches viviam em grandes famílias extensas, em habitações (rucas) que podiam abrigar, em certos casos, até cem pessoas, que não se agrupavam em unidades políticas mais inclusivas, embora se relacionassem por casamento ou se organizassem para a defesa. Estima sua população em 500 mil pessoas numa área de 500 mil km².

Possibilitava essa significativa densidade populacional (1 hab/km²) o acesso a uma grande diversidade de alimentos obtidos por intermédio da atividade agrícola em clareiras abertas pela técnica da derrubada e queimada (milho, quínoa, batata, feijão pallar, isto é, redondo, branco, grande como fava), da coleta (pinhão), caça (aves, guanacos, hueques, cabritos monteses, veados) e junto ao mar (peixes, mariscos, algas marinhas).

As primeiras campanhas dos espanhois contra os mapuches tiveram lugar nos anos de 1546, 1550 e 1554. Inicialmente os mapuches se assustaram com os cavalos, mas iriam em breve aprender a usá-los. Valdivia, que comandou a primeira incursão espanhola, foi criando uma fileira de núcleos urbanos. Ele morreu num dos combates em 1554. Esses núcleos foram todos destruídos pelos mapuches. Lautaro, líder dos mapuches, foi assassinado em 1557. E os mapuches recuaram para o sul. Em 1558 o tifo dizimou os

[24] **http://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/sociales/article/view/7379**
[25] **http://www.cpei.ifch.unicamp.br/pf-cpei/%20/CarrascoJuanRanulfoCavero_D.pdf**
[26] **https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5042250.pdf**
[27] **https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf**

mapuches e em 1563 iria grassar a varíola. Foi grande a queda da população indígena provocada por essas moléstias, sobretudo ao norte do rio Bío-Bío, onde o contato com os espanhois era mais intenso.

Assumiu o comando dos espanhois o filho do vice-rei do Peru (se bem entendi, em 1558), que ficou famoso pela crueldade dos métodos militares e a aplicação de torturas aos prisioneiros. Ele refundou a cidade de Concepción, cruzou o rio Bio-Bio e se internou no território mapuche. Galvarino, um líder mapuche, teve as mãos decepadas, outro, Caupolicán, foi executado. Reconstruiram-se fortes e cidades na Araucânia. Em 1560-1563 se abriram algumas lavras e minas de ouro, cujos trabalhos logo se interromperam com novos confrontos bélicos.

Entre 1560 e 1580 a guerra foi permanente. Uma parte dos mapuches procuraram as regiões mais elevadas, onde eram dificilmente alcançados. Aprenderam a montar cavalos e fizeram adaptações necessárias a seu modo de combater: construiram fortificações e fossas, apropriaram-se de espadas, adagas e ferros, ajustando-os às pontas de suas lanças, tornando-as mais eficazes. Só lhes faltavam as armas de fogo.

Em 1598 os mapuches comandados por Pelantaro enfrentaram o governador Oñez de Loyola, que morreu em combate. Todas as cidades ao sul do rio Bío-Bío foram destruídas: Valdivia, Angol, Imperial e Villarica. E nenhuma será levantada ou reconstruída até a segunda metade do século XIX, quando o exército chileno retomou a região.

Alonso de Ercilla y Zúniga, fidalgo espanhol que participou da conquista do Chile de 1557 a 1559, exaltou o valor guerreiro dos mapuches no extenso poema épico *La Araucana* (Pehuén Editores, 2001). Ao longo dos séculos o poema foi alvo tanto de elogios quanto de críticas desfavoráveis [28].

De 1580 a 1686

No ano de 1580 Felipe II da Espanha assume também o trono português. Como decorrência disso, os holandeses, que mantinham sua luta para se libertarem do domínio espanhol, também estenderam suas hostilidades ao império marítimo português. Eles são bem sucedidos em conquistar importantes posições portuguesas no Oriente e, no Atlântico, chegam a dominar temporariamente o Nordeste brasileiro e Angola. Apossam-se por pouco tempo de Salvador, em 1625, e depois dominam por 24 anos o Nordeste (1630-1654). Só 14 anos depois de um rei português, D. João IV, reassumir o trono (1640), é que os holandeses deixam o Nordeste.

Apesar de Portugal e Espanha estarem sob o mesmo rei, ou talvez por isso mesmo, os paulistas empreenderam sucessivas expedições para aprisionar índios guaranis concentrados nas missões jesuíticas espanholas, levando-os como escravos para São Paulo. Essas missões, conhecidas como de Guairá, localizavam-se no interior do que veio a ser o estado brasileiro do Paraná.

O motivo da instalação dessas missões, afastadas de Assunção, era a resistência dos guaranis ao trabalho que lhes era imposto pelos encomenderos, logo a eles, que

[28] Mas é digno de nota que ele estava entre os livros da biblioteca de Dom Quixote. E ficou entre aqueles que o cura e o barbeiro pouparam da grande queima, por considerá-lo um dos três melhores em verso heróico escritos em língua castelhana, podendo competir com os mais famosos da Itália, devendo ser guardados como as mais ricas prendas de poesia da Espanha. São os motivos apontados no final do capítulo 6 do famoso livro de Cervantes.

tinham interpretado suas relações com os espanhois, que casavam com suas mulheres, como de cunhadio, de parentesco. Mas a ação inicial dos jesuítas, impondo-lhes uma nova religião também suscitou vários movimentos de resistência.

No Peru e na Bolívia é o tempo dos extirpadores de idolatria, do combate à religião indígena, com punições aos recalcitrantes que iam da desmoralização, castigos físicos e em raros casos até a morte. A ação dos extirpadores durou toda a primeira metade do século XVII. Os abusos e a corrupção que imperavam no clero e entre os funcionários coloniais são denunciados por Guamán Poma.

Neste período se inicia a colonização de duas novas áreas: a Amazônia e a costa oriental da América do Norte. Isso não quer dizer que tais regiões não tenham sido tocadas anteriormente por europeus. Foram sim percorridas, como Orellana desceu o rio Amazonas, ou visitadas, como Cartier o fez no Canadá. Mas é só a partir desse segundo período que os europeus começam a nelas se fixar.

A Santidade do Jaguaripe

O livro de Ronaldo Vainfas, *A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995), trata de um movimento religioso indígena parte de cujos membros foram atraídos e levados para a propriedade do senhor de engenho Fernão Cabral de Taíde na localidade de Jaguaripe, no sul do Recôncavo Baiano, onde se instalaram e levantaram seu templo. Aí puderam praticar seu culto e inclusive atrair outras pessoas, escravas ou livres, brancas, negras ou indígenas, movidas pela curiosidade ou até por uma certa propensão a aceitá-lo. Numa época em que não se admitia qualquer religião senão a católica, o que teria levado esse fidalgo português (seria até parente de Pedro Álvares Cabral) a tomar tal atitude? Diante dessa situação intolerável, o governador mandou destruir as instalações da Santidade em 1585. Tudo terminaria aí se não fosse a chegada à Bahia, em 1591, do visitador da Inquisição para investigar, pela primeira vez no Brasil, sobre as práticas e doutrinas habitualmente condenáveis, mas, com surpresa, é conduzido pelos depoimentos a voltar sua atenção para a Santidade do Jaguaripe. Seu inquérito durou até 1595, produzindo um farto material.

Essa rica documentação é que alicerça o valioso livro de Ronaldo Vainfas, colocando-o sobre uma base que lhe permite olhar em várias direções. Uma delas é o próprio culto da Santidade do Jaguaripe, que relaciona com as visitas dos pajés chamados caraíbas às aldeias tupinambás, mas sem tomá-lo como uma simples reprodução delas e sim como uma transformação, motivada pela situação colonial. Nisso ele tem posição semelhante à de Cristina Pompa, que critica a suposição de que o chamado mito da Terra sem Mal, dos guaranis atuais, seja a reprodução pura e simples de suas crenças do passado e o motivo de seus deslocamentos no início dos tempos coloniais e até pré-coloniais. Vale a pena conhecer o artigo dela, "O mito *Mito da Terra sem Mal*: A literatura *clássica* sobre o profetismo tupi-guarani" (*Revista de Ciências Sociais*, vol. 29, nº 1/2, pp. 44-72, 1998) [29]. Outra foi a consideração da figura do mameluco, que vivia em dois mundos culturais distintos, pactuando ora com um ora com o outro, de que era exemplo Tomacaúna, que saiu para combater o profeta indígena e voltou com parte de seus seguidores para a fazenda de Fernão Cabral. Outra ainda é a perplexidade do próprio visitador diante diante do novo enigma religioso que estava enfrentando, dificultado pelo jogo das relações sociais num ambiente cultural que desconhecia.

Embora o livro de Ronaldo Vainfas não esteja disponível na internet, o seu primeiro capítulo tem muito em comum com seu artigo "Idolatrias e milenarismos: A

[29] **http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/42576/99603**

resistência indígena nas Américas" (*Estudos Históricos*, vol. 5, nº 9, pp. 29-43. Rio de Janeiro: 1992) [30].

Uma leitura mais breve sobre o mesmo tema é proporcionada pelo artigo de Isabelle Braz Peixoto da Silva "A Santidade de Jaguaripe: Catolicismo Popular ou Religião Indígena?" (*Revista de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 1-2, pp. 65-70, 1995) [31].

Início da conquista portuguesa da Amazônia

No início do século XVII, os portugueses começam a exploração do litoral do Nordeste voltado para o norte e vão desalojar os franceses instalados no golfão maranhense e outros europeus que frequentavam o estuário amazônico.

As relações dos franceses com os índios do Maranhão são relatadas nos livros dos capuchinhos Claude d'Abbeville [32] e Yves d'Evreux [33]. E também na monografia de licenciatura em História de Dayse Marinho Martins *"Das Trevas da Ignorância à Civilização": Os Capuchinhos e a Educação pela Fé na França Equinocial (1612–1615)* (São Luís: UF do Maranhão, 2008).

Ainda tiveram os portugueses de disputar o Maranhão e o Ceará com os holandeses, como focaliza Fernando Roque Fernandes em sua dissertação de Mestrado em História *O Teatro da Guerra: Índios Principais na Conquista do Maranhão (1637-1644)* (Manaus: UF do Amazonas, 2015).

Os jesuítas que trabalhavam na América portuguesa iniciavam suas missões na Amazônia oriental (Pará e Maranhão) e na parte do Nordeste que lhe é mais próxima (Ceará). O Pe. Francisco Pinto foi morto pelos tocarijus em 1607, na serra de Ibiapaba no Ceará. Índios da ilha de Marajó mataram o Padre Luís Figueiras em 1643. O padre Antônio Vieira percorreu essa vasta área de 1653 a 1661. Ronaldo Vainfas comenta esses primeiros ensaios missionários no artigo "O paiaçu dos índios", na extinta *Revista de História da Biblioteca Nacional* (nº 72, 2011), sobretudo a orientação de Vieira, que nesse período era o superior das missões. A negativa dos jesuítas à exploração do trabalho dos indígenas como escravos, e seu controle sobre o trabalho remunerado, mas forçado, levou os moradores do Maranhão a expulsar os inacianos por duas vezes: uma em 1661 e outra em 1684. A segunda foi por ocasião da revolta de Beckman, que tinha também outros motivos, como a insatisfação com a Companhia de Comércio, que tinha o monopólio (o chamado estanco) do abastecimento com artigos provenientes do exterior e escravos africanos (considerados muito caros, quando havia disponibilidade de índios) e provavelmente da exportação de produtos da Amazônia. E ainda havia queixas relativas ao governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Esses motivos são o tema do texto "Justificadas e repetidas queixas: O Maranhão em revolta (século XVII)", de Rafael Chambouleyron [34].

[30] **https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2329/1468**
[31] **http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10398/1/1995_art_ibpsilva.pdf**
[32] **https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221724**
[33] **https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1/browse?type=author&value=Yves%2C+d%27Evreux%2C+1570-1630%3F**
[34] **http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rafael_chambouleyron.pdf**

Ataques paulistas às missões do Paraná

Voltando ao capítulo de John Monteiro, "Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII" [35], a cuja primeira metade já me referi, cuida ele no restante do texto da consolidação das missões jesuíticas e dos assaltos por elas sofridos na primeira parte do século XVII. Argumenta que as missões não mantivevam sempre as mesmas características ao longo de sua história até sua dissolução em 1767. Não eram totalmente isoladas do centro colonizador de Assunção. Os guaranis não eram dóceis e modeláveis à vontade dos jesuítas. Não eram indiferentes à pressão dos jesuítas contra a poliginia, o xamanismo, as casas que abrigavam várias famílias. A própria ameaça de cair sob as encomiendas espanholas, de um lado, ou na escravidão imposta pelos paulistas, do outro, fazia com que a vida nas comunidades missionárias fosse mais tolerável.

Sem negar o despovoamento das missões motivado pelas expedições preadoras de índios dos paulistas, o autor matiza um pouco esses ataques, lembrando que no Paraná eles incidiram sobre as missões mais novas, não naquelas estabelecidas havia mais tempo; refere-se também a migrações voluntárias de guaranis, se não do Paraná, pelo menos do litoral sul do Brasil, que tinham com os paulistas relações mais amistosas, sem dizer de chefes guaranis que lhes forneciam escravos (possivelmente não guaranis).

Ocupa-se ainda John Monteiro em perguntar o que fazia tão grande número de guaranis levados para São Paulo, um modesto centro que nada cultivava que fosse exportável para a Europa. Recusa ele a tese de que esses indígenas aprisionados fossem vendidos para o Nordeste açucareiro, então ocupado pelos holandeses e impossibilitado de receber escravos africanos. Os guaranis e outros índios, chamados eufemisticamente de administrados em vez de escravos, para evitar problemas com a lei, trabalhavam nas fazendas no plantio do trigo, que não era um produto de esportação, mas comerciado e usado dentro da colônia. Sob o trabalho esgotante, como os escravos, tinham uma alta taxa de mortalidade e por isso a necessidade de continuar as bandeiras para repô-los.

Retornou, pois, John Manuel Monteiro, nessa parte final, ao que já dissera no seu livro *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994).

Guamán Poma

É no ambiente colonial do Peru na passagem do século XVI para o XVII que Felipe Guamán Poma de Ayala, da nobreza inca, escreve sua *Nueva Corónica y Buen Gobierno*. Trata-se de uma longa carta que ele dirige ao rei da Espanha, na época Felipe III, em espanhol, com as dificuldades de quem tinha o quêchua como vernáculo, apresentando sua versão da história peruana pré-hispânica, da conquista espanhola e informando-o sobre as mazelas coloniais de seu tempo. O autor reforça seus relatos, denúncias, argumentos e sugestões com quatro centenas de figuras desenhadas por ele mesmo. Elas constituem 44% das páginas, não do original manuscrito, mas sim de uma das edições da obra, dividida em dois tomos, cujos endereços na *web*, postos à disposição dos leitores, indico nas notas de rodapé: Tomo I [36] e Tomo II [37]. Vale a pena abri-los, pelo menos para apreciar os desenhos.

---

[35] **http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap475-498/p-475-498_Monteiro_Os%20Guarani_e_a_historia_do_Brasil_meridional.pdf**

[36] **https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20191121014717/Nueva_coronica_y_buen_gobierno_1.pdf**

[37] **https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/contador/sumar_pdf.php?id_libro=1779**

Não se sabe se tão grande mensagem chegou mesmo a ser enviada ao rei e se este a leu. O fato é que só foi encontrada em 1908 em um arquivo da Dinamarca. Desde então o texto e as ilustrações têm sido objeto de estudo de vários pesquisadores.

Um deles é o antropólogo peruano Juan Ossio, que dedica sua vida ao estudo da cultura, organização social e história dos índios andinos. Doutorou-se na Universidade de Oxford em 1970 com a tese *The Idea of History in Felipe Guaman Poma*. Seu livro *Em Busca del Orden Perdido* (Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2008) [38], publicado 38 anos depois, repete, como subtítulo, o nome de sua tese. Relacionado ao tema da tese e do livro, Ossio também escreveu o artigo "Las cinco edades del mundo según Felipe Guamán Poma de Ayala" (*Revista de la Universidad Católica*, nº 2, pp. 43-58, Lima, 1977) [39]. O argumento que serve de ponto de partida para a elaboração desse trabalho é o de que não se pode calcular em número de anos as fases e sequências relatadas por Guamán Poma e outros quêchuas porque sua noção de tempo difere da nossa. Entretanto, nesse artigo, os esquemas apresentados pelo autor, no fim do texto, não me parecem bem escolhidos e adequados para ajudar o leitor a compreender as correspondências entre um e o outro sistema.

Por sua vez Rolenda Adorno, com o livro *Guaman Poma – Writing and Resistance in Colonial Peru* (University of Texas Press, Austing, 1986) [40], comenta de modo perspicaz o texto e os desenhos do autor da famosa e longa carta. O livro resulta de longo tempo de dedicação a esse tema, iniciado com a elaboração da tese da pesquisadora, com a qual completou o doutorado na Cornell University em 1974. Professora de literatura latino-americana na University of Michigan, também recorre, nos seus comentários, aos conceitos relacionados a sua especialidade.

Mesmo no Brasil encontramos quem se interesse por essa surpreendente obra, como, por exemplo, Eduardo Tomasevicius Filho, autor do artigo "A *Nueva Coronica y Buen Gobierno*, do inca Guamán Poma de Ayala: ¿uma proposta de ordenação colonial nativa?" (*Revista Mexicana de Historia del Derecho*, XXV, pp. 67-87, México: UNAM, Instituto de Investigaciones Juridicas, 2012) [41]. Além de uma apresentação geral da obra, o autor do artigo, que é professor de Direito na Universidade de São Paulo, demorou-se em explorar, a julgar pelas sugestões dirigidas a Felipe III, o que Guamán Poma poderia conhecer do sistema jurídico espanhol, não por leitura direta de suas fontes e de seus autores, algo altamente improvável, mas pelo convívio com missionários e os agentes do governo colonial.

Persistência da encomienda na Colômbia

Jorge Augusto Gamboa, em seu artigo "La encomienda y las sociedades indígenas del Nuevo Reino de Granada: El caso de la Provincia de Pamplona – 1549-1650" (*Revista de Indias*, vol. 64, nº 232, pp. 749-770, 2004) [42], observa que, no México e no Peru, as

[38] Procurar em: **https://pucp.academia.edu/JuanOssio**

[39] **https://repositorio.pucp.edu.pe/server/api/core/bitstreams/75837c6e-4c07-4a50-a3e6-e452d77a7bde/content**

[40] Diante da dificuldade de abrir um site que mostre o livro inteiro, ofereço este endereço da web que dá acesso à introdução e ao 1º capítulo: **https://law.unimelb.edu.au/__data/assets/pdf_file/0009/3022389/1-May.-Adorno-Guaman-Poma-1986.pdf**

[41] **https://www.researchgate.net/publication/330500770_A_Nueva_Coronica_y_Buen_Gobierno_do_inca_Guaman_Poma_de_Ayala_uma_proposta**

[42] **http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/433/501**

encomiendas em que foram repartidos os índios desde o início da conquista começaram a decair em 1550 no primeiro e em 1570 no segundo, quando a Coroa passou a aumentar o controle sobre os encomenderos e a substituí-los pelos corregidores. Outro motivo de sua crescente desativação foi a queda da população indígena. Entretanto na Colômbia elas perduraram por mais tempo, pelo menos na região de Pamplona, no noroeste do país. Ali os espanhois, chegados em 1549, repartiram os índios em encomiendas que mantiveram sua vitalidade até por volta de 1620.

A encomienda era uma mercê concedida pelo rei a um participante das ações de conquista confiando-lhe um grupo de indígenas para que trabalhassem para ele a troco de serem evagelizados, obrigação que o encomendero satisfazia providenciando um padre. A terra, entretanto, continuava em poder da comunidade indígena. A princípio os encomenderos exauriam os índios com uma carga excessiva de trabalho, o que deu lugar a uma legislação para disciplinar as relações entre uns e outros, como as Leis de Burgos de 1512 e as Leis Novas de 1542. Os encomenderos queriam tornar seu título hereditário, pretensão a que a Coroa resistia, mas chegou a conceder-lhes a sucessão por dois ou três herdeiros. As leis também passaram a proibir a prestação direta de serviços ao encomendero, substituindo-a pelo pagamento de um tributo. Os encomendados não podiam ser carregadores de cargas ou enviados às minas. Em caso de necessidade de serviço, o encomendero devia contratar indígenas e pagar-lhes salário.

Mas no caso da região de Pamplona essas leis não foram seguidas. Os índios da região que viviam em terras altas estavam organizados em cacicados e por isso já acostumados a prestar trabalho a seus líderes. O grupo mais graduado dos conquistadores apoderou-se deles para reparti-los em encomiendas. Os outros participantes ficaram com indígenas das terras baixas vizinhas. Foi mais fácil fazer os índios dos cacicados tolerarem o trabalho das encomiendas, pois seu trabalho na mineração, agricultura e serviço pessoal era negociado com seus caciques. Também entregavam ao encomendero urucu, couros de veado, ouro em pó, cera, mel, peixes ou carne. Quanto aos das terras baixas, que se organizavam de modo tribal e mais igualitário, tinham de ser convencidos muito gradualmente de sua situação de subalternos, sendo tratados com pequenos presentes, depois serviços mais leves até finalmente sujeitarem-se ao trabalho nas minas, o que implicava em exercer atividades nas terras altas e mais frias, o que não lhes permitia sobreviver por muito tempo. A principal obrigação do encomendero, a evangelização, era demasiado descuidada.

Apesar do envio periódico de visitadores para inspeção, os encomenderos sempre conseguiam escapar do cumprimento das leis. Há um caso em que os índios que trabalhavam nas minas tinham a obrigação de entregar certa quantidade de outro em pó sob pena de severos castigos. Não recebiam alimento e compravam queijos feitos por suas esposas dirigidas pela mulher do encomendero, para quem também fiavam e teciam ameaçadas por castigos.

A ausência de um empresariado que disputasse a mão-de-obra monopolizada pelos encomenderos era uma razão por que o sistema estivesse durando mais do que em outras regiões. A situação só começou a mudar com o esgotamento do ouro das minas, e só então as leis passaram a ser aplicadas. De cerca de 32 mil índios encomendados em 1559, restavam uns 10 mil em 1602. Em 1622 os índios foram organizados em pueblos, atendendo a uma recomendação que não era cumprida desde 1560. Como sua população dimimuía drasticamente, as terras comunitárias eram invadidas pelos encomenderos e também por mestiços, brancos pobres e índios forasteiros. Por isso a Coroa outorgou resguardos aos índios. O trabalho forçado deu lugar à remuneração por tarefa ou por "alquiler", tanto nas minas, como no campo e na cidade, na área doméstica ou de

manufaturas. Assim, em 1622 era abolido o trabalho pessoal, substituído por tributos. A propria evangelização passou a ser realizada de outro modo, conseguindo a adesão dos índios ao catolicismo e também a criação de confrarias religiosas, para organização de festas e culto de santos, auxílio mutuo entre os membros e realização de atividades de interesse geral.

Primeiros entendimentos com os mapuches

Voltando à introdução do livro de José Bengoa (pp. 32-34) [43], sabemos que, após a derrota sofrida pelos espanhois em 1598, começaram os esforços de um jesuíta no sentido de se obter relações pacíficas. Depois de muito trabalho com esse objetivo, o jesuíta decepcionado recolheu-se à Espanha, onde morreu em 1642. A guerra continuava. Numa batalha de 1624, Francisco Núñez de Pineda y Bascuñán foi aprisionado pelos mapuches, e se entendeu tão bem com eles que escreveu o livro *El Cautiverio Feliz* (Biblioteca Virtual Universal, Editorial del Cardo, 2003) [44].

Em 1641 espanhois e mapuches se reuniram pela primeira vez para negociar a paz em Quilín, provavelmente numa planície junto à confluência do rio Quillem com o Choll-Choll. Participavam dois jesuítas. Reconheceu-se o rio Bío-Bío como a fronteira norte dos mapuches. Os espanhois se comprometeram a despovoar Angol, que estava dentro dessa área reconhecida aos índios, mas mantiveram o forte Arauco. Os mapuches aceitaram não ultrapassar a fronteira, devolver os prisioneiros e permitir a pregação missionária. O território entre o rio Bío-Bío e o Tolten ficou fora da jurisdição da Capitanía General de Chile, tal como uma nação independente. Apesar de os espanhois atravessarem a fronteira para apresar escravos a serem vendidos em Santiago e a encomenderos mais ao norte, esse primeiro acordo foi um ponto de partida para um outro mais efetivo, o de Negrete, em 1726.

México: As comunidades indígenas na organização colonial

O livro de Charles Gibson, *Los Aztecas bajo el Dominio Español − 1519-1810* (México: Siglo XXI, 1967), abarca todo o período colonial, como indica seu título, portanto as quatro primeiras etapas das que proponho, esta inclusive. Mas não parece estar disponível gratuitamente na internet. Nem parece haver acesso livre para um outro texto desse mesmo autor, "Las sociedades indias bajo em dominio español", na *Historia de América Latina*, da Universidade de Cambridge (organizada por Leslie Bethell, Barcelona: Editorial Crítica, 1990, tomo 4, capítulo 6, pp. 3-27). Apesar do título mais abrangente, esse capítulo se ocupa principalmente do México e da região centro-andina. Tal como o livro, cobre todo o período colonial. Sua leitura é bastante esclarecedora. Aprende-se que, naquelas regiões de organização política mais complexa, os cargos mais elevados foram extintos, bem como os laços que uniam as comunidades em estados ou senhorios. Mantiveram-se as comunidades e seus dirigentes, algumas reunidas em torno de uma que lhes servia de sede, a cabeceira. Essas comunidades e seus caciques ficavam diretamente subordinados ao rei da Espanha e a seus representantes. Elas eram as unidades que constituiam as encomiendas e o grupo de fieis que frequentava cada capela. As encomiendas não duraram muito. Foram se extinguindo primeiro no México, nos Andes centrais depois; em lugares afastados dos centros maiores perduraram por mais tempo. Eram também as unidades tributárias, pois o tributo era recolhido pelo encomendero; posteriormente pelo corregidor. Elas é que vieram a ser dirigidas pelos cabildos indígenas. A pequena nobreza indígena, os chamados principais, se manteve.

[43] **https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=36**
[44] **http://www.biblioteca.org.ar/libros/70501.pdf**

Seus membros é que eram eleitos para os cabildos. O tributo, recolhido parte em dinheiro, parte em espécie, não era exatamente o mesmo em todas as regiões. Eram as comunidades as unidades sobre as quais incidia a repartição para trabalho nas minas e outros empreendimentos, que na região andina era conhecida como mita. Sobretudo devido aos surtos de moléstias contagiosas, agravados pelo trabalho excessivo, a pobreza e a carência alimentar, a população indígena decresceu de modo acentuado. As Antilhas a perderam quase totalmente. E, no século XVII, a queda era visível mesmo nas regiões de maior densidade demográfica. Já não havia principais suficientes para a renovação dos cargos nos cabildos, que era uma exigência legal. Mas, em vez de se aceitarem os índios plebeus para substituí-los, preferiu-se ignorar a lei. A queda populacional levou os colonos a ocuparem as terras em que os índios já não conseguiam trabalhar, adquirindo-as por compra aos cabildos, o que vai levar à expansão das haciendas. E assim a organização sócio-econômica da América espanhola vai se modificando ao longo do período colonial.

Movimentos sócio-religiosos indígenas no México

Voltando ao já referido livro de Alicia Barabas, *Utopías Indias* [45], constatamos que nesta etapa (1580-1686) ocorrem sete movimentos sócio-religiosos entre povos maias. Em Oaxaca ocorre apenas um, em 1660, envolvendo zapotecas, mixes e chontales. No noroeste e no norte do México têm lugar oito movimentos, e mais dois que se prolongam pela etapa seguinte: as rebeliões tarahuamaras em Chihuahua, Sonora e Sinaloa (1646-1690) e a dos jumanos e pueblos no Novo México (1680-1696).

Quanto ao último, Ramón A. Gutiérrez faz uma descrição em "The Pueblo revolt and its aftermath" (em *The Clash of Cultures in an Age of Crisis*, parte III, pp. 419-430) [46]. Em 1680 estalou a revolta dos pueblos contra os colonos espanhois e os missionários franciscanos. O tributo, o trabalho forçado, os maus-tratos, acrescidos da pressão missionária contra a poligamia e a idolatria, dos castigos com chibatas e raspagem dos cabelos, a lembrança de como seus recintos sagrados (canvas) e as representações de seus katchinas tinham sido destruídos já criavam uma disposição que poderia levar a esse resultado. Isso foi agravado pela seca, o consequente decréscimo da produção agrícola e a fome nos anos de 1666 a 1670, seguidos de dez anos de peste. Apaches e navajos famintos faziam incursões na região. A população indígena, que era de uns 40 mil em 1638, tinha descido para 17 mil em 1670. Um líder religioso, Popé, da comunidade de Taos, pregou a revolta pela expulsão dos colonos e missionários, o abandono do cristianismo, como necessária para que os katchinas voltassem e ajudá-los. Aproveitava-se das festividades religiosas cristãs, quando era possível deslocar-se sem despertar suspeitas para o local de sua realização, a fim de conseguir adesões. A data prevista devia de anteceder de pouco a chegada do comboio trienal que trazia munições e outros artigos necessários para os espanhois, pois seria o momento em que estariam menos providos. Uma denúncia apressou o desencadeamento do levante, que ocorreu em 10 de agosto de 1680. Dividiram a população colonizadora em rio-abaixo e rio-acima (certamente o rio Grande) e começaram o ataque pelo rio-acima. Apoderaram-se de mulas e cavalos, principal recurso dos espanhois para deslocar-se e que lhes dava vantagem nos confrontos. Fizeram um massacre nos estabelecimentos dos colonos, matando mais de 400. Missionários também foram mortos, alguns com requintes de crueldade. Imagens e objetos rituais cristãos foram destruídos. A seguir sitiaram Santa Fé. Mas depois de alguns

[45] **http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala**

[46] **http://web.mnstate.edu/taylorse/course_i_teach/h-359-colonial-america/gutierrez.pdf** Reprodução de um capítulo do livro do mesmo autor *When Jesus Came, the Corn Mothers Went Away: Marriage, Sexuality, and Power in New Mexico, 1500-1846;* Stanford University Press, 1991, pp. 130-140.

dias os espanhois conseguiram levantar o sítio e fugir. Os do rio-abaixo, ouvindo notícias do que acontecia, fugiram para Isleta. Os espanhois que conseguiram fugir foram rumo ao sul para tentar encontrar o comboio de abastecimento, o que aconteceu em Socorro. Eram 1.946 fugitivos, dos quais 500 escravos pueblos e apaches. Só em 1696 os espanhois voltaram a dominar novamente o Novo México. O domínio da região era importante para os espanhois, pois constituía uma barreira na defesa das minas do norte do México frente a outros colonizadores europeus, como os franceses do Mississipi.

Costa oriental da América do Norte

Também no século XVII tem início a colonização da costa oriental do que viria a ser os Estados Unidos. Para alguma informação em português sobre esse período, consultar o que eu mesmo escrevi no capítulo L1 de *Áreas Etnográficas: América Indígena* [47] sobre as relações dos colonos com os índios, com base em alguns *sites* mantidos por povos, bandos ou associações indígenas. Sites, aliás, com poucas exceções, hoje desaparecidos, substituídos por informações sobre cassinos indígenas ou referentes a temas não-índios.

Os ingleses só tiveram sucesso na instalação de colônias na costa oriental da América do Norte no século XVII, apesar de o tentarem desde o final do século anterior. Elas foram as seguintes, enumeradas de norte para sul:

De norte para sul	**Colônias**	**Instalação**
1	Massachusetts	1620
2	New Hampshire	1623
3	Rhode Island	1638
4	Connecticut	1636
5	New York	1664
6	New Jersey	1664
7	Pennsilvania	1682
8	Delaware	1682
9	Maryland	1634
10	Virginia	1607
11	Carolina do Norte	1653
12	Carolina do Sul	1671
13	Georgia	1733

O ano de instalação de cada colônia, isto é, quando nela se fixou o primeiro núcleo habitado pelos imigrantes, foram copiados das páginas 153 a 160 da *História das América* de Vicente Tapajós (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958). As datas indicadas para New York, New Jersey e Delaware na tabela acima são referentes às colônias

[47] **https://www.juliomelatti.pro.br/areas/l1oriental.pdf**

inglesas, que nesses locais substituiram as iniciativas holandesas (e até dos suecos, que precederam os holandeses no caso de Delaware). O *Atlas Histórico Escolar* (7ª edição, Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1977) mostra a distribuição geográfica das colônias nas págs. 53 e 55) [48].

No capítulo 2, "Colonial Antecedents", de seu livro *Native American Tribalism*, que tem várias reimpressões, uma delas disponível na internet [49], D'Arcy McNickle faz considerações sobre as relações entre essas colônias e os povos indígenas no período anterior à independência dos Estados Unidos. Ele insiste sobretudo no fato de que, apesar de os imigrantes, logo ao chegarem ao lugar em que iriam estabelecer sua colônia, terem o cuidado de negociar com os indígenas a aquisição de uma área para cultivar os vegetais que lhes serviriam de alimento, não raro essa terra vinha a ser requisitada de volta, tornando-se objeto de sérios conflitos. Comenta o autor que transferência definitiva de propriedadade de terra não era algo que os índios tivessem nas suas tradições. Além disso, os colonos queriam mais terras que o necessário para sua sobrevivência, não estando também os nativos familiarizados com a agricultura comercial.

Além disso, embora cada colônia estivesse sob o poder da soberania inglesa, ela tinha autonomia em relação às demais, mantendo sua própria organização governamental, a ponto de ser possível fazer a guerra a um certo povo indígena enquanto as outras estarem em paz com ele. Faltava um representante do rei na América e uma organizção política comum a todas as colônias.

Os esforços para resolver essa situação só tiveram início em meados do século XVIII, chegando o rei a assinar a Proclamação Real de 7 de outubro de 1763, que reconhecia o direito dos indígenas a ocupar suas terras sem serem molestados, ficando o divisor de águas dos montes Apalaches como limite entre as terras das colônias e a dos índios; pessoas que voluntária ou inadvertidamente se apoderaram de terras ainda não cedidas pelos índios deviam abandoná-las; compras de terras no futuro só podiam ser legais se realizadas em encontro público com representantes da coroa e índios interessados.

Mas isso ocorria três anos antes da independência dos Estados Unidos, quando essas decisões passariam para outras mãos.

Primórdios canadenses

Samuel de Champlain deu início à colonização francesa da América do Norte ao estabelecer Quebec no rio São Loureço em 1608, que fora assim nomeado por Jacques Cartier 74 anos antes. A partir daí os franceses foram atuando na direção oeste, pelas margens dos Grandes Lagos, alcançando o alto Mississipi por intermédio de um de seus alfluentes, apossando-se do grande rio até o delta.

Mas os franceses tinham mais facilidade nas relações com os povos indígenas do que os ingleses. Tal diferença decorria do fato de os colonos ingleses disputarem terras com os índios para cultivá-las, enquanto os franceses, mais ao norte, estavam em áreas mais favoráveis à caça de animais, adquirindo dos índios suas peles, sobretudo dos esquilos. Nos fortes e postos que marcavam os caminhos dos índios, onde se faziam as trocas comerciais, também se ofereciam presentes, de modo que franceses e índios se

[48] **http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001601.pdf**

[49] **https://www.pdfdrive.com/native-american-tribalism-indian-survivals-and-renewals-e185046016.html**

conheciam melhor e as relações se tornavam mais fáceis (livro já citado de D'Arcy McNicke pp. 38-39).

Sobre as missões jesuíticas nessa região, ver o texto de Angela Hannan [50].

No Mississipi talvez as relações dos franceses com os índios já não foram tão fáceis. Veja neste site, nas Áreas Etnográficas, o arquivo l2sudeste [51].

Os iroqueses eram aliados dos ingleses, enquanto os hurons, dos franceses. A língua dos hurons e a dos iroqueses eram da mesma família, a Iroquesa, que também incluía a língua dos neutros. Estes eram assim chamados porque mantinham estrita neutralidade ante a mútua hostilidade nutrida por hurons e iroqueses. Era até possível ocorrer a hurons e iroqueses encontrarem-se casualmente na mesma comunidade neutra sem qualquer expressão de desagrado. Os neutros viviam ao lado do rio Niágara, ou seja, a corrente que sai do lago Erie e desemboca no Ontario, e na qual se forma a catarata de mesmo nome. Os jesuítas que atuavam junto aos hurons os conheciam, mas não os tornaram alvo de catequese. Motivados por dois casos que interpretaram como rompimento da neutralidade, os iroqueses lhes moveram ataques a partir de 1648, extinguido-os como como formação política organizada. Mary Jackes, no artigo "The mid seventeenth century collapse of Iroquoian Ontario: Examining the last burial place of the Neutral Nation" (em *Vers une Anthropologie des Catastrophes*, org. por Luc Buchet *et alii*, Antibes: Éditions APDCA, 2008, pp. 347-373) [52], estuda o cemitério de Grimsby. Classifica os corpos segundo sua disposição espacial, como estão agrupados, faz uma estatística de sua composição por sexo e idade, levanta vestígios relativos ao estado nutricional, violência, cuidado ou pressa com que foram sepultados, de modo a relacionar os achados com fugas, fome, rotina, motivadas seja por conflitos armados, seja por condições climáticas.

De 1686 a 1750

Fico na dúvida se este período é simplesmente a continuação do anterior. Talvez por ter achado 1580 a 1750 como um intervalo muito longo. No Brasil é possível encontrar soluções de continuidade, mas será que elas também ocorreram em outras regiões americanas? Escolhi como data inicial desse período o Regimento das Missões, que regulamentou o trabalho indígena no Estado do Maranhão e Grão-Pará, ou seja, na Amazônia. Os portugueses empurram a missão jesuítica espanhola Solimões acima até a atual fronteira brasileira. Poderia também ter escolhido 1693, que marca o início do ciclo do ouro no planalto Brasileiro, com a descoberta do metal em Minas Gerais, seguida de poucos anos pelo achado em Mato Grosso e depois em Goiás. De certa maneira, a busca de índios para escravizar decai ou quase cessa no Estado do Brasil, mas continua no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Os índios não são empregados nas lavras. O interior do Nordeste brasileiro é conquistado na chamada Guerra dos Bárbaros. A Espanha passa a ser governada por uma outra dinastia, a dos Bourbons, mas nenhuma inovação nas colônias americanas se notará neste período, apenas no seguinte. Os holandeses, sediados no que veio a ser a Guiana e o Suriname, adquiriam como escravos os índios que os caribes aprisionavam no interior. As expedições caribes se estendiam também pelo vale do Orenoco. O comércio holandês alcançava o rio Branco e o rio Negro, no Brasil. O episódio de Ajuricaba a ele se relaciona.

[50] **https://cchahistory.ca/journal/CCHA1944-45/Hannan.pdf**
[51] **https://www.juliomelatti.pro.br/areas/l2sudeste.pdf**
[52] **http://www.arts.uwaterloo.ca/~mkjackes/Valbonne.pdf**

Na América do Norte, instalam-se as colônias britânicas no sudeste do que vieram a ser os Estados Unidos. Logo começam as guerras com os creks e outros. É o tempo da criação da Companhia da Baía de Hudson (1670), que terá como atividade o comércio de peles na Terra do Príncipe Rupert, isto é, toda a área irrigada pelas águas que correm para a dita baía. A Terra do Príncipe Rupert será integrada ao Canadá somente 200 anos depois. Os franceses, por sua vez, têm a Nova França, ou seja, o Canadá, que se reduz na época ao Baixo Canadá (o vale do rio São Lourenço, onde estão Quebec e Montreal) e o Alto Canadá (a região em torno dos Grandes Lagos). Estabelecem-se também no baixo curso do rio Mississipi.

Regimento das Missões

Esse regulamento de 1686 foi aplicado ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, ou seja, à Amazônia, que por dois séculos, entre 1618 e 1816, constituiu uma colônia portuguesa administrativamente distinta do Estado do Brasil. Ele não trata do conteúdo e da orientação catequética das missões, mas sim do trabalho forçado, ainda que remunerado, dos índios livres reunidos em aldeamentos. Dispõe sobre como os índios devem ser repartidos entre os colonos para trabalho, de modo que uma parte dos habitantes de cada aldeamento nele permaneça enquanto a outra sai para o serviço alheio pelo tempo especificado nesse documento real. Aos missionários, jesuítas e franciscanos, se concedem os serviços de dois aldeamentos indicados por seus nomes no regimento, mas se proibe que requisitem trabalhos dos demais. Por outro lado, cabe aos missionários "descer" os índios, isto é, fazer com que deixem suas aldeias do sertão para ocuparem os aldeamentos próximos dos colonos. Ou seja, seu trabalho catequético é posto a serviço do aumento da oferta de mão-de-obra indígena. Entretanto, admite que os índios que não quiserem descer do sertão para as vizinhanças dos colonos poderão nele permanecer, contanto que aceitem a fé católica e escolham, dentro do sertão, o local onde deverão viver, de modo que possam ser alcançados pelos missionários e terem seu assentamento disposto segundo as normas estabelecidas no mesmo regimento, pois era do interesse do reino que também os sertões continuassem habitados. No texto "O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa", Marcia Eliane Alves de Souza e Melo faz um resumo do regimento e analisa a disputa entre as forças políticas, jesuítas e colonos, que conduziram a sua promulgação [53]. O livro *Leis e Regimentos das Missões: Política Indigenista no Brasil*, de José Oscar Beozzo (São Paulo: Loyola, 1983), transcreve o Regimento nas pp. 112-120. No que tange aos índios livres, moradores de aldeamentos, o trabalho remunerado, porém forçado, por períodos, com rodízio de turmas, sem dúvida lembra o regime da mita, que os espanhóis aplicavam aos índios andinos, de modo a disporem de mão-de-obra para a extração da prata, ouro e mercúrio.

Esse regimento tinha sido precedido de um outro, de 1680, que proibia escravizar índios, qualquer que fosse o pretexto (ver o mesmo livro de Beozzo, pp. 106-111). Mas, por outro lado, é seguido por um alvará de 1688, que autoriza a escravidão por "resgate" de índios prisioneiros de outros que os destinariam à antropofagia, e também índios aprisionados em ataques contra os colonos ou com seguras mostras de intenção de atacar ou ainda que impedissem a mão armada a entrada de missionários para catequese (ainda em Beozzo, pp.121-125). São essas as principais leis relativas a índios que vigorarão no Estado do Maranhão e Grão-Pará até o Diretório dos índios de 1757.

Ainda sobre a legislação desse período na Amazônia, ver o artigo de Rafael Chambouleyron e Fernanda Aires Bombardi "Descimentos privados de índios na

[53] **http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/O-Regimento-das-Miss%C3%B5es-Marcia-Eliane-Alves-de-Souza-e-Mello.pdf**

Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)" (*Varia Historia*, vol. 27, nº 46, pp. 601-623, Belo Horizonte, 2011) [54].

Comércio holandês nas Guianas

No século XVII e XVIII os holandeses estabelecidos no litoral da Guiana, comerciavam com os caribes, deles recebendo produtos da floresta e índios que aprisionavam na bacia do Orenoco, na Venezuela, ou nos rios Branco e Negro, nos atuais estados brasileiros do Amazonas e Roraima, dando-lhes em troca artigos de origem européia. Os caribes constituiam-se assim como intermediários de uma imensa rede que os enlaçava, por relações de troca ou conflito, com os grupos indígenas do interior. Os manaus faziam parte dessa rede, ou de outra que com ela competia. Seu líder, Ajuricaba, na terceira década do século XVIII, acabou sendo preso pelos portugueses, que iniciavam seu avanço pelo rio Negro acima. Para deles escapar, atirou-se às águas.

No artigo "De guerreiros, escravos e súditos: O tráfico de escravos caribe-holandês no século XVIII" (*Anuário Antropológico/84* [**vol. 9, nº 1**], pp. 174-187, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985), Nádia Farage examina como os caribes interpretavam suas relações com os holandeses. Se para estes elas eram comerciais e com vistas a serem integradas num crescente domínio colonial, para os caribes tinham um outro significado. Dos índios que aprisionavam, matavam todos os homens adultos, mas poupavam os rapazes ainda não iniciados nas armas, as mulheres e as crianças, que eram entregues aos holandeses. Aos rapazes chamavam de *poito*, termo de afinidade, com pequenas variações nas diferentes línguas da família caribe, que designa aquele que recebe mulher em casamento, geralmente o genro ou o cunhado. Ou seja, os caribes abriam mão de ter as mulheres aprisionadas como esposas, ou de ter os préstimos matrimoniais dos rapazes como seus genros e cunhados, para trocá-los por artigos europeus. Em vez de receber mulheres dos holandeses, recebiam mercadorias. Dessa maneira os holandeses passavam a ocupar a posição estrutural de doadores de mulheres, o que punha os caribes numa posição de inferioridade.

Mas, matando os homens adultos inimigos, os caribes ainda podiam assegurar o prestígio da identidade de guerreiros. Entretanto, ao enviar os caribes para combater os negros escravos revoltados, os holandeses começaram a exigir que os prisioneiros lhes fossem devolvidos vivos, dado o seu alto valor monetário, oferecendo-lhes até uma certa quantidade de artigos manufaturados como recompensa. Dessa maneira os caribes foram gradativamente se encaminhando para a posição de súditos.

Os britânicos, que se apoderaram da metade ocidental do litoral guianense dominado pelos holandeses em 1796, e que tiveram sua conquista confirmada no Congresso de Viena em 1815, dando início à Guiana Inglesa, continuaram as relações com os caribes.

O livro da mesma autora *As Muralhas do Sertão: Os Povos Indígenas no Rio Branco e a Colonização* (Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anpocs, 1991) integra o conteúdo estudo desse artigo em um esquema mais amplo, no qual considera o papel dos indígenas na consolidação das fronteiras coloniais e depois nacionais.

Escravização de índios do alto rio Negro

A escravização dos manaus como resultante da "guerra justa" que os portugueses a eles fizeram e a seus aliados maiapenas (1723-1727) abriu caminho para o avanço das

[54] **http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n46/11.pdf**

"tropas de resgate" rio acima, alcançando seu alto curso. A história do contato com os índios do alto rio Negro tem sido um dos objetos de estudo de Robin M. Wright, de quem há pelos menos três textos sobre o tema. Um deles é o livro *História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro* (Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005, reproduzido por *Selected Works*). Outro é o capítulo "História Indígena do Noroeste da Amazônia: Hipóteses, questões e perspectivas", integrante da *História dos Índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha (2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [55]. E o mais antigo é o artigo "*Uma Conspiração contra os Civilizados*: História, política e ideologia dos movimentos milenaristas dos Arawak e Tukano no noroeste da Amazônia" (*Anuário Antropológica/89*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992; **nova numeração: vol. 14, nº1**) [56]. O primeiro cobre o tema desde o início do século XVIII até os tempos atuais. O segundo considera as contribuições sobre as características socioculturais dos povos indígenas do alto rio Negro e as hipóteses sobre como fizeram a ocupação da região nos tempos que precederam a chegada dos brancos. E ainda divide a história das relações com os brancos em períodos, comentando rapidamente os estudos que incidem sobre cada um deles. O terceiro se atém ao milenarismo que se manifesta dos meados do século XIX ao início do seguinte.

A ação das "tropas de resgate" na região do alto rio Negro é o tema do capítulo 1 do livro de Wright acima referido. Elas atuaram nesse rio continuamente de 1727 a 1755 e suas incursões no alto curso desse rio e seus afluentes e também no Orenoco se intensificaram a partir de 1737. Essas tropas conduziam os índios apresados ao arraial de Mariuá (atual cidade de Barcelos), onde um missionário, capelão de escravos, averiguava junto a cada um deles se fora entregue por índios que o destinavam à antropofagia, a que o inquirido respondia como podia, muitas vezes mentindo que sim, sob a ameaça velada dos integrantes da tropa, sendo por isso considerado escravo pelo missionário, que emitia o documento competente. Aqueles que tinham a sorte de ver aceita sua resposta negativa eram considerados forros, mas nem por isso eram devolvidos a seu lugar de origem, pois tinham de ser levados a Belém, a fim de pagar com trabalho por um certo número de anos a despesa que a tropa tinha feito com sua compra. Conforme declaração do capelão de escravos de Mariuá, entre 1738 e 1744 ele examinou e certificou cerca de 8 mil escravos e 4 mil forros. E, segundo uma outra declaração sua, presume-se que na década de 1740 cerca de 20 mil índios do alto rio Negro foram forçados a descer o rio. Mas o número deve ter sido muito maior, uma vez que tropas não autorizadas também atacavam e aprisionavam índios, que não passavam pelo frouxo e desonesto controle do capelão.

O texto de Wright é muito rico em comentários e informações. Traz a tradução do latim do primeiro relato extenso da região do alto Rio Negro, escrita pelo padre jesuíta croata Ignácio Szentmartonyi, astrônomo e matemático que fazia parte da comissão encarregada de delimitar a fronteira entre as possessões portuguesa e espanhola em decorrência do Tratado de Madri. Discute a identidade dos "boapés", índios referidos nessa notícia de Szentmartonyi e também por preadores de índios. Entre eles se falariam várias línguas. E dominariam o acesso a locais onde havia ouro, de que faziam seus brincos, objetos que circulariam por uma vasta região. Provavelmente constituiriam uma confederação multiétnica, que foi muito afetada pelo tráfico de escravos e que se teria dissolvido antes de terminar o século XVIII. Comenta a hipótese de Silvia Vidal e Alberta Zucchi sobre a existência de macro-unidades políticas na Amazônia do século XV ao XVII sucedidas pelas confederações multiétnicas do XVIII, alegando a falta de evidências

[55] **http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap253-266/p253-266_Wright_Historia_indigena_do_noroeste_da_Amazonia.pdf**

[56] **https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6435/7607**

para as primeiras e matizando a centralidade das segundas. Apesar de não negar a presença do canibalismo por vingança entre os antigos baníuas, lembra o autor que a permissão legal de escravizar os destinados a vítimas dessa prática adquiridos dos antropófagos dava margem às tropas de resgate de apresentar seus prisioneiros com tal, qualquer que fosse a maneira de consegui-los.

Expulsão da missão jesuítica espanhola do Solimões

Apesar de os espanhois terem descido o rio Amazonas mais de uma vez no século XVI em expedições de exploração (Orellana, Pedro de Ursua...), nada fizeram no sentido de ocupá-lo. Essa tarefa foi deixada à iniciativa de seus missionários, de modo que em 1689 o jesuíta Samuel Fritz, que trabalhava com os omáguas, descendo o rio Solimões, erigiu a capela de Nossa Senhora das Neves numa aldeia iurimágua situada no trecho entre as fozes do Juruá e a do Jutaí. Sentindo-se doente, o missionário desceu o rio até Belém, em busca de tratamento. Aí, os portugueses, desconfiados de que tinha vindo com o objetivo de espioná-los, retiveram-no enquanto consultavam o rei de Portugal sobre o que fazer. Quase dois anos depois de sua chegada, tendo recebido autorização do rei, levaram o misssionário rio acima até a região dos omáguas. Acompanhando os expedicionários de volta até Nossa Senhora das Neves, foi aí intimado pelo comandante a retirar-se rio acima, por serem aquelas terras de Portugal.

Samuel Fritz fazia parte das chamadas missões de Mainas, que tinham sua sede em Lagunas, no baixo Huallaga. A sede de governo secular ficava em Borja, no rio Marañón. Tanto uma como outra estava subordinada a Quito. Após seu retorno de Belém, o padre Fritz viajou até Lima para informar o Vice-rei do avanço português sobre as terras espanholas. Mas, toda vez que insistia no assunto, o Vice-rei lhe respondia que o continente era suficientemente grande para todos e que era preciso dar prioridade à defesa das terras que produziam mais rendimentos para os cofres reais.

Samuel Fritz retorna ao Solimões, mas as relações com os portugueses continuavam difíceis. Em 1697, numa aldeia dos aisuares (mais ou menos na altura da foz do Juruá), um capitão e alguns soldados portugueses, acompanhados do provincial do Carmo, Frei Manuel da Esperança, comunicam-lhe ter ido até ali para tomar posse daquelas aldeias por ordem do governador e a pedido dos índios. Em 1704, ele se retira do Solimões, por ter sido nomeado superior geral das missões da região. Mas as relações com os portugueses continuavam intoleráveis. Em 1709, o capitão português Ignacio Correa intima o Padre Juan Baptista Sanna, missionário entre os omáguas, a se retirar com os outros missionários dos rios Marañón e Napo porque aquelas terras pertenciam a Portugal. Os missionários se retiram. Mas uma tropa de Quito derrota os portugueses e aprisiona Ignacio Correa. Em 1710, uma expedição portuguesa de 21 canoas, 130 soldados e 300 índios sob o comando de José Antunes da Fonseca depreda as aldeias omáguas e aprisiona 15 espanhóis inclusive o Padre Sanna. Esses choques e ameaças fizeram com que os iurimáguas, aisuares e ibanomas fossem estimulados a se recolherem em São Joaquim (então na altura da atual cidade peruana de Pebas), que por sua vez acabou por ser transferida ainda mais para cima.

Mais detalhes podem ser encontrados nas pp. 10-14 do meu texto "Notas para uma história d[os brancos n]o Solimões" [57].

[57] **https://www.juliomelatti.pro.br/artigos/historiasolimoes.pdf**

Guerra e missões no interior do Nordeste do Brasil

A submissão de Portugal ao mesmo soberano da Espanha durou até 1640 e também deu lugar à extensão da guerra, entre holandeses e espanhois, aos portugueses, com a consequente invasão holandesa do Nordeste. Após a expulsão dos holandeses, houve a chamada Guerra dos Bárbaros, aos índios do interior do Nordeste, inclusive sob o pretexto de que tinham ajudado ao herege flamengo. Sobre essa guerra, que não foi única, mas uma série de conflitos que ocorreram durante a segunda metade do século XVII e prolongando-se pelo seguinte, há o livro de Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720* (São Paulo: Hucitec, Edusp e Fapesp, 2002).

Na mesma época, e até precedendo os confrontos armados, instalavam-se na região as missões jesuíticas, as dos capuchinhos franceses e outras, que são objeto de estudo de Maria Cristina Pompa na segunda parte de sua tese de doutorado *Religião como Tradução: Missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil Colonial* (Campinas: Unicamp – Depto. de Antropologia, 2001), da qual também há publicação impressa (Bauru: Edusc e Anpocs, 2003). Se bem entendi, o termo "tradução" presente no seu título alude ao esforço dos missionários em imitar gestos, atitudes, escolher os termos e símbolos nativos mais adequados para facilitar a transmissão de sua mensagem e o correspondente empenho dos índios em ajustar a nova fé e os novos ritos ao seu sistema religioso, apesar de os primeiros negarem totalmente as crenças e vários costumes dos segundos. Sem dizer que um importante fator de convencimento dos índios era a presença na região de tropas que se dirigiam a aldeias sublevadas, bandeirantes que faziam escravos, fazendeiros que lhes queriam as terras, o que tornava as aldeias missionárias um abrigo a procurar. Um dos aspectos interessantes da tese é a atenção concedida pela autora aos fragmentos simbólicos das culturas indígenas que as fontes históricas deixam entrever e não mais encontráveis junto aos povos indígenas nordestinos dos dias de hoje.

Também sobre o uso da força e da ação das missões na conquista do Nordeste vale a pena a leitura do capítulo "Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: Um esboço histórico", que Beatriz Dantas, José Augusto Sampaio e Maria Rosário de Carvalho escreveram para a *História dos Índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha (2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 431-456) [58], especialmente as pp. 437-446.

Tempo do ouro

Com a descoberta de sítios auríferos no Planalto Brasileiro, a partir do final do século XVII, os bandeirantes deixam de lado a procura de índios para escravizar e passam às atividades de mineração, o que os leva a ocupar uma região que até então só esvaziavam. Se o trabalho da mineração cabia sobretudo a escravos negros, por outro lado as áreas em se desenvolviam era habitada por diferentes povos indígenas falantes, na maioria, de línguas do tronco macro-jê. Dentre eles se contavam os caiapós do sul, cujo território englobava o Triângulo Mineiro e área circum-vizinha. Cortando esse território, abriu-se o caminho para ligar São Paulo a Vila Boa (atual cidade de Goiás), numa das áreas auríferas. Como os viajantes que por ele passavam estavam sujeitos ao ataque dos caiapós do sul, Antônio Pires de Campos (que tinha o mesmo nome do pai, descobridor das minas de Cuiabá), foi encarregado de aldear índios bororos no Triângulo Mineiro, de modo a dispor de uma tropa para combatê-los. Odair Giraldin faz um resumo desses

[58] **http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap431-456/p431-456_Dantas_Os_povos_indigenas_no_Nordeste_brasileiro.pdf#page=3**

eventos no seu artigo "Fazendo guerra; criando imagens; estabelecendo identidades: A ocupação do Centro-oeste e os conflitos com os Kayapó no século XVIII" (*História Revista*, vol. 6 nº 1: 55-74, 2001). O resumo é apenas uma introdução desse artigo, cujo objetivo é elucidar os motivos que levavam os brancos a acentuar a ferocidade, a agressividade, a implacabilidade dos caiapós do sul, além de acusá-los falsamente de canibalismo, e, em contrapartida, mostrar que a razão do comportamento dos segundos não se resumia à defesa de seu território, mas pode ser encontrada em disposições de sua cultura, relacionadas a sua identidade, e de sua organização social. Ajudou o autor a detectar essas motivações a etnografia dos panarás do rio Peixoto de Azevedo, um afluente do do rio Teles Pires, que tem suas nascentes junto ao alto Xingu, no norte de Mato Grosso. A descoberta de que os caiapós do sul (tidos como extintos em meados do século XX) e os atuais panarás são o mesmo povo decorreu da comparação da língua destes com vocabulários daqueles, tomados por viajantes do século XIX junto a parcelas deles que tinham sido aldeadas, e mais outro anotado entre descendentes seus no Triângulo Mineiro no século XX; além do nome "panará", também indicado nessas anotações.

O autor tem outro artigo sobre o mesmo tema que está mais fácil de achar na internet: "Renascendo das Cinzas: Um histórico da presença dos Cayapó-Panará em Goiás e no Triaâgulo Mineiro" (*Sociedade e Cultura*, vol. 3, nº 1 e 2, jan/dez. 2000, pp. 161-184) [59].

Os mapuches e a paz de Negrete

José de Bengoa, nas pp. 34-38 da introdução de seu já referido livro [60], relata que em 1726 foi realizada a assembleia (*parlamento*) de Negrete, em que espanhois e mapuches concordaram em aceitar uma dúzia de itens, que se resumiam no seguinte: os índios deporiam as armas, reconhecer-se-iam como vassalos do rei de Espanha e como inimigos dos inimigos dele, não se oporiam ao restabelecimento de fortes ao sul do rio Bío-Bío, aceitariam missionários em suas terras e frequentariam a igreja os que fossem batizados; realizariam três ou quatro feiras por ano em dias e locais previamente marcados a que índios e espanhois poderiam comparecer com seus gêneros, com a presença do comandante militar (e, se bem entendi, com número igual de índios e espanhois) de modo a evitar conflitos; proibia-se aos espanhois prear índios e negociar privadamente no interior do território mapuche.

Outras reuniões foram realizadas. Depois de uma delas, em 1738, o governador Manso de Velasco, em carta ao rei da Espanha, classificou de "repugnante" e indecorosa à honra das armas reais essa maneira de tratar com os índios. Entretanto os espanhois não dispunham de forças suficientes para submeter os mapuches e nem de incentivo para se apoderar de terras que não tinham ouro e outras riquezas.

Um reino afro-índio na América Central

Os conquistadores espanhois não mostraram interesse por um longo trecho do litoral caribenho centro-americano conhecido na época colonial como costa dos Mosquitos. Esse trecho abrangia desde o cabo Camarón (na atual Honduras) até a foz do rio San Juán (que faz a fronteira entre as atuais Nicarágua e Costa Rica) [61]. Ainda no século XVI, piratas e bucaneiros franceses, holandeses e ingleses começaram a frequentar

[59] **http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Agiraldin-2000/giraldin_2000.pdf**

[60] **https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=38**

[61] Não se trata, pois, do trecho mais ao sul, na costa do Panamá, que nos mapas de hoje é denominado golfo dos Mosquitos.

esse litoral, o que fizeram também negros fugidos da escravidão, e seus assentamentos vão crescendo gradualmente entre 1633 e 1663. Assim, em meados do século XVII, aparecem as primeiras menções aos misquitos (às vezes referidos como zambos, mulatos ou índios), resultantes de uniões de mulheres indígenas com europeus e africanos, e que começam a se constituir como grupo com distinção étnica. No século XVIII a área em que se distribuem está mais definida, mostrando os do norte uma influência africana mais forte que os do sul. Os misquitos colaboram com piratas em suas incursões, fazem intercâmbio com colonos ingleses e até com espanhóis, que vivem mais para a banda do Pacífico. Além de comércio também pilham e fazem escravos.

Mas são os ingleses que logram estabelecer relações mais próximas e amistosas com os misquitos e comercialmente mais interessantes. Levam um filho de um líder misquito à Inglaterra, onde passa três anos. Ao retornar, ocupa o lugar de seu pai, que falecera, e jura lealdade à Coroa britânica. Seu filho recebe uma comisión (comenda?) do rei da Inglaterra, talvez Charles II. E seu neto será o primeiro rei dos misquitos, Jeremy I, coroado pelo governador da Jamaica em 1687. E assim se inicia a série de 14 reis que dirigirão os misquitos até o final do século XIX. Os principais líderes passam a eleger o rei, geralmente o filho do anterior, que tem sua eleição validada pelas autoridades jamaicanas.

A partir do terceiro monarca, o rei zambo passa a ter a ajuda de um governador índio e tempos depois também de um almirante índio. E mais outros títulos eram atribuídos a homens de confiança do rei. Alguns chefes de aldeia eram também xamãs; e seus chefes militares eram denominados capitães. Nelas a divisão do trabalho não era mais complexa do que a baseada em sexo e idade, e organizavam-se com suporte nas redes de parentesco. Além das tarefas de subsistência, os homens se ocupavam de atividades externas, como a guerra e o comércio, e passavam longos períodos fora, em companhia dos ingleses.

Essas breves indicações sobre o reino misquito foram tomadas do artigo de Claudia García, "Ambivalencia de las representaciones coloniales: Líderes indios y zambos de la Costa de Mosquitos a fines del siglo XVIII" (*Revista de Indias*, vol. 67, nº 241, pp. 673-694, 2007) [62]. Como indica o título, o foco do artigo está no final do século XVIII. Por isso, a ele retornarei na apresentação da etapa seguinte (1750-1822).

Movimentos sócio-religiosos no México

Nas três primeiras décadas do século XVIII, os povos maias desencadeiam seis movimentos sócio-religiosos, conforme mais uma consulta a *Utopías Indias* [63], de Alicia Barabas, continuando a alta frequência dos períodos anteriores. Mas nesta etapa (1686-1750) esses movimentos são pouco numerosos nas outras áreas: manifestam-se apenas uma vez em Oaxaca, em 1700, e duas no noroeste, sendo um na Baixa Califórnia (1733-1735) e outro dos yaquis (1740). O dos yaquis foi como que o prenúncio de vários outros do mesmo povo, que se iniciarão 85 anos depois e se prolongarão por uns cem anos.

O sudeste da América do Norte

Sobre a organização social e política dos natchez veja-se o resumo que fiz no capítulo L2 das *Áreas Etnográficas da América Indígena* [64]. Em seguida os chickasaws foram duramente combatidos pelos franceses, aos quais se aliaram os choctaws, mas

[62] **https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=38**
[63] **http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala**
[64] **https://www.juliomelatti.pro.br/areas/l2sudeste.pdf**

encontrando forte resistência. Já os cherokees, a princípio tiveram boas relações com os britânicos. Mas com o tempo elas se converteram em hostilidades que vão terminar com a derrota dos índios uns 15 anos antes do início da guerra de independência dos Estados Unidos.

De 1750 a 1822

Este período é marcado por significativas modificações no regime colonial tanto da América portuguesa quanto da espanhola. No ano de 1750 é assinado o Tratado de Madri, que vai ajustar as fronteiras entre uma e outra, substituindo a obsoleta linha de Tordesilhas, e dá ao Brasil um contorno bem próximo de seu mapa atual. Tanto a Espanha quanto Portugal estão sob a influência das ideias iluministas, a primeira passando pelas reformas bourbônicas e o segundo sob o governo de um dos chamados déspotas esclarecidos, o Marquês de Pombal. A orientação filosófica e científica de suas universidades passa por uma atualização. A Espanha abandona o regime de porto único em suas relações comerciais com as colônias. Também revisa sua administração colonial, com a divisão das colônias em intendências, substituindo os corrigidores, cuja remuneração dependia de uma não escondida corrupção. Cria-se o vice-reinado do Prata. No Brasil se estimula o ensino da língua portuguesa em desfavor da língua geral paulista. Cria-se uma legislação assimilacionista dos índios, com a transformação de suas aldeias maiores em vilas e as menores em povoados. Apoiam-se as uniões matrimoniais entre brancos e índios, ao contrário das uniões com negros. Sem dizer da retirada do poder temporal dos missionários e da expulsão dos jesuítas, medida imitada pelo governo espanhol e que leva até à suspensão da ordem inaciana pelo papa. No Canadá, entretanto, os jesuítas continuaram a atuar.

Na América do Norte as lutas entre as colônias britânicas e a Nova França começam em 1754 e são continuadas com a Guerra dos Sete Anos, com a participação de tropas enviadas tanto da França quanto do Reino Unido. Termina com a perda pela França de suas colônias da América do Norte. Entretanto poucos anos depois são os britânicos que perdem as 13 colônias da costa oriental, que dão nascimento aos Estados Unidos, cujas forças contam com a ajuda da França.

Na América Latina, as mudanças são transtornadas pelos acontecimentos da Europa, com a invasão napoleônica da península Ibérica, a deposição do rei espanhol e a fuga do principe regente português para o Brasil, desencadeando o processo de independência das colônias.

Movimentação dos muras

Ainda na primeira metade do século XVIII, no trecho do rio Madeira entre a foz do rio Aripuanã e a do Gi-Paraná, a presença mura punha em sobressalto a missão jesuítica ali instalada, que se destacava pela extração de cacau. Os jesuítas iniciaram então um processo solicitando o desencadeamento de uma guerra justa contra os muras. O pedido, desde sua tramitação pelas instâncias da colônia, sofreu críticas e, ao chegar ao rei, não teve boa acolhida, pairando dúvidas sobre a veracidade do que ia relatado e a idoneidade das testemunhas. Além disso, era no tempo do ouro e as autoridades foram de parecer que os muras até prestavam um serviço, pois dificultavam o acesso às minas de Mato Grosso. Na época morriam muitos índios das missões devido a uma epidemia. E o sensível despovoamento abriu espaço para os muras se deslocarem para o norte, alcançando a confluência do Madeira com os Solimões, de onde se espalharam rio acima e abaixo, alcançando o Japurá e o Negro. Também a movimentação dos mundurucus do

Tapajós em direção ao Madeira teria motivado esse deslocamento. E nessa situação se encontravam na segunda metade do século XVIII. É o tempo em que trabalham as comissões encarregadas dos novos limites com as colônias espanholas, que a capitania de São José do Rio Negro tem sua sede em Barcelos, que o irmão do Marquês de Pombal governa a Amazônia, das viagens do ouvidor Sampaio e, finalmente, da "viagem filosófica" de Alexandre Rodrigues Ferreira. Ao que parece, tudo o que se dizia dos muras tinha uma segunda intenção. Possivelmente sua população chegava a 60 mil pessoas, como se dizia. Ao perigo dos muras se atribuía a pequena produção agrícola e extrativa que estava sendo estimulada pelo governo. Os remeiros indígenas a ele se referiam para escapar da penosa e esgotante tarefa de percorrer o Madeira, o Mamoré e o Guaporé até Mato Grosso, agora que o declínio da produção do ouro era substituído pela necessidade de proteger a fronteira. Os muras não seriam exclusivamente um agregado de índios e negros fugidos do trabalho forçado. A procura da paz por iniciativa própria em 1785-87, cantada pelo funcionário régio Henrique João Wilckens no poema "Muhuraida", não era uma unanimidade entre eles. Os textos de Alexandre Rodrigues Ferreira, calcados em relatos mais antigos, já não se referiam à situação que se presenciava.

Quem sabe contar sobre os muras do século XVIII, dando o devido peso a tudo o que se disse sobre eles, é Marta Amoroso em "Corsários no caminho fluvial: Os Mura do rio Madeira" (em *História dos Índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha, 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 297-310) [65]. Sobre os muras a mesma autora tem sua dissertação de mestrado, *Guerra Mura no Século XVIII, Versos e Versões: Representações dos Mura no Imaginário Colonial* (Campinas: Unicamp – IFCH – Departamento de Antropologia, 1991). Nas pp. 182-224, a dissertação reproduz o manuscrito do poema heroico em seis cantos "Muhuraida ou O Triunfo da Fé", de Henrique João Wilckens, engenheiro que integrava a comissão de técnicos encarregados dos trabalhos de demarcação da fronteira luso-espanhola em atendimento ao disposto no Tratado de Madri.

A Guerra Guaranítica

Os chamados Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul de hoje, faziam parte de um continuum que abrangia outros muitos povoados guaranis, também missionados pelos jesuítas, na província argentina de Misiones e no sul do Paraguai, como mostra um mapa na p. 111 do artigo de Graciela María Viñuales, "Misiones jesuíticas guaranies (Argentina, Paraguay, Brasil)" (*Apuntes*, vol. 20, nº 1, pp. 188-125) [66].

O Tratado de Madri, em 1750, substituiu o Tratado de Tordesilhas e deu ao Brasil fronteiras bem próximas das atuais. Mas a troca da Colônia do Sacramento, na margem esquerda do rio da Prata, que estava então com Portugal, pelas missões jesuíticas espanholas no Rio Grande do Sul encontrou resistência dos índios guaranis, que se recusaram a se transferir para o sul, acabando por ser atacados tanto por tropas portuguesas como por espanholas, na chamada Guerra Guaranítica. Quanto à batalha final desse conflito, a de Caiboaté, na verdade uma matança de guaranis, ver "Em questão de minutos", de Tau Golin, na extinta [67] *Revista de História da Biblioteca Nacional* (nº 70, 2011).

---

[65] **http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap297-310/p297-310_Amoroso_Corsarios_no_caminho_fluvial.pdf**

[66] **http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v20n1/v20n1a07.pdf#page=4**

[67] O site dessa Revista também foi desativado. Mas o artigo está disponível num outro site, para o qual remeto o leitor. O autor, Tau Golin, tem seus textos no seu próprio site, onde também o inclui, numa versão mais detalhada: **https://www.academia.edu/29728951/Em_quest%C3%A3o_de_minutos**

Mas a guerra não se resumiu a essa batalha final. Os confrontos armados começaram em 1754; houve uma trégua em 1755; e as hostilidades foram retomadas em 1756, ano em que ocorreu o combate de Caiboaté. Alexandre Vieira, em sua tese de doutorado *Pensamento Político na Guerra Guaranítica: Justificação e resistência ao absolutismo ibérico no século dezoito* (Florianópolis: UFSC, 2005) [68], faz um exame, não dos confrontos bélicos, mas sim das idéias, escolhas e impasses com que lidaram os jesuítas dos Sete Povos da Missões, seus superiores da região platina e seus dirigentes da Europa, entre os quais havia divergências; do modo de agir das autoridades espanholas e portuguesas encarregadas do traçado dos limites e da repressão dos guaranis; e do pensamento dos próprios índios, que resistiam a mudar-se, não acreditando que o seu rei, o espanhol, fosse capaz de ordenar a entrega, a seus velhos inimigos portugueses, dos povoados e igrejas que construiram, suas roças, levando seus rebanhos para estabelecer-se em outro lugar, entre índios hostis, e erguer tudo outra vez. Logo eles, que sempre foram súditos fiéis e que sempre combateram em favor de seu rei.

Sobre essa guerra José Basílio da Gama compôs o poema "O Uraguai" (mas erradamente atribuído a Basílio de Magalhães).

Início da ocupação do território caingang

As explorações militares no interior do Paraná começam em 1768, ponto de partida do estudo de Lúcio Tadeu Mota sobre a resistência caingang à invasão de seu território nos capítulos 2 e 3 da parte 3 de seu livro *As Guerras dos Índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)* (2ª edição revista e ampliada, Maringá: Eduem, 2008 [69]. As expedições enviadas aos campos de Guarapuava, entre 1768 e 1774, para submetê-los por negociação ou pela força, não alcançam êxito. Somente a derrota que sofrem em 1810 faz uma parte dos caingang começar a colaborar com os invasores.

Fim do poder temporal dos missionários

É no início da segunda metade do século XVIII que o Marquês de Pombal toma a iniciativa de expulsar os jesuítas da metrópole e das colônias portuguesas, seguido poucos anos depois pela mesma providência por parte da Espanha. Isso trouxe a extinção das missões jesuíticas espalhadas por toda a América Latina. No caso do Brasil, embora as outras ordens religiosas não tivessem sido obrigadas a abandoná-lo, foram também atingidas pelo Alvará de 7 de junho de 1755, que abolia o poder temporal dos missionários. Esse alvará complementava a lei assinada no dia anterior, que reconhecia a plena liberdade dos índios, inclusive dos escravizados, o livre uso de seus bens, o direito de recusar ser "descidos", mas permanecer nos lugares em que habitavam; suas aldeias maiores seriam erigidas em "vilas" e as menores em "lugares", termos pelos quais se entendiam unidades políticas bem definidas. Por exemplo, as vilas teriam câmara de vereadores, juizes ordinários e oficiais de justiça, preferivelmente indígenas. As aldeias independentes das vilas seriam dirigidas pelos seus chefes tradicionais e seus auxiliares também indígenas seriam efetivados em cargos como sargentos-mores, capitães e alferes. Confira-se no livro *Leis e Regimentos das Missões: Política Indigenista no Brasil*, de José Oscar Beozzo (São Paulo: Loyola, 1983, pp. 58-59).

[68] **http://livros01.livrosgratis.com.br/cp093782.pdf**
[69] A numeração dos capítulos difere da 1ª edição, que é de 1994.

Diretório dos Índios

Em 1757, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, redigiu o "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Magestade não mandar o contrário". Mendonça Furtado era irmão do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), ministro do rei D. José I. Esse Diretório regulamentava a aplicação da recente legislação referente a índios que vinha sendo emitida em nome do rei, mas sob orientação de Pombal. Oscar Beozzo, em seu já referido livro (pp. 60-69), comenta criticamente o Diretório, mostrando que chegava até a alterar o disposto nas leis que regulamentava. Se as leis extinguiam o poder temporal dos missionários, Mendonça Furtado criava o diretor, para instruir os indígenas nas novas funções que iriam desempenhar, mas também vigiar seu comportamento e suas relações com os colonos, tanto no sentido de defendê-los, mas também para providenciar o corretivo. Também dispunha sobre medidas aculturativas, como escolas em que meninos deviam estar separados das meninas, uso da língua portuguesa, adoção de sobrenomes portugueses, adequação do vestuário, divisão das casas em cômodos. Se a legislação reconhecia a liberdade de comércio e o livre uso de seus bens, o Diretório, ao contrário, reintroduzia a obrigação de atender à requisição de trabalho pelos colonos, a chamada distribuição ou repartição, dividindo as comunidades indígenas em duas partes que alternativamente satisfariam essas solicitações, com pagamento antecipado de um terço da remuneração, ficando os outros dois terços num cofre, sob guarda do diretor, para serem pagos no final, no caso do cumprimento das tarefas pelos índios, ou devolvidos ao requisitante do trabalho em caso contrário. Além do plantio da mandioca, também recomendava o plantio do feijão, milho, arroz, algodão e tabaco, e acrescentava a busca às drogas do sertão. Alguns desses produtos agrícolas ou extrativos certamente faziam parte das metas de exportação do próprio Estado. Exigia dos índios o pagamento dos dízimos. E ainda recomendava que os diretores estimulassem os principais, vereadores, juizes ordinários e oficiais de justiça das comunidades indígenas a efetuarem os "descimentos", sem dizer da sugestão de introduzir brancos nas povoações indígenas.

O governo português estendeu a aplicação desse Diretório ao Estado do Brasil. Porém houve grandes abusos dos diretores. Eles eram remunerados com a sexta parte do produto da atividade indígena, excetuada a destinada à subsistência. Por isso os índios eram obrigados a trabalhar duramente sobretudo naquelas tarefas que aumentassem os rendimentos dos diretores. A tal ponto chegou a situação que o Diretório foi extinto em 1798.

O Diretório está transcrito no referido livro de José Oscar Beozzo (pp. 127-167). E também no apêndice do livro *O Diretório dos Índios: Um projeto de* CIVILIZAÇÃO *no Brasil do século XVIII*, de Rita Heloísa de Almeida (Brasília: EdUnB, 1997).

Cartas régias de D. João

Foi o príncipe regente D. João que, pela carta régia de 12 de maio de 1798, extinguiu o cargo de diretor de índios, favorecia o casamento entre indígenas e brancos, proibia a guerra às tribos, a não ser para repelir um ataque, e reconhecia no índio o estado de menor, de modo a garantir e defender seus direitos e interesses.

Mas, depois de instalar-se no Brasil, D. João tratou de modo excessivamente duro os índios de algumas regiões, assinando cartas régias que autorizavam a guerra e escravidão dos prisioneiros: a Carta Régia de 13 de maio de 1808 contra os botocudos de Minas Gerais; a de 5 de novembro de 1808 contra os bugres de São Paulo; a de 1º de abril

de 1809, também referente a índios de Minas Gerais; a de 5 de setembro de 1811, contra os carajás, apinajés, xerentes, xavantes e canoeiros, do Brasil central [70]. A primeira declarava uma guerra ofensiva, que só devia cessar quando os índios, "movidos pelo justo terror", pedissem a paz. A terceira estabelecia a escravidão por 15 anos a partir do batismo do prisioneiro, ou a partir da idade de 14 anos para os rapazes e de 12 anos para as moças. A quarta reconhecia que a hostilidade dos índios se devia aos maus-tratos que tinham recebido de alguns comandantes de aldeia, mas agora não havia outra medida a tomar senão intimidá-los ou até destruí-los. Comentários sobre essas cartas se encontram no já referido livro de Beozzo (pp. 72-74) e no de Rodrigo Otavio, *Os Selvagens Americanos perante o Direito* (Coleção Brasiliana, vol. 254, São Paulo: Nacional, 1946, pp. 112-113.

Essas cartas régias continuaram a vigorar até depois da independência do Brasil, e só vieram a ser suprimidas no Período Regencial. O regente Feijó, em 27 de outubro de 1831, promulgou a lei que revogava as cartas régias de 5 de novembro (referente a São Paulo), 13 de maio e 2 de dezembro (referentes da Minas Gerais) de 1808, e desonerava da servidão os índios a quem tinham sido aplicadas. Nada diz das cartas régias assinadas em 1809 e 1811, ou o autor que a cita (Beozzo, p. 75) é que a elas não se reporta. Uma das cartas régias suprimidas, a de 2 de dezembro de 1808, não é focalizada por Beozzo e nem Otavio. A lei também dispunha que os índios fossem acompanhados pelos juízes de órfãos.

Tupac Amaru

Segundo George Kubler, em seu grande artigo "The Quechua in the Colonial World" (no *Handbook of South American Indians*, dirigido por Julian Steward, Washington, D.C., Smithsonian Institution, 1946, vol. 2, pp. 331-410), houve várias revoltas indígenas na região andina durante o século XVIII, geralmente em resposta aos abusos dos corregidores, porém mantendo a fidelidade à Igreja Católica e à Coroa Espanhola.

A mais importante foi a revolta de Tupac Amaru. Na verdade, sob esse nome se incluem cinco levantes ocorridos na mesma época, que, embora relacionados, careciam de uma direção geral: **1)** a rebelião de Chayanta, com um breve sítio de La Paz (agosto de 1779 a maio de 1781); **2)** a de José Gabriel Tupac Amaru e o sítio de Cusco (novembro de 1780 a maio de 1781); **3)** a de Julián Apasa, que sitia La Paz (março a junho de 1781); **4)** a de Andrés Tupac Amaru, que sitia outra vez La Paz (agosto a outubro de 1781; **5)** a rebelião de Huarochiri, na encosta andina próxima de Lima, de Miguel Bastidas e Felipe Velasco Tupac Inca Yupanqui.

---

70 Esta carta também foi motivo para levar a guerra à região dos timbiras, no sul do Maranhão. Note-se a capciosa exigência de esclarecimento feita por Francisco de Magalhães, que aprisionava índios para serem vendidos no Pará, embarcados no mísero povoado que fundara na beira do Tocantins e que veio a transformar-se na cidade de Carolina (MA): "Declarando a Carta Régia de 5 de setembro de 1811, que todos os índios que em qualquer ataque forem encontrados com armas na mão, sejam considerados como prisioneiros de guerra, e entregues aos vencedores para deles se servirem nos seus serviços domésticos por 10 anos, e mais tempo que durar a sua atrocidade, enquanto não derem provas do abandono da sua ferocidade exige-se declaração: se as mulheres e crianças daquela nação armada e feroz devem ser consideradas também prisioneiras de guerra, ou se devem deixar em abandono em seus alojamentos e aldeias" (no texto de Candido Mendes de Almeida *A Carolina ou a Definitiva Fixação de Limites entre as Provincias do Maranhão e Goyaz*, Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães, 1852, doc. nº 10, p. 58. Em **http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242525**).

José Gabriel Tupac Amaru atuou apenas no episódio nº 2, e foi executado em maio de 1781. George Kubler (pp. 384-391) faz uma breve descrição e análise desse complexo de rebeliões [71].

Sobre esses acontecimentos há também o artigo de Oscar Cornblit "Levantamientos de masas en Peru y Bolivia durante el siglo dieciocho" (*Revista Latinoamericana de Sociología* vol. 6, nº 1, 1970). Cornblit, além de apontar mais alguns levantes relacionados aos indicados por Kubler, ensaia uma interpretação um pouco mais complexa. Ele se demora em focalizar as obrigações legais dos índios, como a mita, a de comprar os artigos importados da metrópole nas mãos dos corregidores, que a isso acrescentavam abusos nos preços e a imposição de objetos encalhados nas casas comerciais. Esse monopólio do corregidor no comércio com os índios do repartimiento sob sua jurisdição era uma concessão do governo espanhol destinada a complementar a remuneração desse funcionário colonial. Eram sobretudo os índios que viviam em comunidades que estavam sujeitos a essas obrigações. Elas não atingiam os yanaconas, que prestavam serviços a particulares, e nem os índios forasteiros, isto é, aqueles que delas escapuliam, abandonado as comunidades e caindo no mundo. Por outro lado, nessa época, tempo do iluminismo e dos déspotas esclarecidos, o govermo espanhol estava empenhado em fazer uma grande reforma administrativa no seu império colonial, com uma burocracia mais aprimorada, menos permeável à corrupção e arrecadação fiscal mais eficiente. Tentava aplicar a obrigação da mita a pelo menos uma parte dos índios forasteiros. O cargo de corregidor estava fadado a se extinguir. Se os índios das comunidades tinham suas queixas contra aqueles que o ocupavam, e os índios forasteiros receavam as medidas que para eles se propunham, os índios mais aquinhoados e em posição hierárquica mais alta, bem como os espanhóis e criollos comerciantes, empresários da mineração ou de tecelagens, estavam apreensivos com as reformas que lhes tirariam privilégios e oportunidades de sonegação. Segundo Cornblit, esses últimos apoiaram e estimularam veladamente os levantes indígenas, mas deles se afastaram quando perceberam que não os podiam controlar.

Mudanças socioculturais na vida mapuche

Após o acordo de Negrete em 1726, uma certa paz, não de todo completa, passou a presidir as relações entre espanhois e mapuches. Esse ambiente mais favorável permitiu aos mapuches criar bovinos, ovelhas, cavalos, desenvover a agricultura, intensificar o comércio com os espanhois. Das moedas de prata advindas desse comércio, produziam joias e também adereços para ornamentar os arreios de seus cavalos. Diferenças no acesso à riqueza começaram a se acentuar. Líderes que reuniam sob sua influência vários chefes de grandes famílias começaram a surgir. E outros ainda mais influentes que tinham ascendência sobre esses líderes também foram aparecendo, tornando-se como que chefes regionais. Os mapuches também se expandiram espacialmente, influenciando culturalmente os pehuenches das partes altas do Andes, e atravessando a cordilheira para os pampas argentinos. José Bengoa, nos capítulos 1, 2 e 3 do seu já referido livro (pp. 43-134) [72] trata detalhadamente desses e outros aspectos que se desenvolvem até a segunda metade dop século XIX, quando os chilenos lhes movem a guerra para conquistar seu território. Demora-se também na apreciação de sua distribuição por diferentes setores do território, nos pampas inclusive, alguns dirigidos por grandes líderes que eram sucedidos por filhos ou algum outro parente.

[71] Apenas uma curiosidade: José Basílio da Gama, autor de *O Uraguai*, tem um soneto dedicado a Tupac Amaru (**http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37590**)

[72] **https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=45**

No capítulo 4 do mesmo livro, Bengoa (pp. 135-149) trata da atuação dos mapuches na guerra de independência do Chile. Os chilenos partidários da independência se viram surpreendidos em ver a maioria dos mapuches pender para o lado espanhol. É que desde a assembleia de Negrete, em 1726, os mapuches tinham se comprometido a ser inimigos dos inimigos do rei, e o bom entendimento com os espanhois se manteve durante largo tempo, reiterado em outras assembleias, inclusive a segunda de Negrete em 1803. Os chilenos, que tomavam os araucanos como a representação da primeira reação de sua pátria à conquista espanhola, começaram a mudar sua imagem de corajosos e invencíveis heróis para a de bárbaros, cruéis, sanguinários e outras características pejorativas, que vão marcar suas relações com eles daí por diante, justificar a guerra de conquista de seu território e perdurar até os dias de hoje.

O breve ensaio espanhol de colonização da costa dos Mosquitos

Em seu já referido artigo "Ambivalência de las representaciones coloniales" (pp. 679-692) [73], Claudia García examina o pequeno período em que os espanhois tentaram exercer sobre o Reino dos Misquitos a mesma ascendência que até então fora exercida pelos britânicos (1787-1800). Apesar de acordada em tratados que a Espanha assinou com a Grã-Bretanha (1751, 1763), a entrega da costa dos Mosquitos aos espanhois não foi cumprida pelos britânicos, que inclusive resistiram, com ajuda dos misquitos, à ocupação espanhola da ilha de Roatan, de rio Tinto e do forte no cabo Gracias a Dios em 1782. A razão dos britânicos era que o domínio espanhol sobre a região era apenas nominal e nunca fora exercido efetivamente. Finalmente a convenção assinada em 1786 foi cumprida por ambas as partes: os colonos britânicos foram evacuados e a Espanha os substituiu por colonos oriundos das Astúrias, Galícia e Canárias, bem como negros que tinham se rebelado em São Domingos e outros saídos do porto de Cádiz.

Uma parte do Reino Misquito estava sob a autoridade do quinto rei zambo, George II, e a outra controlada por um governador índio. Mas, ao que parece, este mesmo também reconhecia a autoridade do rei. Os espanhois procuram imitar os ingleses, que levavam líderes misquitos à Grá-Bretanha, onde passavam anos: convidam-nos a visitar a Guatemala, onde as autoridades lhes concedem honrarias. Pretendem também fazer como os britânicos, que levaram filhos de misquitos de prestígio para educar, mas isso não chegam a realizar. O próprio rei e o governador índio, quando convidados à Guatemala, não chegaram a aceitar. Também os convidam a uma reunião em Cartagena. Havia uma forte desconfiança entre os misquitos sobre as verdadeiras intenções dos espanhois, que seriam a de apoderar-se de seu reino. Os espanhois, por sua vez, reparam que os líderes misquitos falam e escrevem em inglês com perfeição, vestem-se e comportam-se como ingleses, portam-se à mesa como os europeus.

Imitando seus predecessores, os espanhois fazem presentes anuais aos líderes misquitos, que estes criticam por serem artigos mais toscos e pesados do que aqueles que recebiam dos britânicos. O que os misquitos desejam é comerciar: receber artigos de boa qualidade e a bom preço e dispor de um mercado para os produtos locais (tartarugas, salsaparrilha, couros de veado). Também querem ser recrutados para trabalho, como faziam os ingleses, no corte e transporte de caoba (acaju, mogno), na pesca da tartaruga, no abastecimento dos barcos.

Com o tempo, os misquitos vêm a se queixar de escassez de tudo. Em 1800 o rei misquito toma o povoado e o forte de Rio Tinto (litoral da atual Honduras) sem encontrar resistência, desalojando os espanhois e libertando os escravos. Nessa data a maioria dos

[73] **http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/627/693**

colonos espanhois já tinha falecido devido a epidemias ou abandonado a costa dos Mosquitos, enquanto a população britânica voltava a crescer. A Espanha iria viver em breve a invasão napoleônica e o aprisionamento de seu rei, o que seria seguido pela independência de suas colônias americanas. Mas o Reino Misquito continuou até 1894, quando por ação militar foi dissolvido e anexado pela Nicarágua.

Movimentos sócio-religiosos no México

Nesta etapa (1750-1822) os movimentos sócio-religiosos são poucos. Alicia Barabas, em *Utopías Indias* [74], apresenta apenas quatro. Na área maia ocorre apenas um, o de Jacinto Canek, em 1761, porém muito significativo, sendo lembrado na Guerra de Castas, que se iniciou 86 anos depois. Nas pp. 11-12 do capítulo N1 de *Áreas Etnográficas da América Indígena* [75] faço um pequeno resumo desse levante, com base no livro de *Nelson Reed, La Guerra de Castas de Yucatán* (2ª edição, México: Era, 1976, p. 52). No noroeste, houve dois movimentos em Nayarit, em 1767 e 1801, ambos de coras e huicholes; ambos os povos voltarão a se manifestar 88 anos depois na rebelião de El Tigre de Álica. Na área de Oaxaca e Guerrero não houve nenhuma rebelião ou movimento. Porém, um pouco ao norte da cidade do México, ocorreu o único entre os otomis de Hidalgo (1769).

Franceses perdem o Canadá e o Mississipi

Na América do Norte a disputa entre britânicos e franceses, que precede a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e por ela é englobada, resulta na perda pela França tanto do Canadá (na época o vale do rio São Lourenço e a margem setentrional dos Grandes Lagos) como da bacia do Mississipi, cabendo aos britânicos a vertente oriental e aos espanhóis a ocidental. Nessa guerra, pela primeira vez, atuam tropas especialmente enviadas da Europa em apoio às milícias locais.

Pontiac

O final da guerra é logo seguido por um grande levante indígena, conduzido pelo ottawa Pontiac, que teve lugar entre os Grandes Lagos e o rio Ohio, de povos que, tendo sido aliados dos franceses, se viam agora sujeitos a um novo modo de relacionar-se imposto pelos britânicos. Apesar dos sucessos iniciais, os índios foram vencidos.

Proclamação Real de 1763

Como resultado da Guerra dos Sete Anos, o Reino Unido apossou-se da Nova França (o vale do rio São Lourenço e os Grandes Lagos) bem como da Luisiânia (apenas a vertente oriental do Mississipi, pois a ocidental ficou com a Espanha). De modo a ordenar o novo estado de coisas para os habitantes tanto das terras conquistadas como das que já estavam desde antes sob o domínio britânico na América do Norte, o rei assinou uma proclamação real. Esse documento, entre outras disposições, disciplinava as relações entre europeus e seus descendentes, de um lado, e os índios, de outro. Estabelecia que as negociações com indígenas relativas à cessão de terras só podiam ser entabuladas por funcionários credenciados a selar acordos em nome do rei. Não podiam ser particulares ou representantes de colônias. A Proclamação serviu de fundamento para os tratados que os Estados Unidos, após a independência, e sobretudo o Canadá, no seu demorado processo de unificação e alçamento à soberania, fizeram com os índios. Em tempos recentes, os juízes que julgam os recursos impetrados por índios no Canadá têm

[74] **http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala**
[75] **https://www.juliomelatti.pro.br/areas/n1meso.pdf**

encontrado na Proclamação o reconhecimento de que seus direitos à terra não são criados por ela, mas sim de que a antecedem por tempo imemorial. O texto da Proclamação está disponível [76]. Brian Slattery, em "The Royal Proclamation of 1763: Roots and Branches" [77], faz um breve comentário da mesma no que se refere a índios.

Os Estados Unidos compram a banda ocidental da bacia do Mississipi

Tais acontecimentos precederam de poucos anos a independência dos Estados Unidos. Os acontecimentos na Europa deram oportunidade ao novo país de ampliar ainda mais suas fronteiras. Napoleão Bonaparte, ao destronar o rei espanhol, retomou para a França a banda ocidental da bacia do Mississipi, que ela tivera de entregar à Espanha. Mas a França não a reteve por muito tempo. Premido pelas despesas das guerras na Europa, Napoleão vendeu essa grande área aos Estados Unidos em 1803. Tal aquisição viria dar aos norte-americanos a oportunidade de pôr em prática uma ideia que vinha se desenvolvendo desde tempos anteriores à independência: a transferência dos índios do lado oriental do Mississipi para o ocidental.

Tecumseh

A guerra entre os Estados Unidos e o Reino Unido (1812-1815), motivada por incidentes relacionados aos bloqueios comerciais levantados por este e pela França napoleônica, foi marcada por confrontos navais no oceano Atlântico, no Pacífico, pelo bloqueio britânico do litoral norte americano, mas teve também suas batalhas terrestres e lacustres na região dos Grandes Lagos, mais especificamente nas duas extremidades do lago Erie e na passagem das águas deste para o Ontario (onde fica a catarata do Niágara). Isso porque os Estados Unidos tentavam por aí invadir e até conquistar pelo menos uma parte do Canadá, que era colônia britânica. Os índios da região entre os Grandes Lagos e o rio Ohio, que 50 anos antes tinham apoiado os franceses contra os britânicos e se levantado contra estes após a derrota daqueles na Guerra dos Sete Anos, dirigidos por Pontiac, voltaram a participar do confronto entre os brancos. Agora seus inimigos eram os norte-americanos, que se expandiam sobre suas terras; por isso fizeram causa comum com os britânicos e canadenses. Seu líder era o shawnee Tecumseh. Ele tinha um irmão chamado Tenskwatawa e conhecido como Profeta, que morreu no primeiro combate contra os norte-americanos, a batalha de Tippecanoe. Tecumseh veio também a morrer noutro confronto, a batalha do rio Thames (na península lacustre diante de Detroit, entre o lago Huron e o Erie), da qual os britânicos se retiraram, deixando os índios sozinhos diante do inimigo. A guerra não alterou as fronteiras. Mas os Estados Unidos consolidaram seu domínio sobre um território que já detinham e que viria a transformar-se nos estados de Ohio, Indiana, Illinois, Michigan e Wisconsin. Sobre Tecumseh, há um texto do Smithsonian American Art Museum [78].

A América Russa

No final do ano de 1724 o czar Pedro, o Grande, ordenou a realização da Primeira Expedição Kamtchatka, comandada pelo capitão dinamarquês Vitus Bering, que foi encarregado de explorar a região onde a Ásia encontra a América e depois percorrer o litoral da última até a cidade mais próxima em posse de europeus. Bering passou pelo

[76] **http://www.jamessmithcreenation.com/downloads/ROYAL%20PROCLAMATION%201763.pdf**

[77] **http://www.landclaimscoalition.ca/assets/Brian_Slattery.pdf**

[78] **http://americanexperience.si.edu/wp-content/uploads/2014/10/Tecumseh-and-the-War-of-1812_.pdf**

estreito que depois recebeu seu nome, mas foi incapaz de identificá-lo devido à neblina e nem de ver o litoral americano. No final de 1732 decidiu-se uma segunda expedição: Bering foi encarregado de esclarecer a existência e situação do estreito que separa os dois continentes, estabelecer relações pacíficas com a população local, convidando-a à cidania russa e a pagar o tributo sobre peles, numa base voluntária. Seu assistente, o capitão Chirikov, foi encarregado de explorar o litoral americano. E um outro participante da expedição, o capitão Shpanberg, deveria estudar as ilhas Kurilas e a costa do Japão. Chirikov tocou o litoral do Alasca aos 55º de latitude em 1741. Depois passou pela península de Kenai, pela ilha Kodiak e ainda descobriu várias das ilhas Aleutas. Bering desembarcou no cabo Santo Elias, na ilha Kayak, um dia depois de Chirikov. De retorno à península de Kamchatka (que era a base da expedição, pois aí é que foram construídas as embarcações auxiliares), passou pela ilha Shumagin, várias ilhas Aleutas e, já próximo de Kamchatka, naufragou junto às ilhas Komandorski (Comandante), onde veio a morrer de escorbuto em 1741. Devido às grandes despesas e aos parcos resultados econômicos (nada relativo a minerais) e políticos (incorporação de nativos), o governo russo desinteressou-se da exploração do norte do Pacífico.

As descobertas dessas expedições cairam no interesse de comerciantes siberianos, que, equipando navios tripulados por russos oriundos da servidão rural e da pobreza urbana, submeteram os aleutas, obrigando-os a fornecer peles valiosas às companhias comerciais e a pagar o tributo sobre elas ao tesouro do czar.

Porém o governo russo voltou a interessar-se pelas explorações quando surgiram notícias de navios estrangeiros a frequentar o norte do Pacífico. A czarina Catarina II ordenou mais estudos da região em 1764. Anexaram-se seis ilhas Aleutas, pensou-se na anexação do litoral pacífico americano desde o Alasca até a Califórnia. Mas o custo material e humano da expedição, que durou de 1764 a 1771, fez o governo russo esquecer os projetos expansionistas.

Alarmou novamente o governo a expedição inglesa do capitão James Cook, em 1778, que visitou vários pontos do norte do Pacífico, tanto no litoral americano como no asiático. Uma outra expedição russa foi organizada, sendo convidado um auxiliar de Cook, Joseph Billings, para dirigi-la. Havia pressa diante de notícias de que navios franceses tinham partido para o Pacífico sob o comando de La Pérouse. A expedição de Billings, que durou de 1785 a 1795, teve mais um caráter científico. Um projeto de expedição militar foi discutido. Mas a guerra da Rússia com a Turquia e depois com a Suécia, seguidas dos acontecimentos desencadeados pela Revolução Francesa, não permitiram a realização desse plano.

A partir daí são os comerciantes que insistem na apropriação do litoral ocidental da América do Norte, enquanto o governo russo era mais cauteloso em não disputar terras já apossadas por outras potências europeias e mais crítico com respeito às reais vantagens que daí podiam advir. Assim, em 1799 foi criada a Companhia Russo-Americana, de caráter monopolista, e levantado um forte na ilha de Sitka, no litoral do Alasca, que recebeu o nome de Novo Arkangel. A Companhia tinha interesse em estender sua área de ocupação para o sul, pois as lontras eram abundantes entre a ilha de Kodiak e a California.

Em 1811 os norte-americanos instalam um posto na foz do rio Colúmbia e em 1812 os russos erigem o Forte Ross, ao norte de São Francisco, com o objetivo de produzir suprimentos agrícolas para sua colônia mais ao norte. Em 1824 e 1825 a Grã-Bretanha e os Estados Unidos obtêm concessões da Rússia: dez anos de comércio livre do monopólio; liberdade de caça aos animais marinhos nas águas territoriais; estabelecimento do paralelo 54º40’N como limite meridional da colônia; limite oriental a

dez milhas da praia, até tocar o meridiano 141ºN, que a partir daí constituiria a fronteira até tocar o mar Ártico. E ainda o direito de navegação para os britânicos nos rios que, nascendo além desses limites, cortavam a colônia russa. Em 1839, a Rússia cede à Grã-Bretanha uma faixa desde o canal Portland no sul até o cabo Spencer no norte; em 1841 o forte Ross é vendido; em 1847 a companhia da Baía de Hudson constroi o forte Yukon sem autorização da Companhia Russo-Americana; e em 1867 a Rússia vende o Alasca aos Estados Unidos.

Essas informações foram tomadas do artigo "The plans of Russian expansion in the New World and the North Pacific in the eighteenth and nineteenth centuries" (*European Journal of American Studies*, vol. 5, nº 2, 2010) [79], de Andrei V. Grinev, que faz uma crítica das interpretações de autores anteriores relativas à participação dos diferentes atores nesses acontecimentos.

Um outro artigo, "The Kashaya Pomo and their relations with the Russian-American Company at Fort Ross, California, 1812-1841", de Erik Hirschmann (Fort Ross Conservancy Library, 1992) [80], focaliza mais os nativos com que os russos estabeleceram contato. Ele começa pelas características da cultura dos kashayas, um dos povos pomos, da Califórnia, entre os quais o forte Ross foi construído, cerca de 128 km ao norte da baía de São Francisco, em 1812, sugerindo que elas teriam facilitado suas relações com os russos. É mais convincente o argumento de que, dada sua infeliz experiência no norte, os russos chegaram à Califórnia decididos a tratar bem os nativos. Desde 1740 eles obrigavam os aleutas a caçarem lontras marinhas, retendo parentes deles como reféns. Levaram muitos deles para o Alasca, assim como também para o forte Ross, que estavam fundando. Tanaínas, chugash, esquimós da ilha Kodiak também sofriam o seu domínio, assim como os russos moviam-se a fazer o mesmo com os tlingits. Estes, por volta de 1800, defenderam-se, matando cem russos e duzentos aleutas. Isso fez os russos mudarem sua maneira de lidar com os nativos.

A instalação de um estabelecimento mais ao sul visava extender sua área de caça às lontras marinhas, como também ter um lugar onde pudessem produzir gêneros agricolas para suprir o norte. Os kashayas os receberam bem, outros pomos passaram a frequentar o forte e mesmo se instalar nas proximidades, bem como os miwoks. Os espanhois, preocupados com a presença russa, criaram duas missões religiosas ao norte de San Francisco: a de San Rafael, em 1817 e a de San Francisco Solano em 1823. A maneira de os espanhóis tratarem os índios era mais repressora e de imposição religiosa, mas os russos distribuiam armas entre eles de modo a estabelecer uma tácita aliança. Houve até uma espécie de tratado não assinado com os kashayas em 1817. Os índios apareciam espontaneamente no Forte Ross, oferecendo-se para trabalhar a troco de alimento e pequena retribuição. A produção de trigo, cevada e centeio se destinava ao abastecimento do Alasca; a de repolho, beterraba, nabo, alface, cenoura e batata, para consumo do Forte Ross e navios visitantes. Russos, siberianos e aleutas eram os trabalhadores efetivos. Também índios em punição por alguma falta. Havia uniões desses trabalhadores com mulheres kashaya, embora alguns russos fossem casados em sua terra de origem. Os kashayas também se interessavam pela religião dos russos e alguns compareciam espontaneamente às cerimônias. Mas os russos não faziam qualquer esforço por sua conversão.

[79] **http://ejas.revues.org/7805**

[80] **https://www.fortross.org/lib/138/the-kashaya-pomo-and-their-relations-with-the-rac-at-fort-ross.pdf**

Após 1820 a situação começa a mudar. As lontras estavam quase extintas no norte da Califórnia. Há um aumento das atividades agrícolas e pecuárias, e surgem também novas ocupações: curtição de couros, corte de madeiras, construção de embarcações, fabricação de tijolos. As relações com os kashayas começam a se modificar: queixas contra sua falta de cuidado com o rebanho, descaso para com os objetos que ganhavam, inclusive de suas parentas casadas com russos e aleutas, seu interesse acentuado e o excesso de tempo gasto com seus jogos tradicionais. Não há queixas sobre o uso de bebidas, pois os kashayas continuam avessos ao álcool. Por volta de 1830 eles começam a ser apresados e trazidos amarrados para o trabalho. Há reação, alguns grupos kashaya começam uma atividade de guerrilha, fazendo abate de gado do Forte Ross. Alguns dirigentes locais da Companhia Russo-Americana começam a se dar conta de que os índios são mal alimentados e sua retribuição pelo trabalho é excessivamene pequena, e propõem melhorar o tratamento que lhes dão. Apesar das relações melhorarem, 1837 é marcado por um surto de varíola que mata 100 mil índios na Califórnia, de um total de 250 mil. E a Companhia vende Forte Ross a John Sutter em 1841.

John Sutter era um empresário suíço, então cidadão mexicano. A Companhia Russo-Americana deve ter vendido o Forte Ross para ele como a um particular, não um representante do governo mexicano. Já a venda do Alasca aos Estados Unidos pela Rússia em 1867 foi uma negociação entre estados. Isso parece significar que a própria Rússia ainda não considerava o Forte Ross como parte de seu império.

Missões na Califórnia

O artigo de Martha Ortega Soto, "Colonización de Alta California: Primeros asentamientos españoles" (*Signos Históricos*, vol. 1, nº 1, pp. 84-102, Iztapalapa: UNAM, 1999) [81] nos conta como os espanhois, apesar de expedições exploradoras ocorridas desde o século XVI, só vieram a iniciar a ocupação daquela parte da Califórnia que hoje integra Estados Unidos na segunda metade do século XVIII. A presença de navios britânicos e franceses em viagens de exploração e sobretudo as notícias chegadas pelos meios diplomáticos das intenções de os russos se estabelecerem no litoral ocidental da América do Norte, sem dizer da recente conquista, pelo Reino Unido, do Canadá aos franceses, alertaram a Espanha do perigo que corria de perder uma área que considerava como sua. Foi o visitador geral José de Gálvez, chegado ao México em 1765, encarregado da instalação das chamadas "reformas bourbônicas" que, no seu plano de consolidação das províncias do noroeste do Vice-Reino da Nova Espanha, incluiu a ocupação da Alta Califórnia.

Com a expulsão dos jesuítas de todo o império espanhol em 1767, tal como tinha acontecido no império português anteriormente, eles tiveram de abandonar suas missões em Sinaloa, Sonora e na península da Baixa Califórnia. Nelas foram substituídos pelos franciscanos. E elas é que constituíram o ponto de partida para o avanço sobre a Alta Califórnia. Os estabelecimentos espanhóis para a região a ser ocupada deveriam ser constituídos por uma missão, um presídio e um povoado. A missão, ou seja, o missionário e os índios sob sua orientação, deveria ser policiada e protegida pelo presídio, isto é, uma guarnição militar. O povoado teria por moradores colonos não-índios. Diferentemente do modo de agir jesuítico, que erigia as missões bem afastadas das áreas habitadas pelos colonos, de modo a evitar os maus exemplos e sobretudo a exploração dos índios por aqueles, a missão deveria estar junto do povoado, para facilitar o intercâmbio entre uns e outros, de modo a permitir aos índios adotar costumes, conhecimentos e habilidades dos

[81] **http://historico.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/signos/cont/1/art/art5.pdf**

espanhóis. O mesmo aconteceria com a guarnição, cujos soldados, habilitados com as armas e na guerra contra índios, mas não integrantes do exército regular, teriam junto a seu quartel as casas de suas famílias.

Os estabelecimentos a serem criados em primeiro lugar seriam dois: o de San Diego de Alcalá, na baía de mesmo nome, e o de San Carlos Borromeu, na baía de Monterrey. Seus primeiros integrantes (missionários, índios catequisados, soldados, um médico, um cosmógrafo, cozinheiros, ferreiros e auxiliares) foram divididos em quatro expedições, duas pelo mar e duas por terra. Seu preparo foi assistido de perto pelo visitador, e foi realizado à custa de recursos das missões da Baixa Califórnia em termos de pessoas, animais de criação, alimentos, deixando-as empobrecidas. Partiram em diferentes datas do ano de 1769. E conseguiram se estabelecer, apesar de dificuldades iniciais, como falta de alimentos, mortes por escorbuto, ausência inicial das famílias dos soldados, um levante de índios.

Uma enumeração de cada uma das 21 missões, com breve informação sobre sua criação, e uma descrição principalmente de seu templo e seu estado de conservação perante os fenômenos naturais (como terremotos) e eventos históricos se encontram em "La evangelización de la Alta California: Resumen sobre las misiones franciscanas de California", de Alberto Lancaster Jones Verea [82].

O texto em que os índios aparecem pelo menos um pouquinho é o de David Rex Galindo, "Franciscanos e indios en la Alta California española, 1769-1822" (*Espacio, Tiempo y Forma,* Serie IV, Historia Moderna, t. 20, pp. 157-170, 2007) [83], que comenta os métodos dos missionários franciscanos e suas diferenças individuais quanto a sua avaliação dos índios e de suas culturas, a seu empenho em lhes aprender as línguas e ainda seu maior ou menor rigor na aplicação da disciplina. Queixas dos indígenas também são consideradas.

De 1822 a 1870

Esse período começa com os movimentos de independência da maior parte dos países do continente e termina no tempo em que os novos Estados parecem politicamente consolidados. O Brasil passa por diversas ameaças de desmembramento, como a Confederação do Equador, a Revolução Farroupilha, a Cabanagem Amazônica e perde a província Cisplatina, vindo a estabilizar-se por volta de 1840. A Grã-Colômbia não se sustenta por muito tempo e se desmembra em Venezuela, Colômbia e Equador. A tentativa de união do Peru com a Bolívia também não se mantém. As províncias da Argentina demoram a se ajustarem até a época da Guerra do Paraguai. A capitania da Guatemala se desmembra em vários pequenos países da América Central. O México independente passa rapidamente de monárquico para república, perde mais de metade de seu território para os Estados Unidos, sofre uma intervenção europeia, para lhe impor um imperador, até estabilizar-se no Porfiriato. Os Estados Unidos têm uma constante agregação de mais território, mas em compensação passa por uma traumática guerra civil.

---

82 **http://www.antoniano.org/public/pua/dispense/5%20Junipero%20Serra%20y%20las%20misiones%20de%20California.pdf**

83 **https://www.researchgate.net/publication/286191656_Franciscanos_e_indios_en_la_Alta_California_espanola_1769-1822**

E é no fim desse período que o Canadá começa a unir as diferentes colônias britânicas do norte numa confederação e inicia o seu lento caminhar em direção à soberania.

A propósito dos Apontamentos de José Bonifácio

Em seu texto "Projetos Indigenistas no Brasil Independente" (*Série Antropologia* 267, Brasília: UnB – ICS – DAN, 1999) [84], Alcida Rita Ramos examina os *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, que José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, apresentou à primeira Assembleia Constituinte, cuja dissolução pelo Imperador impediu sua discussão. E a Constituição elaborada por uma comissão e outorgada em 1824 nada dispôs a respeito dos índios. Alcida Ramos comenta criticamente as sugestões de José Bonifácio e mostra como várias delas se fundamentam nas mesmas ideias que orientaram o trabalho das missões jesuíticas, do Padre Vieira, e do Diretório dos Índios do tempo do Marquês de Pombal. Permeando os Apontamentos de Bonifácio, tais ideias alcançaram os tempos da República, na atuação do Serviço de Proteção aos Índios e de sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio.

Cabanagem

A Cabanagem é um complexo movimento que ocorre na Amazônia brasileira (1835-1840), envolvendo a população rural, a citadina e a indígena. O artigo de Magda Ricci, "Cabanagem, cidania e identidade revolucionária: O problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840" (*Tempo*, vol. 11, nº 22, pp. 5-30) [85], apresenta o início do levante revolucionário em Belém, mas lembrando que se difundiu por uma vasta extensão da Amazônia, mobilizando diferentes grupos sociais oprimidos em situações diversas: comunidades indígenas, índios dispersos entre os brancos, negros libertos e escravos. Por exemplo, a tese de doutorado de Márcia Leila de Castro Pereira, *"Rios de História": Guerra, Tempo e Espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM)* (Brasília: UnB−ICS−DAN, 2009) [86] mostra como marcas deixadas por esses acontecimentos nas terras e águas em que vivem esses índios constituem referências para sua memória.

Missões capuchinhas

Nos primeiros anos do reinado de Pedro II, tomam-se as medidas que orientarão a política indigenista até fim do Império: a autorização da vinda de misionários capuchinhos para o Brasil, as regras de fixação desses missionários nas províncias, a criação do cargo de diretor geral de índios, um em cada província, e de um diretor de aldeia para cada aldeamento. Também se dispunha sobre a instrução cívica e religiosa dos índios, sua iniciação nas artes e ofícios, a fiscalização sobre a maneira de empregá-los como trabalhadores, a fixação das tribos nômades e a ajuda às viúvas e às crianças. Os índios ficavam sujeitos ao serviço público e ao serviço das aldeias mediante salário e também ao serviço militar, mas sem que fossem coagidos a isso. Não podiam sofrer detenção por mais de oito dias, se fosse infligida por seu diretor; nos casos mais graves seriam entregues à justiça.

No que tange à atuação dos missionários capuchinhos, Marta Rosa Amoroso, além de sua tese de doutorado, *Catequese e evasão: Etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)* (São Paulo: USP−FFLCH−Depto. de Antropologia, 1998), escreveu vários outros textos.

---

[84] **http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie267empdf.pdf** ASérie Antropologia está c om problemas de acesso.

[85] **http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02**

[86] **http://livros01.livrosgratis.com.br/cp117678.pdf**

Em um deles, "Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos" (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, nº 37) [87], se apoia principalmente nos dados referentes à missão de São Pedro de Alcântara, no Paraná, dedicada aos caingang e aos guaranis (nhandevas e caiuás). Mostra como a missão estava também voltada para a instrução dos filhos dos colonos e que os índios resistiam aos ensinamentos religiosos e não frequentavam a escola. Mas também faz referência a outras missões capuchinhas. Ao todo os capuchinhos tinham 26 escolas no país, subvencionadas pelo governo imperial.

Noutro, "*Entre os Selvagens do Brasil*: Ensaios e Memórias dos Frades Capuchinhos sobre os Aldeamentos Indígenas do Império − 1844-1889" (XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2002), avalia os relatos deixados pelos missionários que trabalharam no Brasil, sob diferentes estímulos, apesar de guardá-los por escrito ser desaconselhado pela orientação de sua ordem religiosa.

Ainda noutro, "Natureza e sociedade nos aldeamentos indígenas do Império: diálogos da Ordem Menor dos Frades Capuchinhos com a história natural" (*Revista de História*, da USP, edição especial, pp. 271-301, 2010) [88], focalizou teorias então sustentadas pelos naturalistas que conheceram os índios da fronteira Minas Gerais−Espírito Santo−Bahia na primeira metade do século XIX e sobre eles escreveram, e como os capuchinhos, que mantinham a missão de Itambacuri, com elas dialogaram. A missão capuchinha tinha de lidar com índios que tinham sofrido a repressão das já referidas cartas régias do príncipe-regente D. João, e agora enfrentavam o avanço de fazendeiros e das companhias de colonização.

Por sua vez, Sara da Silva Suliman, em "Os índios Munduruku e o 'zeloso capuchinho' no rio Tapajós (Pará, 1848-1854)" (XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH – Natal, 2013), relata um caso de desempenho missionário que teria sido muito bem avaliado pelas autoridades governamentais, geralmente muito críticas quanto ao trabalho dos frades dessa ordem franciscana no século XIX.

O noroeste da Amazônia nas vésperas do *boom* da borracha

Após abordar a atuação das tropas de resgate no alto rio Negro na primeira metade do século XVIII, no capítulo 1 de sua já referida *História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro*, Robin M. Wright não faz referência ao modo e aos efeitos da aplicação do Diretório de Índios, que vigorou de 1757 a 1798 na região. Mas no capítulo 3 retrata o comportamento daqueles encarregados em aplicar a legislação indigenista do Segundo Império na recém-criada província do Amazonas. Havia como que uma convergência de interesses entre o diretor de índios (da província ou da região?) Jesuíno Cordeiro, os regatões e os militares na exploração dos índios, fazendo exigências que iam além dos dispositivos legais, transferências para atender à demanda de trabalho por particulares, coleta de salsaparrilha para o próprio diretor, ataque a certas comunidades para captura de mulheres e crianças a fim de presentear amigos nos fortes de Marabitanas, São Gabriel ou na capital, a Barra (futura Manaus). Isso provocava tanto reações violentas dos índios como sua fuga para lugares menos acessíveis.

Nesse ambiente conturbado é que começou a atuar Venâncio Anizeto Kamiko, que nasceu numa aldeia entre as localidades venezuelanas de Maroa, no rio Guainía, e de San Carlos, no mesmo rio, que aí já tem o nome de Negro. Foi criado e educado por um zambo, que cantava missas e outros atos litúrgicos, e por isso conhecido como "Padre

[87] **http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n37/37Marta.pdf**
[88] **https://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/1469**

Arnaoud", além de ser considerado pelos baníuas como poderoso pajé, com grande poderes clarividentes e capaz de transformar-se para escapar aos imimigos. Começou a trabalhar numa indústria de barcos em San Carlos e daí passou para outras atividades, sempre acumulando dívidas. Em 1857, numa aldeia do rio Cuiari, que nasce na Colômbia e desemboca no Içana, no Brasil, começou a pregar o que aprendera com o Padre Arnaoud. Sofria de catalepsia e atribuía sua sobrevivência a uma chamada divina. Dizia que durante os ataques da doença viajava para o céu e conversava com Deus, que ordenou que ninguém cortasse mais madeira, que dessem a Kamiko galinhas e porcos, o qual podia perdoar as dívidas de todos aqueles que lhe dessem presentes. Passou a intitular-se "santo" e depois "Cristo". A partir do rio Içana, sua fama se espalhou pelo Guainía, Negro e Uaupés. Títulos sagrados foram adotados por seus adeptos mais próximos, dentre os quais três idosos passaram a se chamar Santa Maria, São Lourenço e Padre Santo. Eles eram enviados por Kamiko para atrair mais seguidores. Nas grandes reuniões Kamiko ensinava, ouvia confissões, fazia casamentos e batismos, dirigia danças e rituais com cruzes e bebidas. Profetizou que o mundo acabaria num fogaréu no dia de São João (24/06/1858), quando Deus instalaria o Juízo Final. Só escaparia o rio Içana, onde os adeptos deveriam estar dançando. Deviam também cessar suas atividades econômicas e entregar suas possessões a Kamiko, pois no Céu não seriam mais necessárias.

A repressão então teve início. O diretor de índios do Içana enviou uma grande força militar para esse rio, que saqueou uma maloca que fazia uma festa, matou amimais de criação, roubou artesanato e ainda levou presos Santa Maria, São Lourenço e o Padre Santo. E retornou, aterrorizando outras aldeias com a ameaça da vinda de mais tropas. Houve uma fuga geral dos índios da região para recantos menos expostos. Apesar de cessada a repressão, continuaram retraídos na floresta, dificultando o recrutamento de trabalhadores e o fornecimento de mandioca para as obras de Cucuí (no Brasil, perto da fronteira tríplice com Colômbia e Venezuela). O comportamento de seus exploradores não se modificou.

Kamiko fugiu para San Carlos, onde um credor o aprisionou, e foi mandado junto com outros seguidores para San Fernando de Atabapo. Mas conseguiu fugir para o rio Acque, que desemboca no Guainía acima de Maroa, e para o rio Tiriquem, prosseguindo suas curas e dando conselhos. Continuou sendo visitado e recebendo presentes. Também morou no rio Cubate, afluente da margem direita do Içana. Morreu em 1902.

O capítulo 4 aborda um outro profeta, Alexandre, que começa a se manifestar em 1858. Em vez do rio Içana e áreas além da fronteira internacional mais ao norte, a ação dele tem lugar no baixo Uaupés e no rio Xié. Ele participara das danças de Kamiko no Içana, mas não tinha aptidões para a pajelança. Os seguidores de Alexandre mostram-se ostensivamente indiferentes ao missionário que os procura acompanhado de algumas pessoas armadas, tendo havido até uma troca de tiros, na qual morrem dois índios, quando o missionário, retirando-se, passa pela cachoeira de Ipanoré. Alexandre se retira do Uaupés e procura Kamiko no rio Acque, mas ele e seus seguidores não são recebidos pelos baníuas. Como as previsões de Alexandre não se cumpriam, como a vinda do Céu de mandioca e beijus, seus seguidores começaram a duvidar, e ele as modificou, numa direção diferente daquelas de Kamiko: agora anunciava que os índios se transformariam em brancos, com seu poder e riqueza, e estes em índios. Uma força repressora compareceu a São Gabriel da Cachoeira, mas não chegou a atuar no Xié e nem no Uaupés. Alexandre desapareceu por uns tempos, até reaparecer em São Gabriel com palavras de paz, no que foi atendido.

Mas o milenarismo perdurou por mais de um século. Nas pp. 157-158 o autor apresenta uma tabela que enumera as manifestações messiânicas no noroeste da Amazônia desde 1857 até 1970.

O tributo indígena em países hispânicos após a independência

Rodrigo Otavio, na seção 2 do capítulo 3 (pp. 135-148) de seu já referido livro *Os Selvagens Americanos perante o Direito*, resume a situação legal em que foram colocados os índios em alguns dos novos estados soberanos originados da colonização espanhola, a saber, a Argentina, o Chile, o Paraguai, a Colômbia, o Peru, a Bolívia e o México, os três últimos de modo bastante ligeiro. Entretanto não chega a referir-se à sobrevivência do tributo indígena que continuou a ser cobrado em alguns deles.

No blog *Tributación en el Perú: Um recorrido a través de su historia*, Jacqueline Sanchez dispõe de modo esquemático uma sucessão de medidas e eventos relativos a esse tema, acompanhados de desenhos humorísticos. Numa de suas seções, "La tributación en la República: Siglo XIX" [89], alude à aplicação intermitente da tributação indígena: San Martín decreta sua abolição em 1821; Bolivar a põe novamente em vigor em 1826; Ramón Castilla a abole novamente em 1855; mas ainda retornaria como contribuição de índios de caráter pessoal, não coletivo.

Já a leitura de "Tributo y armas em Bolivia: Comunidades indígenas y estrategias de visibilización ciudadana, siglo XIX" (*Mundo Agrario*, vol. 13, nº 25, La Plata, 2012) [90], de Marta Irurozqui Victoriano, afasta-nos da suposição de que a cobrança do tributo após a independência teria sido uma mera continuação do regime a que estavam submetidos os índios durante o período colonial. Focalizando sobretudo os aimaras do altiplano, a autora mostra que, longe de sofrerem passivamente as decisões do governo, os índios negociavam com ele, preferindo manter suas comunidades, ameaçadas pela orientação liberal que as queria divididas em propriedades individuais, a troco do tributo, pago coletivamente. Dizer desse modo é simplificar em demasia uma situação bastante complexa que somente a leitura atenta do artigo pode esclarecer. A partir da década de 1860 a consideração da oportunidade do tributo começa a mudar, assim como as ideias referentes aos índios, agora influenciadas por avaliações racistas, mas também porque a receita fiscal podia incidir em novas atividades, como a mineração.

Nicanor Jácome, em "La tributación indígena en el Ecuador" (*Sarance*, ano 2, nº 2, pp. 79-107, Instituto Olavaleño de Antropología, 1976) [91], examinando a aplicação do tributo indígena desde o começo do regime colonial, afirma que após a independência continuou a ser cobrado até o final da década de 1850 sob o nome de *contribuciones*.

As últimas décadas da independência mapuche

O capítulo 5 do livro de Bengoa (pp. 151-183) [92] trata de um período em que pouco a pouco se prepara a guerra de conquista ao território mapuche. Os mapuches continuavam praticamente independentes. É o período de maior florescimento da economia pecuária dos mapuches, que mantinham relações comerciais com os chilenos. Alguns líderes confiavam um ou mais filhos aos chilenos para se familiarizarem com seu modo de vida, aprenderem o espanhol e receberem instrução escolar. Estavam abertos às

[89] **http://latribucionperuana.blogspot.com.br/2013/10/la-tributacion-en-la-republica-siglo-xix.html**
[90] **http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942012000200010**
[91] **http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6497#.WLsojc8zUzw**
[92] **https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=161**

influências externas, fazendo uso de vestuário e outros artigos que adquiriam dos chilenos. O rio Bío-Bío continuava a ser a fronteira norte de seu território. Mas numerosos colonos iam ultrapassando essa linha, adquirindo terra individualmente com os líderes mapuches, ocupando pouco a pouco uma faixa que ia até o rio Malleco. Entretanto, essas negociações de terra diretamente com os mapuches traziam muitos desencontros e desentendimentos e desenvolvia-se no governo chileno a ideia de que cabia ao estado adquirir as terras com os mapuches e vendê-las aos chilenos. Uma lei de 1866 proibiu a negociação de terras entre mapuches e particulares. Os mapuches não confiavam nas intenções do governo central e percebiam que a corrente política federalista atendia mais à sua intenção de manterem-se independentes. Daí a adesão de uma parte deles à revolta contra o centralista Montt em 1851. Em 1859 voltaram a levantar-se, em maior número, aproveitando-se de uma rebelião de federalistas que se preparava em Concepción, e destruiram núcleos urbanos da área ocupada por colonos entre o Bío-Bío e o Malleco. Outro motivo de sua revolta era a presença de colonos alemães no sul do seu território. No outro lado dos Andes, os mapuches também se sentiam mais amparados pelos federalistas. O líder mapuche dos pampas, Calfucura, dizia-se amigo de Urquiza, presidente da Argentina.

A guerra da independência tinha desorganizado a agricultura na parte central do país e o governo chileno ocupava-se mais com a produção mineral do norte, de modo que as terras mapuches, no sul, demoraram algum tempo para ganhar prioridade na sua atenção. Entretanto, em 1848, a extração do ouro na Califórnia veio criar um mercado externo para gêneros agrícolas e, com isso, fomentar a agricultura chilena. Não durou muito esse incentivo porque as ferrovias norte-americanas logo proporcionaram um abastecimento proveniente de fontes mais próximas. Em compensação, a navegação a vapor veio a tornar o transporte mais rápido e mais barato para abastecer o mercado europeu. Por outro lado, vários países europeus tinham muitos desempregados desejosos de procurar oportunidades na América.

O Chile então seguiu o exemplo dos Estados Unidos, o que iria ser feito também pela Argentina e pelo Canadá: fazer a conquista militar dos territórios indígenas, concentrar suas populações em pequenas áreas, vender a maior parte de suas terras aos imigrantes, construir ferrovias para lhes permitir alcançá-las bem como escoar sua produção e ainda controlar os indígenas "pacificados". Esse programa foi executado com maior ou menor peso em cada um desses itens, ao lado de vozes que clamavam pelo extermínio dos índios.

Após o levante de 1859, a guerra parecia inevitável, mas houve um longo período de dez anos, em que distintos grupos regionais mapuches definiram suas alianças (alguns ficaram com os chilenos), conforme mostra Bengoa no capítulo 6, pp. 185-203 [93]. A guerra começará em 1869 e perdurará até 1881.

Guerra de Castas e outros movimentos sócio-religiosos no México

Em meados do século XIX começa um conflito entre ladinos e maias, na península mexicana do Iucatã, que vai perdurar até o começo do século seguinte. Com base no livro de Nelson Reed, *La Guerra de Castas de Yucatán* (México: Era, 1971), fiz um breve resumo no capítulo N1 das *Áreas Etnográficas da América Indígena* [94]. Ver também o

[93] **https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=197**

[94] **https://www.juliomelatti.pro.br/areas/n1meso.pdf#page=11**

artigo de Moisés González Navarro "La Guerra de Castas em Yucatán y la Venta de Mayas a Cuba" [95].

Na área maia, além da Guerra de Castas, Alicia Barabas, em *Utopías Indias* [96], a que constantemente retorno, também comenta a rebelião dos tzotziles de Chamula (1868-1870). Em Oaxaca, apresenta a rebelião dos triquis de Copala (1843-1845), a de Chilapa, no vizinho estado de Guerrero (1849). No noroeste, tem lugar a rebelião de coras, huicholes e outros em Nayarit, sob a liderança de El Tigre de Álica (1855-1881), e as repetidas rebeliões dos yaquis (1825, 1826, 1832, 1851-1861) que voltarão a ocorrer na etapas posteriores.

Nos Estados Unidos após a independência

Mais uma vez me refiro ao livro de Rodrigo Otavio, *Os Selvagens Americanos perante o Direito*, pois na seção 1 do capítulo 3 (pp. 114-135) discute a situação em que se viram os índios após a independência dos Estados Unidos, tratando-a de modo até mais substancial e extenso do que a mesma questão nas novas repúblicas hispânicas.

Transferência dos índios para o outro lado do Mississipi

Em 1830, o presidente dos Estados Unidos, Andrew Jackson, assinou o Indian Removal Act. Há um discurso de Andrew Jackson dirigido ao Congresso no mesmo ano a favor dessa medida [97]. Um excerto do livro de Robert V. Remini, *Andrew Jackson and His Indian Wars* (Penguin, 2001), focaliza a resistência dos cherokees contra a medida, com recurso à Suprema Corte, e em mais de um encontro com o próprio presidente da república, mas sem êxito. E assim, no terceiro e no quarto decênio do século XIX, os Estados Unidos fazem a transferência das chamadas Cinco Tribos Civilizadas (cherokee, choctaw, chicasaw, creek e seminole) dos estados do sudeste para o Território Índio (futuro estado de Oklahoma), do outro lado do Mississipi. Na época isso equivalia a colocá-los no extremo oeste da fronteira, pois, além do rio Red, as terras eram mexicanas, ainda não incorporadas aos Estados Unidos pela guerra de 1848. Fala-se muito nessas cinco tribos, e elas, num primeiro momento, receberam praticamente todo o Território Índio, dividido em cinco partes desiguais, uma para cada nação, como eram chamadas. E elas se organizaram em estados autônomos, cada qual com seu executivo, legislativo e judiciário, sediados em suas capitais. Porém a pressão pelas terras indígenas fez com que outras tribos fossem transferidas da região dos Grandes Lagos para estados da margem direita do Mississipi e, uma vez aí, de uns para outros até chegarem ao Território Índio, onde, com as indenizações recebidas do governo pelas terras que lhes tinham sido tomadas, compravam uma parcela de terra pertencente a alguma das cinco nações. Também algumas tribos das Planícies já habitavam o Território Índio ou foram para lá deslocadas. Desse modo, mais de sessenta povos indígenas ali se instalaram total ou parcialmente. Ao estalar a Guerra da Secessão (1861-1865), pelo menos uma parte dos indígenas do Território apoiaram os confederados. Afinal de contas, membros das cinco tribos civilizadas tinham escravos negros. Após esse período, a pressão por terras fez com que o governo dos Estados Unidos fosse permitindo cada vez mais a venda de parte das terras aos não índios, até chegar à extinção dos estados indígenas autônomos e a transformação do Território Índio no estado de Oklahoma em 1906. Dedico quase todo o texto do capítulo M2 das *Áreas Etnográficas da América Indígena* [98] à transferência de

[95] Procurar em **https://repositorio.colmex.mx**
[96] **http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala**
[97] **https://www.nps.gov/museum/tmc/MANZ/handouts/Andrew_Jackson_Annual_Message.pdf**
[98] **https://www.juliomelatti.pro.br/areas/m2oklahoma.pdf**

povos indígenas para Oklahoma. A parte final do capítulo M1 trata de mais alguns casos dessa transferência para estados do lado ocidental do Mississipi.

Estados Unidos anexam o norte do México

No quinto decênio do século XIX, o México perde para os Estados Unidos mais de metade de seu território. Primeiro, com a separação do Texas, que logo a seguir é anexado pelos Estados Unidos. Depois, como resultado da guerra de 1848. Sobre esse tema consulte-se "Guerra a México de Estados Unidos (1846 a 1848)", no vol. II, tomo III da *História de México* de José Bravo Ugarte. Nessa grande área anexada, além do Texas se criaram os estados norte-americanos de Novo México, Arizona, Nevada, Califórnia, Colorado, Utah. Os índios habitantes dessas áreas, como pueblos, navajos, comanches, apaches, também passaram ao controle dos Estados Unidos.

De 1870 a 1910

Abrir espaço para a ocupação de terras por migrantes, fossem de origem externa, fossem do próprio país, foi um dos motivos para a pressão sobre os povos indígenas nas últimas décadas do século XIX e início do seguinte. Estados Unidos, Canadá, Argentina, Chile valeram-se de suas forças armadas para reduzir a extensão das terras dos indígenas e impor-lhes o caminho da assimilação. No sul do Brasil a tarefa foi abandonada à iniciativa genocida dos brugreiros. Na Amazônia os migrantes não procuravam terras para atividades agrícolas, pecuárias ou de mineração, mas sim o trabalho nos empreendimentos de extração da borracha, como foi o caso da grande migração nordestina para essa região. O tratamento dado aos índios variou de país para país: perda das terras mais produtivas, das áreas de caça, extinção do bisão, criação de reservas, escolas, internatos, proibição de certos ritos, do uso das línguas indígenas na América do Norte; trabalho forçado e esgotante na Amazônia; perda de terras que lhes eram reconhecidas desde o período colonial e negação de sua identidade no nordeste do Brasil; massacres no sul do mesmo país; perda de terras e de uma autonomia de que haviam gozado durante séculos na Argentina e no Chile.

Despojamento de terras das comunidades indígenas no Brasil

No tempo do Império houve extinção de aldeamentos de índios de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sergipe, Ceará, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Paraíba, resultante de uma série de medidas tomadas de má fé pelas províncias, que legislavam sobre terras cumulativamente com o governo central. A Lei de Terras de 1850 e seu regulamento de 1854, apesar de sua clareza em reconhecer os direitos indígenas sem confundir suas terras com as devolutas, nem sempre foram acatados com uma interpretação clara que resultasse na correção dos erros passados e evitasse outros futuros. O tema recebe a atenção de Manuela Carneiro da Cunha nas pp. 66-71 de *Os Direitos do Índio: Ensaios e Documentos* (São Paulo: Brasiliense, 1987).

O ciclo da borracha e a questão do Acre

O artigo didático de Carlos José de Farias Pontes, "O primeiro ciclo da borracha no Acre: Da formação dos seringais ao grande colapso" (Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre, vol. 1, nº 1, pp. 107-123, 2014) [99], faz uma apresentação geral do início da exploração do látex da seringueira no Acre, alcançado pela exploração dos rios rios Purus e Juruá, até então desconhecidos nos seus cursos médio e alto. Não

[99] **https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/100/44**

especifica as etnias indígenas neles presentes, mas dá uma idéia do funcionamento dos seringais e do lugar que cabia aos índios e dos imigrantes nordestinos nessas empresas.

O tempo da borracha no alto rio Negro

No capítulo 6 de seu já referido livro, Robin M. Wright dedica algum espaço para focalizar a exploração do trabalho dos índios por aqueles que empreendiam a extração da borracha, como comerciantes, regatões, militares, funcionários do governo. Comerciantes colombianos levavam índios do Brasil para a Colômbia, militares brasileiros os levavam para a Venezuela. Wright distingue duas formas com que lidavam com os índios. Uns usavam do terror e da violência, reunindo índios com ajuda de seus jagunços e colaboração de militares locais para enviá-los à força aos locais de extração. Outros negociavam com os chefes indígenas, com adiantamento de mercadorias, para organizarem grupos de extrativistas. De certa maneira, a situação era a mesma dos últimos tempos das drogas do sertão nos meados do século XIX, agora com um produto mais valioso, o que levava a uma exploração dos trabalhadores mais intensa. Os patrões agiam como donos da região, onde o controle dos governos brasileiro, colombiano e venezuelano era frouxo ou inexistente. Na porção venezuelana imperava Tomás Funes. A brasileira também tinha seus déspotas, ainda que menos famosos. A queda irrecuperável dos preços da borracha a partir de 1912 enfraqueceu esses empreendimentos, mas não os extinguiu, pois passaram à extração de produtos de menor valor, como a balata. Somente por volta de 1940, com a consolidação da missão salesiana e sobretudo com a avassaladora atividade da missionária evangélica Sophie Muller, os índios encontraram alguma proteção e apoio contra os interesses dos patrões, mas por outro lado sofriam agora imposições de outra ordem, que afetavam suas tradições culturais.

A questão do Putumayo

O rio Putumayo (chamado de Içá no Brasil, onde tem tem seu baixo curso) traça uma grande extensão da fronteira entre a Colômbia e o Peru. Mas tal como aconteceu com a região do Acre, essa fronteira ainda mal definida tornou-se objeto de disputa quando a extração da borracha na Amazônia alcançava seu apogeu, nas três últimas décadas do século XIX e na primeira do seguinte. O peruano Julio Arana instalou seu empreendimento de extração do látex ao longo das terras que separam o rio Putumayo do Caquetá. A empresa teve uma grande expansão e suas atividades se distribuiam em duas sedes (*negociaciones*), uma em La Chorrera e outra em El Encanto, respectivamente no Igara Paraná e no Caraparaná, ambos afluentes da margem esquerda do Putumayo, a primeira com dez seções e a segunda com onze. O recrutamento, tratamento e remuneração da mão de obra seguia mais ou menos o mesmo esquema da Amazônia de então: os trabalhadores incluiam um grande número de índios apresados, estavam sujeitos à servidão por dívidas (por nunca conseguirem pagar a diferença entre os gêneros alimentícios e outros artigos que recebiam e a borracha que entregavam), estavam sujeitos à vigilância de uma força de repressão constituída de negros da ilha de Barbados, então colônia britânica e *muchachos de confianza*, que eram adolescentes huitotos para isso instruídos desde criança. Além dos huitotos, viviam na área em que atuava a empresa os ocainas, os andokes, os boras, os muinanes, os nonuyas e os rezígaros. As estimativas de sua população por autores da época variam de 30 a 70 mil.

Arana conseguiu em Londres uma importante linha de crédito e transformou sua empresa na Peruvian Amazon Rubber Co. Mas a queda dos preços do caucho em 1907 fazia demorar a venda das ações da nova empresa. Por isso Arana exigiu dos capatazes um significativo aumento da produção, submetendo os trabalhadores a um trabalho tão

esgotante que levou à morte milhares de indígenas. Estou tirando esses dados do artigo de Pilar García Jordán "En el Corazón de las Tinieblas... del Putumayo,1890-1932" (*Revista de Indias*, 2001, vol. 61, nº 223, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001) [100]. O tratamento dado aos índios foi denunciado, o que fez o governo britânico enviar seu consul no Rio de Janeiro, Roger Casement, para fazer averiguações na região sobre a veracidade das torturas e genocídio, uma visita que ele fez por dois meses em 1910, escrevendo um informe que foi apresentado ao Foreign Office em 1911 e lido na Câmara dos Comuns em 1913. O Peru também mandou fazer averiguações. Na Colômbia um livro de denúncias foi publicado. Em 1912 um consul inglês e outro norte-americano, acompanhados de um consul peruano e do próprio Julio Arana, também foram à região. Até mesmo o Vaticano, que tinha sido escolhido para árbitro da questão de fronteiras entre a Colômbia e o Peru, solicitou ampla informação de seu delegado em Lima.

Enfim, o objetivo do artigo não é propriamente examinar a solução que essas medidas poderiam ter trazido para os índios, mas sim o jogo entre diferentes estados em torno da questão. A Colômbia considerava as instalações e atividades de Arana como invasão de seu território, com o agravante dos maus-tratos e do genocídio dos índios, que eram seus cidadãos. O Peru, apesar de reconhecer esses problemas, dava crédito à defesa do próprio Arana, que se achava um patriota que ocupava uma área reivindicada por seu país e concorria para a civilização de seus habitantes selvagens. O Reino Unido tinha interesse em corrigir a atuação da empresa, já que estava registrada em Londres e tinha muitos acionistas ingleses. Por sua vez o Vaticano tinha interesse em instalar missões entre os índios da área contestada e aprovou a criação de uma nova prefeitura em La Chorrera (uma das sedes da empresa de Arana), mas sem especificar o país da América do Sul em que estaria localizada, uma vez que não podia tomar partido numa questão de que era árbitro. Os missionários deveriam ser franciscanos irlandeses, que, por serem então súditos da Grã-Bretanha, seriam mais respeitados pelos caucheiros e mais considerados pelo governo peruano. Quanto aos índios, o artigo não informa se as medidas tomadas melhoraram sua situação. Mas talvez isso tenha ocorrido por causa da queda dos preços da borracha a partir de 1912. Em 1922 a área contestada passou ao domínio da Colômbia por um tratado secreto entre os dois países, que, ao ser divulgado em 1927, provoca indignação entre os peruanos, o que leva à chamada guerra de Letícia em 1932, após a qual se confirmaram as pretensões da Colômbia, inclusive com o trapézio que fez chegar seu mapa até o rio Amazonas.

Sobre esses acontecimentos há um informe mais extenso, uma obra coletiva em dois tomos, *Putumayo: La Vorágine de las Caucherías – Memoria y Testimonio* (Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2014).

Reconquista do pé-de-monte do alto Ucayali

Nada sei das ações do exército peruano para reconquistar a vertente oriental andina no alto Ucayali, de onde os espanhóis tinham sido obrigados a se afastar desde meados do século XVIII. Mas no capítulo G3 de *Áreas Etnográficas* faço referência às ferrarias que os índios mantiveram enquanto estiveram isolados [101].

Combate aos índios do Brasil meridional

Sílvio Coelho dos Santos, em "Encontros de estranhos além do *Mar Oceano*" (*Etnográfica*, vol, 7, nº 2, pp. 431-448, 2003 [102], mostra como os xókleng, habitantes da

[100] **https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/574/641**
[101] **https://www.juliomelatti.pro.br/areas/g3ucayali.pdf#page=5**
[102] **http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N2/Vol_vii_N2_431-448.pdf**

faixa intermediária entre o litoral e o planalto desde Paranaguá (PR) até o sul de Santa Catarina, foram prolongadamente objeto de massacres ao se se intensificar a vinda imigrantes europeus, por volta da quarta década do século XIX, não alertados de que as terras que recebiam das companhias de colonização já eram habitadas. Também os governos provinciais e imperial se omitiam de tomar qualquer providência. Só quando o governo federal, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, assumiu em 1910 a responsabilidade pela situação, é que se conseguiu o primeiro contato com os xoklengs, na segunda década do século XX.

Quanto aos caingang, Lúcio Tadeu Mota, no capítulo 5 da parte 3 de seu já referido livro *As Guerras dos Índios Kaingang*, focaliza a continuação de sua resistência desde a criação da província do Paraná, desmembrada de São Paulo em 1853, até os primeiros anos do SPI.

Alianças indígenas a levantes armados na Bolívia

Podemos ver o já referido artigo "Tributo y armas em Bolivia", de Marta Irurozqui Victoriano [103], como dividido em duas partes. Na primeira comenta o período em que os indígenas do altiplano, principalmente aimaras, mantiveram-se em negociação com o governo de modo a poupar as terras de suas comunidades da divisão em lotes ou açambarcamento pelas fazendas, aceitando em compensação pagar o tributo de origem colonial. Na segunda, discute o envolvimento dos indígenas, com o mesmo objetivo, em dois movimentos armados, o de 1871 e o de 1898-1899.

Um outro artigo, de Pilar Mendieta Parada, "Caminantes entre dos mundos: Los apoderados indígenas em Bolivia – siglo XIX" (*Revista de Indias*, vol. 66, nº 238, pp. 761-782, 2006) [104], explora sobretudo o período marcado pelos dois movimentos armados. Destaca, já a partir do título do artigo, a atividade dos *apoderados* (procuradores). Após a independência, foram abolidas as figuras do curaca e do Protetor de Índios, ficando as comunidades sob a direção de autoridades menores, os *jilakatas* ou os alcaides, eleitos anualmente. Uma lei de 1834 impedia que as comunidades dirigissem suas petições ao governo diretamente, só abrindo a possibilidade de indivíduos com interesses comuns o fazerem nomeando para isso um procurador. São esses procuradores que falam em nome das comunidades e vão se transformando em líderes. Apesar dos conflitos, no período 1825-1866 as comunidades vicejaram, sua população aumentou e o Estado se beneficiou com o tributo indígena.

Porém o presidente Mariano Melgarejo (1864-1871), baseado numa lei de 1842 que considerava os indígenas apenas enfiteutas, toma medidas de modo a despojar as comunidades de suas terras, usando inclusive de meios fraudulentos, fazendo com que extensas áreas fossem incorporadas a fazendas. A mineração da prata tornava o governo menos dependente do tributo indígena. Além disso, certos intelectuais de orientação liberal ou racista manifestavam-se contra a propriedade comunal. Os procuradores dos indígenas se opuseram às medidas de Melgarejo, ostentando a documentação relativa aos antigos direitos indígenas e mostrando a importância de seus serviços ao Estado. Mas a falta de uma resposta positiva a seus esforços fez as comunidades concederem apoio armado aos opositores de Melgarejo que contra ele se levantavam. Reforçava-lhes essa opção o fato de Melgarejo ter assassinado Manuel Isidoro Belzu, que fora presidente da Bolívia (1848-1855) e mantivera excelentes relações com as comunidades. Os

[103] http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942012000200010
[104] http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/issue/view/33

procuradores fizeram o trabalho de entrosamento dos indígenas com os opositores de Melgarejo.

A derrota e deposição de Melgarejo fez os índios se sentirem orgulhosos e admirados pelos bolivianos. Garantiu-se a devolução das terras de que tinham sido espoliados. Mas também se tornaram objeto de receio, dado seu poder e seu número. E, em 1874, promulga-se a lei de Exvinculación, destinada a acabar com as comunidades por serem contrárias ao progresso e a civilização. Mas ela só passou a vigorar após a guerra contra o Chile (1879-1880). Comissões revisitadoras percorriam toda a área rural, fazendo medições das terras comunais de modo a outorgar os títulos de propriedade individual. Isso gerou um grande sentimento de hostilidade e mal-estar entre os índios. Mais de 55 procuradores percorreram o altiplano, estabelecendo uma rede de alianças intercomunais. Alguma coisa os procuradores conseguiram, como a promulgação de uma lei em 1883 que eximia da revisita as comunidades que tivessem comprado sua terra durante o período colonial mediante títulos de composição e venda com a coroa espanhola. Outras lograram a titulação coletiva como "pro-indiviso" (condomínio sobre a totalidade do bem). Relações de caráter dúbio pareciam apoiar os índios: o corregidor, encarregado de recolher o tributo da comunidade e que a explorava, sentia-se ameaçado de perder seu cargo com a extinção da propriedade coletiva; os vizinhos, receosos da revisita, valiam-se da relação de compadrio com eles e ao mesmo tempo cobiçavam as terras que eles poderiam perder. E os membros do partido liberal também se aproximaram, mostrando intenção de defender as terras comunais, mas apenas para ganhar o apoio indígena contra o governo conservador.

Mais de dez anos durou essa aproximação até que a revolta foi deflagrada em 1898. Os liberais eram dirigidos por José Manuel Pando e os índios, pelo procurador Pablo Zárate, intitulado *Willka* (algo como chefe guerreiro para quêchuas e aimaras). Com o desenvolver da luta, as tropas auxiliares indígenas foram tomando iniciativas próprias, talvez no sentido de um rompimento, cuja razão o artigo não explora, até que, em 1899, 120 soldados de um esquadrão liberal foram massacrados pelos índios na localidade de Mohoza. Após os revoltosos alcançarem a vitória, Pando prendeu Zárate e iniciou um processo judicial.

Ao contrário de serem saudados como patriotas, como na revolta de 1871, os índios foram acusados e iniciar uma guerra de raças. E, durante o período de governos liberais (1899-1920), uma enorme extensão de terras comunais foi convertida em latifúndios.

A guerra (campanha ou conquista) do deserto

Com esse nome ficou conhecido o conjunto de expedições militares argentinas movidas no último quartel do século XIX contra os índios para conquistar os pampas, a Patagônia e o Chaco. Ações como essas já tinham sido ensaiadas nos pampas (1821-1822 e 1833-1834). Alguns textos curtos, ilustrados com umas poucas fotos, sobre essas campanhas estão na internet, como uma entrevista com autores de um livro sobre o tema no jornal *Clarín* [105].

Para leitura de algo mais documentado, refletido e crítico, está disponível o artigo "La ciudadanización del *índio bárbaro*: Políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de la Pampa y de la Patagonia, 1870-1920", de Mónica Quijada (*Revista de Índias*, vol. 59, nº 217, pp. 675-704, CSIC, 1999) [106]. Conforme mostra a autora, a área

[105] **http://www.clarin.com/sociedad/conquista-desierto-guerra-desigual_0_1461454130.html**
[106] **http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/832/901**

meridional da Argentina ao sul de um paralelo que passa mais ou menos pelo sul da província de Mendoza era habitada e controlada por índios. O mesmo acontecia com o Chaco. Mas não era uma fronteira absoluta. Os índios não eram simplesmente nômades e bárbaros, como se propagava no tempo dessas campanhas. De longa data havia intercâmbio comercial com os índios, uniões conjugais ou eventuais que geravam mestiços. Criavam gado bovino e ovino. Vendiam ponchos tecidos por eles e adquiriam artigos dos espanhois e depois argentinos. Podiam ser chamados a participar das contendas entre estes ou ajudá-los contra índios mais afastados. Desde o século XVII os mapuches cruzavam a cordilheira, do Chile para a Argentina, entrando na região cultivadora de maçãs de Neuquen e depois nos pampas, introduzindo sua cultura e língua entre os índios das áreas que frequentavam. Esse trânsito se intensificou, estabeleceram seus rebanhos, faziam incursões sobre as estâncias para roubar gado, mulheres e crianças. Após 1830 o líder mapuche Calfucurá (no livro citado de Bengoa esse nome não é acentuado como oxítona) criou uma confederação de mapuches, tehuelches, manzaneras, voroganas e huilliches, alternando incursões (*malones*) sobre estancias e alianças com o governo argentino, chegando a ter embaixada em Buenos Aires, inclusive selo diplomático com lanças e boleadeiras cruzadas. O governo pagava anuidades em forma de gado, vestuário, bebidas e víveres para evitar as incursões, mas nem sempre com sucesso, uma vez que faltava pontualidade no pagamento. Mais uma onda de mapuches entrou na Argentina movida pela guerra (1869-1881) que os chilenos lhes faziam.

No que tange aos pampas e à Patagônia, a campanha contra os índios se fez de 1878 a 1885, com o fim de eliminar as fronteiras interiores, acabar com as incursões indígenas, unificar e consolidar o território nacional sob uma única autoridade e um único sistema legal e produtivo. Um outro motivo para a campanha eram as fronteiras ainda mal definidas com o Chile. Os argentinos temiam que os chilenos ocupassem a Patagônia. A guerra contra os indios chaquenhos foi realizada em seguida, alcançando o começo do século XX.

Uma vez vencidos os índios, era preciso resolver uma outra questão: o que fazer com eles. Dentre as diferentes alternativas possíveis não teve aceitação a ideia de acelerar fisicamente sua extinção. Também não se optou por sua instalação em reservas, como se fazia então nos Estados Unidos. A escolha recaiu em assimilá-los como cidadãos argentinos que já eram legalmente por terem nascido no país, distribuindo-os em colônias agro-pecuárias. Estas poderiam ser exclusivamente indígenas ou mistas, isto é, trabalhadas também por imigrantes. Um militar e político, Álvaro Barros, fomentou as colônias mistas no Rio Negro, território que governava; porém o general Lorenzo Vintter, que também governou o mesmo território, era totalmente contrário a manter os índios nas áreas conquistadas e até as próprias colônias, e removia todos os índios que podia para Buenos Aires ou áreas onde havia necessidade de trabalhadores, como Misiones, transferindo-os de lugares muito frios para outros muito quentes. De um modo geral o maior numero de colônias era exclusivamente indígena e algumas bastante extensas foram entregues a líderes para nelas abrigarem os grupos que dirigiam. Algumas colônias se desenvolveram. A maioria se estagnou, entre outros motivos por não terem sido beneficiadas com obras de irrigação. No Chaco as colônias foram entregues à direção de missionários. Muitos índios se dispersaram individualmente pela socieade argentina, ocupando-se com diferentes atividades. A polícia, o exército e sobretudo a marinha incorporaram um significativo número de índios.

A guerra contra os mapuches

Conforme nos conta Bengoa no capítulo 7 (pp. 205-248) [107], em 1869 os chilenos desencadeiam as operações militares na fronteira do rio Malleco sob a forma de guerra de extermínio, incluindo em seus ataques as famílias, matando ou capturando mulheres e crianças, queimando suas casas, roubando os animais, destruindo plantações. As famílias fogem, deixando somente os guerreiros no encargo de enfrentarem os militares.

No capítulo 8 (pp. 249-284) [108], tomamos conhecimento de que a intensidade das hostilidades decai em 1871. Os mapuches, com sua forte resistência, tinham contribuído para esse arrefecimento. Os chilenos tinham assegurado seu domínio até o rio Malleco, tinham também a área de Arauco e fortificado uma cunha até o rio Traiguén. Por um período de dez anos, de 1871 a 1881, não há grandes hostilidades, mas os chilenos se preparam para um assalto futuro. As tropas regionais que tinham lutado até então estavam sendo substituídas pelo exército, mais treinado e guarnecido de armas mais modernas, já que se vislumbrava uma possível guerra do Chile contra o Peru e a Bolívia. As tropas chilenas ganhavam agora mais presteza e mobilidade com a ferrovia e o telégrafo. A guerra com os países do norte aconteceu em 1879-1880 e as tropas chilenas vitoriosas que dela retornavam eram encaminhadas para o sul, para o front mapuche. Nesse período também os argentinos desencadeavam a chamada "guerra do deserto" contra os índios, avançando contra os mapuches dos pampas. Como se tratava também de um avanço argentino na direção de fronteiras mal definidas, apressava os chilenos a assegurá-las. Os mapuches dos dois países estavam cercados. Diante da inevitável ocupação de seu território, os mapuches do Chile fazem o grande levante de 1881, que termina com a sua derrota (capítulo 9, pp. 285-325) [109].

A terceira parte do livro[110], que inclui um preâmbulo (pp. 329-333) e os capítulos 10 (pp. 335-364) e 11 (pp. 365-403), trata da situação em que ficaram os mapuches depois da guerra. Que fazer com os mapuches? Os militares pendiam para a solução de colocá-los em extensas áreas, dentro do que era seu território, cada qual sob a direção de um de seus grandes líderes. Se assim se fizesse, eles ainda poderiam continuar sua atividade pecuária, numa situação econômica e numa estrutura hierárquica que ainda lembraria um pouco a sua vida anterior à guerra. Colonos e comerciantes, humanistas, liberais, educadores, porém, propunham espalhá-los em pequenas famílias envolvidas pela população não indígena, o que levaria certamente a serem assimilados rapidamente. A opção final ficou a meio termo: conceder lotes a chefes de família considerados caciques locais. A distribuição dos lotes demorou mais de 30 anos, durante os quais muitos mapuches ficaram ao léu, dependendo de distribuição de alimentos do governo, ou perdendo-se pela população não indígena. A demora trouxe vários problemas, como agressões aos mapuches que iam até à mutilação para marcá-los (um caso a ferro em brasa), assassinato, expulsão das terras em que moravam por colonos que se apoderavam delas, cerco de suas novas e pequenas comunidades por lotes de colonos sem deixar caminhos pelos quais os mapuches pudessem sair ou entrar. As usurpações continuaram, atingindo até as terras que lhes eram concedidas. Só na primeira metade do século XX

[107] https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=217
[108] https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=261
[109] https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=299
[110] https://creandopueblo.files.wordpress.com/2011/08/bengoa-historiapueblomapuche.pdf#page=341

perderam um terço delas. Por vezes a distribuição incluía num mesmo lote famílias não relacionadas ao cacique local a quem eram entregues, o que trazia conflitos internos. Outro problema era a obrigação de pagar o imposto territorial, que fugia à compreensão dos mapuches. Mas enfim os mapuches acabaram por ficar dispersos em cerca de três mil comunidades. Tornaram-se como que camponeses pobres. Surgiu-lhes o problema de passar a pouca terra de que agora dispunham às novas gerações, no que seguiram a tradição patrilinear e patrilocal. A sociedade mapuche, antes aberta aos costumes e às alianças matrimoniais com o exterior, passou a uma tendência endogâmica, com troca de mulheres entre suas comunidades vizinhas, trocando também entre si produtos, trabalhos e recursos, e celebrando periodicamente o rito do *Ŋillatun*. Por outro lado, todos esses problemas levaram a se desenvolver entre os mapuches um forte movimento político radical por volta de 1910. Com a industrialização e outras perspectivas de trabalho promovidas pela ação estatal, os mapuches começam a migrar nos anos 1930, especialmente para Santiago.

México: Movimentos sócio-religiosos

Além da continuação da Guerra de Castas, que só vai terminar no início do século XX, apenas alguns outros ocorrem neste período no noroeste e no norte do México: duas rebeliões dos yaquis (1868-1887 e 1899-1901), a dos mayos de Sonora (1892) e a dos tarahumaras em Chihuahua, apresentadas em *Utopías Índias* [111], de Alícia Barabas.

Os Estados Unidos completam a conquista das Planícies e do Sudoeste

Em seu famoso livro *Enterrem Meu Coração na Curva do Rio: Uma história índia do Oeste Americano* (São Paulo: Melhoramentos, 1972; também na internet) [112], Dee Brown se impõe dois limites. Um geográfico, pois aborda apenas a história dos índios do curso superior do Missouri e seus afluentes e também a dos índios do Sudoeste semi-árido. Outro temporal, pois atém-se ao período de 1860 a 1890. Inclui, pois, os conflitos armados, tratados, reduções de terras, transferências para reservas, desde os coevos da Guerra da Secessão, prosseguindo até o massacre sofrido pelos sioux em Wounded Knee, no sudoeste do atual estado de Dakota do Sul. Aliás "Wounded Knee" faz parte do título original do livro, substituído por "curva do rio" na tradução para o português.

Há uma continuidade cronológica entre os capítulos, mas uma certa alternância entre as duas regiões abordadas. Após um preâmbulo (cap. 1), o autor começa pelo Sudoeste, com a questão dos navahos (cap. 2). Mas o Sudoeste só será retomado alguns capítulos depois, com os apaches (cap. 8), que, depois de outro pulo, voltarão a receber atenção ainda mais uma vez com a história de Gerônimo (cap. 12).

Os outros dez capítulos focalizam os índios das Planícies, sobretudo os do norte. O capítulo 3 se ocupa dos cheyennes do sul, do rio Arkansas (no estado do Kansas); de sua ida aos cheyennes do norte, do rio Powder, à procura de melhor área de caça; da hostilidade que lhes dedicacava o governador do território do Colorado, que resulta no massacre que sofreram em Sand Creek; de seu retorno ao sul do rio Arkansas, mas renunciando à parte de seu território que abrangia o nordeste do Colorado, indo partilhar terra com os kiowas. Dois capítulos (4 e 5) relatam os esforços dos índios para manterem seus direitos sobre as terras regadas pelo rio Powder (afluente do Yellowstone, por sua vez tributário do Missouri), que corre no leste dos atuais estados de Wyoming e Montana. O capítulo 6 gira em torno da assinatura do tratado de Medicine Creek Lodge em 1867;

[111] **http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala**

[112] **https://blogdorosuca.files.wordpress.com/2012/02/dee-brown-enterrem-meu-corac3a7c3a3o-na-curva-do-rio.pdf**

também descreve o ataque comandado por Custer à aldeia cheyenne do sul no rio Washita, aliás dentro do Território Índio (atual estado de Oklahoma). O capítulo 7 aborda os esforços de Donehogawa (Ely Parker), o iroquês que foi o primeiro índio a ocupar o cargo de comissário de assuntos indígenas (de 1869 a 1871), na resolução de questões referentes aos índios das Planícies. O capítulo 9 focaliza o crescente desaparecimento dos búfalos, devido aos caçadores não índios em busca de couros e que não aproveitavam a carne. O capítulo 10 aborda o empenho dos sioux em defesa das Black Hills, no atual estado de Dakota do Sul, invadidas cada vez mais por mineradores em busca de ouro; descreve a batalha Little Big Horn, em que morreu o tenente-coronel Custer. O capítulo 11 narra como os cheyennes do norte foram transferidos para o Território Índio, seu desagrado com as condições climáticas, de alimentação e de saúde, sua penosa fuga para o norte, até conseguirem uma reserva no rio Tongue (outro afluente do rio Yellowstone, que corre a ocidente do rio Powder). O capítulo 13 trata da prática, entre os sioux, da Dança dos Fantasmas, culto messiânico que teve origem em um profeta paiute e se difundiu entre muitos grupos indígenas; narra também a morte de Touro Sentado. O capítulo final, o 14, descreve o massacre de Wounded Knee.

O texto é detalhadíssimo. As descrições dos acontecimentos se apoiam sobretudo no testemunho de indígenas que os viveram. Essas e as transcrições de suas palavras não são imediatamente acompanhadas da referência bibliográfica. Mas sem dúvida constam dos livros, artigos, relatórios e atas que figuram na extensa bibliografia no final do livro.

Mais duas leis despojadoras norte-americanas

Em 1871, o congresso norte-americano decidiu no Appropriation Act que nenhuma tribo ou nação indígena estabelecida no território dos Estados Unidos seria reconhecida como potência independente com a qual se pudesse celebrar um tratado. Daí por diante os Estados Unidos legislariam nessas matérias sem negociar com os indígenas e nem mesmo consultá-los (D'Arcy McNickle, *Native American Tribalism*, 1973, p. 77).

Em 1887 é promulgada a lei conhecida como Daves Act, cujo nome é tomado do senador que a propôs. Ela autorizava o presidente a dividir as terras tribais em lotes, atribuindo 160 acres (64 hectares) a cada chefe de família, 80 acres (32 hectares) a cada pessoa solteira acima de 18 anos ou órfão abaixo desta idade, e 40 acres (16 hectares) às outras pessoas abaixo da mesma idade. Cada qual faria sua seleção, e em caso contrário o agente do governo faria por ela. O título do lote seria colocado em custódia por 25 anos ou mais, a critério do presidente. A cidadania seria conferida a todos os índios que recebessem lotes e outros índios que abandonassem suas tribos e adotassem o modo de vida dos civilizados. As terras que sobrassem após o loteamento podiam ser vendidas aos Estados Unidos. Como resultado dessa medida, dos 140 milhões de acres (56.656.040 hectares) que os índios tinham em 1887, cerca de 90 milhões (36.421.740 hectares) tinham passado às mãos dos brancos 45 anos depois (D'Arcy McNickle, *Native American Tribalism* 1973, pp. 82-83).

Fim do Território Índio

Uma série de medidas legais, que acompanhavam a pressão sobre as terras, fizeram com que pouco a pouco o Território Índio dos Estados Unidos fosse se transformando, perdendo cerca de metade de sua superfície para dar lugar ao território de Oklahoma, até finalmente em 1906 refundir-se com ele para transformar-se no estado de Oklahoma.

Os tratados numerados (1 a 11) do Canadá (1871-1921)

Justamente na época em que os Estados Unidos tomam a resolução de não mais fazer tratados com os índios, que ficariam daí por diante sujeitos às decisões do Congresso, o Canadá, pelo contrário, multiplica os seus. Os tratados canadenses dessa época estão relacionados ao processo de reunião das colônias situadas além da fronteira setentrional dos Estados Unidos numa confederação, sem desligar-se do Império Britânico. Assim o Domínio do Canadá se formou em 1867 a partir da reunião das colônias do Baixo Canadá (daí por diante Quebec), Alto Canadá (daí por diante Ontário), Nova Scotia e New Brunswick. Prince Edward viria a juntar-se mais tarde, e Terra Nova somente em meados do século XX. Essa Confederação foi acrescida pela compra da Terra do Príncipe Ruppert, pertencente à Companhia da Baía de Hudson, isto é, todas as terras irrigadas por cursos d'água tributários dessa baía. Dedicada ao comércio de peles, a Companhia nunca fizera com os índios qualquer acordo referente à terra, uma vez que só lhe interessavam os couros e outros produtos florestais que eles traziam a seus postos. Por isso, o Domínio do Canadá se via forçado a negociar com os índios a cessão de terras que pudesse destinar à venda a colonos que iriam dedicar-se ao cultivo agrícola e à pecuária. Projetava também a construção de uma ferrovia na direção oeste até alcançar as margens do Pacífico, na Colúmbia Britânica, ao longo da qual novas províncias viriam a ser criadas. Pressionava o governo canadense o receio de que os Estados Unidos se expandisse sobre as fronteiras (tal como acontecera vinte pouco anos antes com a anexação de mais da metade do México). Por sua vez os índios estavam propensos a aceitar os tratados, entre outros motivos devido à fome que os ameaçava com o desaparecimento dos bisões e também para evitar uma violenta repressão armada semelhante à que sofriam os que estavam do outro lado da fronteira, nos Estados Unidos.

Os primeiros sete tratados se fizeram de 1871 a 1877. Eles são referentes ao sudoeste de Ontario e ao sul de Manitoba, Saskatchewan e Alberta, que seriam certamente terras passíveis de agricultura. Os tratados numerados de 8 a 11 foram acordados de 1889 a 1921. Estes correspondem às áreas setentrionais das mesmas províncias e o nº 11, a uma parte dos Territórios do Noroeste; aí, devido ao clima, a agricultura é mais difícil ou impossível. *Historical Treaties of Canada* (Indian and Northern Affairs) é um mapa das áreas a que os tratados aqui referidos se aplicam. Nota-se que algumas dessas áreas ganharam acréscimos em datas posteriores à primeira assinatura dos tratados a que correspondem. Há também outras áreas mais a leste, quase todas relacionadas a tratados anteriores a 1870.

Os tratados 1, 2, 4 e 5 foram feitos com crees e ojibwas; o tratado 3, com ojibwas; o tratado 6, com crees; o tratado 7, com blackfeet e outros; o tratado 8, com crees, denes, dogribs e outros; o tratado 9, com crees, ojibwas e outros; os tratados 10 e 11, com denes e métis. Essa informação está no texto do juiz David Arnot, Chief Commissioner for the Saskatchewan Human Rights, que tem por título "The Honour of First Nations – The Honour of the Crown: The Unique Relationship of First Nations with the Crown" [113]. Na verdade o artigo é mais sobre os cuidados que devem ter os tribunais que hoje julgam recursos que invocam os antigos tratados. Como considerar de modo adequado tratados que foram assinados por representantes da Coroa (britânica), mas apenas explicados oralmente a índios que não sabiam ler e com eles discutidos numa língua que não era a sua? A necessidade de considerar não apenas o texto, mas também o contexto. E a recente

[113] **https://www.researchgate.net/profile/Noel-Cox/publication/283652544_The_Crown_and_the_First_Nations/links/616fdc72750da711ac59bda1/**

aplicação pelos juízes de um princípio que remonta a tempos anteriores à conquista da Inglaterra pelos normandos: a honra da Coroa. Segundo tal princípio, os representantes do rei ou da rainha que negociavam os tratados com os índios estavam obrigados a agir com toda a lisura, sem tentar iludir ou enganar. Desse modo, mesmo nos dias de hoje, cabe aos juizes manter a honra da Coroa e não desdizer aquilo que foi outrora combinado. Na mesma linha vai o historiador Jim R. Miller no artigo "Aboriginal-Crown treaty-making in Canada: A many-splendoured thing", que é um excerto de um trabalho mais amplo.

As revoltas *métis* de 1869 e 1885

Na mesma época em que se assinavam os referidos tratados com os indígenas, eclodiram duas revoltas dos *métis*, motivadas pelo receio de perderem as terras que ocupavam diante dos planos de colonização do governo canadense. No que tange ao Canadá, não se pode traduzir a palavra francesa *métis* simplesmente por "mestiço". Nem todo mestiço é um *métis*. Trata-se de uma categoria étnica que engloba descendentes das relações entre brancos e índios no período colonial, no âmbito das atividades de caça e de comércio de peles, nas áreas em que atuavam os franceses. Daí o uso da língua francesa e a adesão ao catolicismo pelos *métis*. Quanto às duas rebeliões, fiz um breve resumo no capítulo Q1 das *Áreas Etnográficas da América Indígena* [114].

De 1910 a 1970

Não sei quem criou o termo indigenismo, mas tendo a associá-lo a este período, ao longo do qual em diferentes países se tomam medidas para corrigir o abandono ou o excesso de violência exercido sobre os indígenas, assumindo os Estados a responsabilidade de protegê-los e promover sua assimilação, sem abdicá-la em favor do trabalho missionário, ainda que sem proibi-lo. No Brasil surge o Serviço de Proteção aos Índios em 1910; no México se aplicam medidas no sentido de devolução de terras comunitárias e criação de ejidos de modo a atender reivindicações proclamadas durante a Revolução Mexicana; nos Estados Unidos se lança o The Indian Reorganization Act em 1934; no Canadá índios veteranos da Primeira Guerra Mundial criam sua primeira associação; em 1940 é criado o Instituto Indigenista Interamericano, a que todos os Estados do continente podiam se asssociar. Ocorrem também medidas na direção contrária, mas que não perduram, como a "termination" nos Estados Unidos, o livro branco canadense ou o projeto de emancipação do governo militar brasileiro.

Serviço de Proteção aos Índios

No Brasil o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) é criado em 1910. Um texto que relaciona a origem do SPI com as ideias, grupos de interesse, objetivos, em meio à reorganização do Estado conforme o regime republicano que se iniciava, e que acompanha sua atuação ao longo das mudanças políticas e de orientação por que passou (Revolução de 1930, Estado Novo, restabelecimento da democracia), até a extinção do órgão em 1967, é o livro de Antônio Carlos de Souza Lima, *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil* (Petrópolis: Vozes, 1995). De certo modo o artigo do mesmo autor, "O governo dos índios sob a gestão do SPI" (em

[114] **https://www.juliomelatti.pro.br/areas/q1hudson.pdf#page=2**

História dos Índios no Brasil, org. por Manuela Carneiro da Cunha, 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 155-172) [115], constitui um resumo do livro.

A Revolução Mexicana

O capítulo "La Revolución", de Javier Garciadiego, na *Nueva Historia Mínima de México Ilustrada* (México: El Colegio de México, 2008, pp. 393-467), oferece uma instrutiva visão geral sobre a complexa multiplicidade de confrontos armados em que se digladiaram distintos grupos animados por diferentes objetivos sociais, econômicos e políticos no México dos anos 1910-1917.

Um resumo desse período revolucionário pode ser encontrado no 1º capítulo da dissertação de mestrado em História de Robson Nunes da Silva, *Memórias de Outra Revolução Mexicana:* EL COMPADRE MENDOZA (1933) *e* ¡VÁMONOS COM PANCHO VILLA! (1935) (Brasília: UnB, 2012. Mas vale a pena a leitura dos demais capítulos, pois o objetivo da dissertação é a análise dos dois filmes, nomeados no seu título, dirigidos pelo cineasta mexicano Fernando de Fuentes. Esses filmes constituiriam uma crítica à ideia veiculada pelos governos seguintes à Revolução de tomá-la como um feito conjugado por todo o povo mexicano, apesar das ações divergentes dos distintos líderes, classes e grupos nela envolvidos.

Um pequeno exemplo dessa diversidade de ideais e interesses é oferecido pelo advogado mixteca Francisco Lópes Bárcenas, que, em seu artigo "Los inicios de la Revolución Mexicana entre los pueblos mixtecos" (*desInformémonos*, 20-11-2012) [116], conta como seu povo participou nos acontecimentos de 1911. Com o objetivo de recuperar suas terras açambarcadas pelos grandes proprietários, colaboraram primeiro com os madeiristas, que prometiam devolvê-las, contra os porfiristas. Mas, conforme iam percebendo que os madeiristas faziam o jogo dos grandes proprietários, deixaram-nos em favor dos zapatistas.

Mesmo após a Revolução Mexicana ocorreram movimenos sócio-religiosos. Os yaquis ainda se levantam em 1927, e os tepehuanes do sul, em 1956-1957, como indica Alicia Barabas em *Utopías Indias* [117].

Indigenismo mexicano

As mudanças na situação dos indígenas do México como decorrência da Revolução Mexicana (1910-1917) são brevemente apresentadas por Frederico Navarrete Linares no livro *Pueblos Indígenas del México Contemporáneo* (México: CDI, 2008, pp. 40-44). O artigo de Eduardo Mijangos Díaz e Alexandra Lópes Torres "El problema del indigenismo en el debate intelectual posrevolucionario" (*Signos Históricos*, vol. 13, nº 25, México 2011) mostra como os primeiros governos que sucederam a Revolução projetavam assimilar os índios, impondo-lhes o ensino do espanhol, de modo a eliminar as barreiras que suas numerosas línguas criavam entre eles e sobretudo com os outros mexicanos. Também planejavam um processo de aculturação que os afastasse do que chamavam de superstições, isto é, sua religião, que combinava antigas crenças pré-conquista com as do catolicismo popular. Pretendiam reorientar seu fechamento econômico em comunidades de modo a aproximá-los das aspirações dos mestiços, aqui tomados, não como resultantes de mescla racial, mas sim como uma camada social

[115] **http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap155-172/p155-172_Lima_O_governo_dos_indios_sob_a_gestao_do_SPI.pdf**
[116] **https://desinformemonos.org/revolucionmexicana/**
[117] **http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala**

intermediária. Ao lado dessa aculturação que atentava contra sua identidade, o governo prestigiava o glorioso passado pré-cortesiano. Os primeiros antropólogos indigenistas mexicanos não ficavam muito distantes dessas ideias. Veja-se também o texto de Caroline Faria Gomes "O discurso indigenista mexicano: práticas e contradições (1940-1960)", nos Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC, Niterói, 2014.

Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.)

Mesmo assim, a orientação indigenista mexicana gozou de amplo prestígio ao longo do século XX, e foi nesse ambiente que se realizou o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido em Patzcuaro (México), em 1940. Nessa reunião foi criado o Instituto Indigenista Interamericano, como órgão da Organização dos Estados Americanos, e cuja convenção, sujeita à aceitação de cada Estado do continente, foi promulgada pelo Brasil em 1954. A sede do Instituto se fixou na cidade do México, ainda que seus sucessivos diretores tenham sido de diversos países americanos, bem como os integrantes de sua equipe dirigente. O Instituto manteve desde 1941 até o final do século XX a revista *América Indígena* (tenho uma nota sobre a mesma) [118]. Publicou numerosos livros etnológicos sobre povos indígenas das Américas. Simultaneamente o Instituto Nacional Indigenista (INI), encarregado dos indígenas mexicanos, mantinha uma outra coleção exclusivamente sobre estes.

Ciosos do prestígio da orientação mexicana, o I.I.I. e o INI abriam as portas de seus cursos a indigenistas de outros países. Delvair Montagner, quando antropóloga do quadro da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), frequentou um deles, o "Curso-Seminário de Observação e Prática Indigenista", com uns dois meses de duração, realizado em 1975. Com base no que aprendeu e observou, escreveu o texto "Indigenismo Mexicano" (*Pesquisa Antropológica* nº 5, Brasília: 1976). O interesse do texto está nos comentários sobre o quotidiano do trabalho indigenista mexicano e na comparação com os procedimentos brasileiros. Ainda que os órgãos indigenistas de ambos os países tivessem a mesma orientação desenvolvimentista e assimilacionista, a descrição e os comentários da autora nos mostram que os mexicanos eram mais assíduos na condução dos indígenas nessa direção do que os brasileiros. Os Centros Coordenadores Indígenistas (CCI) articulavam diferentes órgãos governamentais de modo a dar aos indígenas acesso àquilo que poderia promovê-los: escolas nas comunidades para o ensino em 1º grau, albergues junto a escolas para crianças de comunidades delas desprovidas, oportunidade de uma formação profissional após o curso, inclusive financiamento para uma oficina na comunidade do interessado, ou oportunidade de fazer o ciclo seguinte e ainda o de formação de técnico bilíngue em educação indígena, ou mesmo outros cursos, como o de técnico em agropecuária e apicultura. Para os cursos mais adiantados o indígena precisava de conhecer também o espanhol. Desses cursos saíam professores indígenas e promotores culturais. Oferecia-se também crédito para escoamento da produção agrícola e artesanal; providenciava-se a construção de silos para o milho; estimulava-se a formação de grupos solidários para obter financiamento; fomentavam-se a apicultura, a criação de animais de raça e o acesso aos recursos para mantê-los saudáveis; apoiava-se a produção de café, com a instalação de viveiros de mudas. Promovia-se também o cultivo de hortas familiares e introdução de novas espécies de fruteiras. Articulavam-se os cultivadores de modo a obter fertilizanes por preços mais acessíveis. Instalavam-se torneiras, lavadouros e energia elétrica nas comunidades. Com exceção do ensino, a maior parte dos recursos oferecidos aos índios deveria ser paga por eles, ainda que por um preço bem baixo, mesmo a assistência médica. Enfim, ao que parece, os CCI não articulavam grandes projetos para

[118] **https://www.juliomelatti.pro.br/notas/revistaamericaindigena.pd**

os quais os índios eram recrutados apenas como trabalhadores, mas sim planos mais modestos que oferecessem recursos que os índios eram estimulados a procurar para realização de seus próprios projetos individuais, familiares ou comunitários. O texto faz referência à compra de terras por índios, mas nada diz sobre as terras comunais, nem como eram governadas e administradas, talvez porque não estivessem no âmbito das atribuições dos CCI. Enfim, suponho que cursos como esse seriam o veículo da sugestão mexicana para o trabalho indigenista nos outros países americanos.

Revolução Boliviana de 1952

Ainda procuro um texto que ponha em destaque a participação indígena nesse movimento. Para um panorama geral, ler "La Revolución Boliviana de 1952", de Matías Rivas, para a cátedra Historia Social Geral da Universidade de Buenos Aires [119].

Reorganização dos índios norte-americanos

Em consequência das leis promulgadas no século XIX, principalmente o Dawes Act de 1887, os índios perderam cada vez mais terras e se empobreceram. Sua situação se tornou ainda mais grave a partir da grande depressão de 1929, que afetou toda a população norte-americana, e mais ainda os índios, que começaram a passar fome. Por isso uma das medidas tomadas para enfrentar a severa crise econômica os teve como alvo: em 1934 o Congresso aprovou o Indian Reorganization Act.

Frederick E. Hoxie, no texto "The Goals of the Indian Reorganization Act" [120], destaca três grandes objetivos dessa lei. O primeiro foi parar o loteamento das terras indígenas, que vinha sendo praticado desde a citada lei de 1887, a qual determinava a divisão de cada território tribal em lotes, de modo a distribuí-los aos índios em caráter individual, rompendo com a posse comunitária da terra, e destinando os restantes à venda para não índios. O segundo foi tornar possível a organização de governos e corporações tribais com o reconhecimento federal. O terceiro foi estabelecer a compatibilidade entre a identidade indígena e a cidadania norte-americana.

John Collier, fundador e presidente da American Indian Defense Association, esforçou-se na terceira década do século XX em reunir ambientalistas, humanitários e políticos simpáticos à causa de proteger os índios contra a exploração e abusos. Nomeado Commissioner of Indian Affairs por Franklin Roosevelt em 1933, ocupou o cargo por doze anos. As propostas de Collier foram incorporadas ao projeto que resultou no Indian Reorganization Act, e ele se esforçou para divulgá-lo entre os índios e convencê-los a aproveitar as oportunidades que abria. Nessa tarefa teve como auxiliar importante o escritor D'Arcy McNickle [121].

O texto de Hoxie, que prima pela clareza, foi lido e discutido numa audiência perante o Committee on Indian Affairs do Senado dos Estados Unidos em 2011, tal como as contribuições de outros participantes, inclusive indígenas, na sessão comemorativa "The Indian Reorganization Act − 75 Years Later: Renewing Our Commitment to Restore Tribal Homelands and Promote Self-determination" (Washington: U.S. Government Printing Office, 2012) [122].

---

[119] **https://pt.scribd.com/doc/9199505/La-Revolucion-Boliviana-de-1952**

[120] **http://www.indian.senate.gov/sites/default/files/upload/files/Frederick-Hoxie-testimony.pdf**?

[121] Os pais de D'Arcy McNickle se consideravam métis (sua mãe era cree canadense) e se refugiaram na Flathead Reservation, em Montana, depois da rebelião de Riel em 1885. Nessa reserva nasceu D'Arcy em 1904 e nela foi arrolado: **http://nativeamericannetroots.net/diary/590**

[122] **https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CHRG-112shrg68389/pdf/CHRG-112shrg68389.pdf**

Termination

Entretanto o atualmente festejado Indian Reorganization Act esteve perigando entre 1953 e 1970 devido a certas medidas tomadas pelo governo norte-americano que ficaram conhecidas como "Termination". No capítulo A2 das *Áreas Etnográficas* faço um resumo do que D'Arcy McNickle diz a respeito no seu já citado livro. Repito-o aqui:

"Porém, nem se tinham passado vinte anos e providências negativas voltam a ser tomadas. Em 1953 o congresso norte-americano transfere aos estados a jurisdição sobre as questões civis e criminais das reservas, pois até então as tribos tinham nelas exercido o poder de polícia, com exceção dos crimes maiores. Também declarou que o mais cedo possível os índios deveriam ser liberados da supervisão e controle federais e recomendou ao Secretário do Interior rever as leis e tratados existentes, de modo a propor emendas e anulações que desobrigassem os Estados Unidos. E ainda, em 1954, autorizou os Estados Unidos a terminar sua responsabilidade com duas grandes tribos, os Menominee e os Klamath, além de vários grupos menores. É o tempo das medidas políticas relativas a índios que ficaram conhecidas como "termination" (McNickle, 1973, pp. 103-112). Segundo Laurence Hauptman (1992, pp. 329-330) [123], a legislação da "termination" se distribuía em quatro categorias: 1) fim dos tratados e responsabilidades com certas nações indígenas específicas; 2) abolição das leis federais que punham os índios à parte dos outros cidadãos norte-americanos; 3) suspensão das restrições da guarda e supervisão federais relativas a certos indivíduos indígenas; e 4) transferência dos serviços a cargo do BIA (Bureau de Assuntos Indígenas) para outras agêncais federais, estaduais, locais, ou ainda para as próprias nações indígenas. Essas leis, nos períodos presidenciais de Truman e de Eisenhower, retiraram o reconhecimento federal de 109 grupos indígenas, num total de 13.263 indivíduos, que possuiam 1.365.801 acres (552.712 hectares) de terra; removeram restrições de modo a facilitar o arrendamento e venda das terras; transferiram responsabilidades do BIA para o Departamento de Saúde, Educação e Bem Estar; e criaram programas para encorajar a migração de índios das reservas para as áreas urbanas. Até mesmo a criação da Comissão de Demandas Indígenas em 1946 relacionava-se aos esforços do Congresso para desligar os Estados Unidos das questões indígenas.

Mas em 1961 o governo Kennedy começa a levantar questões sobre a "termination", sobretudo quanto a prováveis efeitos inadvertidos que levariam no futuro a possíveis cobranças de indenizações. No mesmo ano, uma reunião com representantes de 70 tribos, realizada na Universidade de Chicago, elaborava a Declaration of Indian Purpose. E em 1965 o Economic Opportunity Act autorizava fundos para programas adaptados às necessidades indígenas e dava apoio a projetos propostos e administrados pelas próprias organizações indígenas, sem interferência do Bureau of Indian Affairs. E as mensagens presidenciais de Johnson e Nixon, respectivamente em 1968 e 1970, denunciavam a política da "termination" (McNickle, 1973, pp. 115-126)."

Após 1970

Ao iniciar-se o último terço do século XX, o ativismno indígena começa a ganhar força sobretudo a partir de manifestações nos Estados Unidos, como a ocupação da ilha de Alcatraz na baía de San Francisco, a marcha sobre Washington, a invasão do Bureau of Indians Affairs, a ocupação de Wounded Knee.

[123] HAUPTMAN, Lawrence M. 1992. "Congress, plenary power and the American Indian, 1870 to 1992". Em *Exiled in the Land of the Free: Democracy, Indian Nations and the U.S. Constitution* (Oren R. Lyons & John Mohawk, orgs.). Santa Fé: Clear Light. pp. 317-336.

Entre os não índios começam a despontar com mais veemência as críticas que havia muito se faziam ao indigenismo assimilacionista, às interferências impositivas dos missionários nos ritos, na organização familiar, na composição das residências dos grupos indígenas entre os quais trabalhavam, às deficiências dos órgãos governamentais encarregados da saúde, instrução, defesa das terras dos povos indígenas. Tais críticas partiam sobretudo de etnólogos, que as dirigiam também a si mesmos, por não assessorarem os índios, entre os quais faziam pesquisa, na procura de soluções para seus problemas mais prementes [124]. Entre missionários e indigenistas havia aqueles que também faziam essas críticas ou as recebiam bem.

O movimento indígena nos Estados Unidos

Em "Recognition Deserved: The Impacts of the Native American Occupation of Alcatraz 1969-1971" (*Student Research Conference on President Nixon and his Era*, na Richard M. Nixon Presidential Library and Museum, em 27/04/2012), Michael Amarilla faz uma descrição comentada dessa manifestação. A pequena ilha de Alcatraz fica na entrada da baía de San Francisco, na Califórnia. Seu relevo acidentado não parece ter abrigado índios em ocupação permanente, prestando-se somente a repouso, pernoite, apoio à atividade de pesca ou coleta de ovos. Mas é um lugar que oferece bastante visibilidade para uma manifestação política. Como objeto de manifestação, Alcatraz foi ocupada três vezes: a primeira em 1964 por cinco sioux, outra (também em 1964?) por 40 indígenas, em ambas sendo de lá removidos depois de poucas horas. Mas a terceira durou de 20/11/1969 a 11/06/1971, inicialmente com 78 participantes, que chegaram a alcançar 200 no clímax da manifestação. A justificativa nas três ocupações era a de que o Tratado do Forte Laramie, de 1868, entre os sioux (dakotas) e os Estados Unidos, teria estabelecido que qualquer terra não utilizada ou sobressalente podia ser devolvida aos sioux (é difícil acreditar que um tratado assinado no norte das Planícies iria dispor sobre terras não habitadas por sioux no litoral do Pacífico). O êxito da ocupação da ilha de Alcatraz foi a atenção que recebeu da mídia, as manifestações de apoio moral e material de índios ou não, e ter contribuído para o crescimento da confiança dos indígenas do país de que era possível reverter uma parte das perdas de terra e caminhar para a auto-determinação.

O American Indian Movement estava em formação durante a ocupação de Alcatraz. E a partir daí tornou-se muito ativo nas manifestações seguintes. Uma delas foi a marcha para Washington em 1972, chamada Trail of the Broken Treaties (Trilha dos Tratados Desfeitos), para onde levariam um documento de vinte itens explicitando as necessidades indígenas. Como a polícia se fizesse presente no edifício do Bureau of Indian Affairs, os índios barricaram as portas e ocuparam o prédio por sete dias.

Outra foi a ocupação de Wounded Knee, dentro da reserva de Pine Ridge, no sudoeste de Dakota do Sul, em 27/02/1973, local do histórico massacre sofrido pelos sioux em 1890. Essa ocupação durou 71 dias, terminando com dois índios mortos e 237 presos. Mas sobre essa manifestação encontramos mais detalhes num outro trabalho, de

[124] A primeira vez que tomei conhecimento de um projeto de alguém em favor dos índios entre os quais fazia pesquisa etnológica foi em 1967, quando vi o gado que a antropóloga Vilma Chiara, então do Museu Paulista, tinha entregado aos índios craôs, do norte do Estado de Goiás (hoje dele destacado como Estado do Tocantins): 250 reses, compradas com recursos conseguidos junto ao Comité contre la Faim dans le Monde. O gado fora doado a duas aldeias, 200 cabeças a uma e 50 à outra, com a promessa de serem obtidas mais reses para as demais. A posse e o cuidado dos animais cabiam coletivamente aos habitantes de cada aldeia aquinhoada. Mas impaciência das outras aldeias na espera de sua parte levou ao abate e consumo mal controlado das reses. Apesar de não produzir os resultados esperados, o projeto constituiu estímulo para a elaboração de outros.

Sonya Scott, "An Examination of the Causes of Wounded Knee 1973: a Case of Intra-tribal Conflict or Response to Federal Policies toward Indians?" (*Historia*, vol. 17, pp. 25-46, Eastern Illinois University, 2008) [125]. Nos anos 1970, Pine Ridge tinha 11.000 oglalas e 4 mil milhas quadradas (6.437 km²). Não entendi, entretanto, as medidas em acres de posse do governo tribal, de posse dos índios e de posse dos brancos (p. 27), pois somam muito mais do que o total da área da reserva. Das terras de posse dos índios, 83% estavam arrendadas (*leased out*) devido a sua pobreza. Os índios que vendiam ou arrendavam suas terras tinham de procurar emprego na agência de Pine Ridge. O chairman de Pine Ridge, o indígena Dick Wilson, tinha sido eleito com o apoio dos rancheiros brancos e os votos dos índios "mixed blood". Sua política era de concessões aos brancos, com o tácito apoio do Bureau of Indian Affairs, que fazia ouvidos moucos às reclamações dos "full blood". Dick Wilson temia a ação do American Indian Moviment, perseguindo com violência todos aqueles que lhe davam apoio, tendo criado inclusive uma milícia, os Guardians of the Oglala Nation. O clímax da insatisfação dos índios tradicionais para com Dick Wilson foi quando ele aceitou compensação monetária em vez da devolução de Black Hills aos índios, montanhas que tinham sido usadas como área de exercício de tiro durante a Segunda Guerra Mundial. Então a Oglala Sioux Civil Rights Organization pediu o impeachment dele. Os órgãos do governo, entretanto, só davam ouvidos aos pretextos levantados por Wilson para adiar a decisão e procuravam bloquear o apoio do American Indian Movement aos sioux tradicionalistas. O apoio sem disfarce do governo ao chairman autoritário e corrupto levou os índios a ocuparem Wounded Knee.

Sonya Scott argumenta que não se pode compreender a ocupação de Wounded Knee como decorrente apenas do confronto entre forças políticas locais. Ela resulta de três medidas gerais tomadas pelo governo desde longa data:

a) O Dawes Allotment Act de 1887 promoveu o loteamento das terras indígenas, impondo a aceitação do lote como condição para receber a cidadania norte-americana, pondo os lotes excedendes à disposição de quem quisesse comprar. Também criou as listas de integrantes das tribos indígenas, classificando seus membros biologicamente numa gradação de "full-bloods" e um número limitado de níveis de "mixed-bloods", retirando dos povos indígenas o direito de aceitarem os descendentes de uniões interétnicas segundo seus próprios critérios. Assim, filhos de brancos casados com mulheres indígenas com o único objetivo de acesso a suas terras passaram a integrar povos indígenas, dividindo, no caso de Pine Ridge, os residentes em duas facções com interesses diversos, os full-bloods e os mixed-bloods.

b) O Indian Organization Act de 1934, que tinha objetivos mais generosos de seu idealizador, John Collier, foi reduzido a um plano para reverter os loteamentos, estabelecer governos tribais democraticamente eleitos e transformar as reservas em corporações isentas de taxas e habilitadas a se candidatarem a programas federais. Sua aceitação pela reserva de Pine Ridge foi decidida pelos "mixed-bloods", pois os "full-bloods", que não aceitavam o critério da maioria, mas sim do consenso, recusaram-se a votar. Além disso, argumentavam, a decisão por votos sempre favoreceria os "mixed-bloods", que já tinham vendido suas terras e dependiam de donativos das agências. Consideravam os Tratado do Forte Laramie, de 1868, a única base para as negociações entre os Estados Unidos e os Lakotas.

[125] **http://www.eiu.edu/historia/Historia2008Scott.pdf**

c) A política de *termination* dos meados do século XX, que tinha por objetivo a extinção das reservas, para isso preparando os índios com programas de alocamento e treinamento para empregos, teve um resultado inesperado, que foi a emergência de uma consciência supra-tribal, com jovens urbanos desejosos de descobrir a identidade indígena que lhes tinha sido negada, retornado às reservas para aprender sobre suas culturas e línguas. Foram esses jovens que deram origem e fortaleceram o American Indian Movement. Um deles era Russell Means, nascido em Pine Ridge. Muito das ações arbitrárias do chairman Dick Wilson eram motivadas pelo receio de que Russell Means viesse a disputar a eleição seguinte.

A 1ª Reunião de Barbados

A Reunião de Barbados foi um simpósio organizado pelo Instituto de Etnologia da Universidade de Berna e realizado em Bridgetown, em Barbados, nas Antilhas, de 25 a 31 de janeiro de 1971, sob os auspícios do Programa para Combater o Racismo e da Comissão das Igrejas sobre Assuntos Internacionais do Conselho Mundial de Igrejas. Desse simpósio resultou o volume *La Situación del Indígena en América del Sur: Aportes al Estudio de la Fricción Inter-étnica en los Indios No-andinos*, organizado por Georg Grünberg (Montevidéu: Tierra Nueva, 1972), que contém artigos escritos por diferentes pesquisadores sobre a situação dos indígenas em dez países sul-americanos. Nas páginas 499-508, o volume apresenta a "Declaração de Barbados"**,** manifestação assinada por participantes do simpósio.

Sobre a Reunião de Barbados há um depoimento de Miguel Bartolomé, colaborador do volume e um dos signatários da Declaração, tomado em vídeo por Gabriel Alvarez [126].

O movimento indígena no Brasil

Apesar da ditadura militar que governou o Brasil por vinte anos a partir de 1964, foi nesse período que os índios e aqueles que os apoiavam começaram a tomar iniciativas em prol de mais autonomia, autodeterminação, demarcação e defesa de seus territórios, atendimento à saúde e instrução escolar. No seio da Igreja Católica se formou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que organizou as primeiras assembléias indígenas, eventos de que participavam representantes de diferentes povos indígenas, que assim tinham oportunidade de se conhecerem, trocarem informações e imaginarem soluções para seus problemas. Sobre o tema há um artigo de Poliene Soares dos Santos Bicalho, "Assembleias indígenas – O advento do movimento indígena no Brasil" (OPSIS, vol. 10 nº 1, pp. 91-114, Catalão: UFG, 2010) [127].

Por iniciativa de pesquisadores e simpatizantes, começaram a aparecer as primeiras organizações de apoio aos índios em geral ou a determinados povos, de amplo espectro ou voltadas para problemas específicos. Várias das que surgiram inicialmente já desapareceram, e as atuais estão enumeradas, cada qual descrita sumariamente, em *Povos Indígenas no Brasil* (Instituto Socioambiental – ISA) [128].

Os próprios indígenas passaram a criar suas organizações, que hoje são inúmeras. Certos povos têm mais de uma, assim como há associações que atendem a interesses de

[126] **https://vimeo.com/62885968**
[127] **https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/9553/8474**
[128] **https://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/a-sociedade-civil/lista-de-organizacoes-de-apoio-aos-povos-indigenas-**

mais de um povo. O referido site *Povos Indígenas no Brasil* [129] oferece a lista dessas associações por estados.

Índios e seus apoiadores acompanharam os trabalhos da assembleia constituinte com interesse, de modo que a resultante Constituição de 1988, dedicando aos índios o Capítulo VIII, constituído pelos Artigos 231 e 232, atendeu suas principais reivindicações.

Cursos universitários especialmente destinados a um ou mais povos indígenas foram criados bem como se estabeleceram cotas para índios nas universidades.

O índio em algumas constituições latino-americanas

O livro organizado por Alcida Ramos, *Constituições Nacionais e Povos Indígenas* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012) [130], reúne textos que comentam as disposições das cartas magnas da Venezuela, Colômbia, Argentina e Brasil sobre os direitos indígenas, ou mesmo a ausência delas, como no caso da constituição do Chile, e até que ponto são efetivadas. Esses textos resultam de um simpósio internacional sobre o tema realizado na Universidade de Brasília em 2007, também de iniciativa de Alcida Ramos. A situação de cada país é examinada em dois textos, um de autor indígena e outro de um não índio: a da Venezuela por Simeón Jiménez Turón (iecuana) e Nelly Arvelo-Jiménez; a da Colômbia por Lorenzo Muelas Hurtado (guambiano) e Myriam Jimeno; a do Chile por Rosamel Millaman Reinao (mapuche) e José Aylwin; a da Argentina por Cecilio Melillan (mapuche) e Claudia Briones; e a do Brasil por Gersem Baniwa (baníua) e Deborah Duprat. Os autores indígenas do Chile, da Argentina e do Brasil têm formação universitária, mas não falta aos da Venezuela e da Colômbia experiência nas lides da política indígena, tendo sido o da Colômbia representante dos povos indígenas na assembleia constituinte de seu país em 1991.

Não há como resumir aqui os textos componentes dessa coletânea, mas em compensação eles podem facilmente ser acessados na internet. Eles mostram que, com exceção do Chile, os países focalizados têm os indígenas considerados em suas constituições. Quanto à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais [131], os capítulos explicitam que a Argentina e o Brasil a ratificaram, deixam supor que a Colômbia também o fez, omitem a opção da Venezuela e apontam a resistência do Chile a aceitá-la. Em todos esses países há leis específicas, em vigor ou em projeto, com disposições, nem sempre de grande amplitude, no sentido de devolver terras ilegalmente arrebatadas dos indígenas, reconhecê-las como território a ser por eles administrado, legitimar o uso e ensino de suas línguas, aceitar suas leis consuetudinárias, entre outros direitos. Mas, por outro lado, há grande dificuldade em aplicar essas leis ou aprovar esses projetos por diferentes motivos, como resistência de empresários agrícolas ou de empresas de mineração, conflito com os princípios que regem o sistema jurídico do Estado, disputa de jurisdição entre a união federal e as suas unidades, preconceitos raciais e etnocêntricos. Uma boa parte do capítulo escrito por Claudia Briones ilustra vivamente esses problemas ao reproduzir e comentar opiniões proferidas

[129] **https://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/organizacoes-indigenas/lista-de-organizacoes**

[130] **https://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Constituicoes_Nacionais_e_Povos_Indigenas.pdf**

[131] **http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf**

na câmara de deputados e no senado argentinos, na discussão de projetos relativos a indígenas (pp. 165-193).

Na nota 8 de sua Introdução ao volume, Alcida Ramos faz referência a um segundo simpósio realizado em 2008 na Universidade de Brasília, com o tema "Povos Indígenas e Poder Político", que teve palestrantes, tanto indígenas como não indígenas, da Guatemala, Nicarágua, Equador, Peru, Bolívia e Paraguai. E promete que seus trabalhos serão incluídos num futuro volume.

Massacres, sobretudo de maias, na Guatemala

No texto "La Violencia (Guatemala)" (*Encyclopedia of Latin American and Caribbean Anthropology*, 2012), Ceanna Fried e Fiona Mills mostram que, nos 36 anos de guerra civil na Guatemala (de 1960 a 1996), os assassinatos, torturas, sequestros, desaparecimentos, arrasamento de aldeias incidiram principalmente sobre os indígenas, como põe em evidência o mapeamento dessas ocorrências. Mapas de atrocidades específicas em regiões que têm população indígena acima de 50% indicam que sua maioria teve lugar em suas comunidades. Em quatro regiões onde a maioria das atrocidades ocorreu, 98 a 99% da população era indígena. Considerando os indígenas como simpatizantes da guerrilha, o governo guatemalteco quis eliminar esse potencial suporte de massa destruindo mais de 400 de suas aldeias nas terras altas do ocidente do país. As autoras se demoram nos assaltos às aldeias de Ixcán e Tzalalá. A política de terra arrasada tinha como alvo empurrar guerrilheiros e indígenas na direção da fronteira com o México. Enfim, no que tange aos indígenas (as autoras nunca os chamam de maias), esse período se constitui num genocídio.

Apesar dos acordos de paz de 1996, a guerra civil deixou um "legado do terror", com aumento da taxa de assassinatos, multiplicação de gangs reprimidas pela "mano dura", ou seja, uma atuação policial ostensiva e pouco controlada pelos princípios legais, mais repressiva do que preventiva. Não entendi bem os que as autoras quiseram dizer ao endossar a afirmação de Beatriz Manz de que a nova onda de crimes comuns ainda se distribui segundo linhas étnicas (incidiria mais sobre vítimas indígenas?). A violência também afetaria a vida política: nas eleições de 2007 mais de 50 candidatos foram mortos.

Uma outra questão relativa a esse período posterior à guerra civil é abordada por Julieta Carla Rostica em "Las organizaciones mayas de Guatemala y el diálogo intercultural" (*Política y Cultura* 27: 75-97, México: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco, 2007) [132]. Ela também lembra que 81% das 200 mil mortes e desaparecimentos resultantes do conflito armado se concentraram nos anos de 1981 a 1983. E que 83,3% do total foram sofridas pelos maias em atos de extrema crueldade e violência, classificáveis como genocídio. Mas o que a ela interessa são as organizações maias surgidas após o conflito cujas demandas são de caráter étnico e voltadas para dois problemas básicos: o racismo e a propriedade da terra. Durante as conversações entre as organizações insurgentes e o governo no processo de paz mediado pelas Nações Unidas em 1994-1996, as organizações maias se entrosaram numa Coordinadora de Organizaciones del Pueblo Maya de Guatemala (Copmagua). Uma das reivindicações indígenas era o reconhecimento do direito consuetudinário maia, que faz sentido quando referido à comunidade e não a indivíduos isolados. Entre os direitos humanos do povo maia destacavam o direito à existência como povo, à diferença étnica e cultural, à autodeterminação política e autogoverno e à autonomia econômica. Uma vez que a Constituição de 1985 reconhecia os indígenas, e que a Guatemala tinha ratificado o

[132] **http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26702705**

Convênio 169 da OIT sobre *Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes*, as propostas maias foram aprovadas pelo Congresso em 1998. Mas tiveram de ser submetidas a um plebiscito realizado em 1999, no qual houve grande abstenção e, entre os que votaram, 55% optaram por rejeitá-las.

Rememorando a cadeia de acontecimentos de que essa derrota faz parte, a autora refere-se a uma época em que os ejidos e propriedades comunais foram fracionados e vendidos, com a expulsão de grande número de maias de suas terras e desarticulação de suas comunidades. Mas na chamada "revolução de outubro" (1944-1954) se decretou a reforma agrária, com a desapropriação de grande quantidade de terras, que foram distribuídas a camponeses pobres e também aos sem terra. Além disso se introduziu na Constituição o conceito de função social da propriedade da terra. Ela assentou as bases para uma organização camponesa de grande tamanho e poder jamais visto antes na Guatemala. Porém o golpe de estado de 1954 devolveu 79% das terras expropriadas a seus antigos donos e retirou da Constituição a noção de função social da terra, reprimindo a organização camponesa. Só 8,9% foram beneficiados pelos programas de distribuição de terras entre 1955 e 1964. A partir daí desenvolveu-se um processo que culminou com a ditadura das forças armadas. Inicia-se a violência, o terror e a campanha de terra arrasada já referidos. A elite econômica consolidou seu poder com o controle direto e indireto do Estado, iniciando um modelo de acumulação baseado na industrialização substitutiva de importações, e fazendo alianças com o capital estrangeiro, a CIA, o exército e a política contra-insurgente. É essa elite que promove a oposição à ratificação do Convênio 169 da OIT e às propostas maias.

Rebelião zapatista em Chiapas

Quando se estava em vias de chegar a um acordo de paz na guerra civil da Guatemala, no outro lado da fronteira, no estado mexicano de Chiapas, também uma área habitada por povos maias, levanta-se o Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), bem no início de 1994. No capítulo N1 de *Áreas Etnográficas da América Indígena* fiz um pequeno resumo dos motivos que levaram a esse movimento e de suas reivindicações com base nos textos de Alícia Barabas, "La Rebelión Zapatista y el movimiento indio en México" (*Série Antropologia* 208, Brasília: UnB-ICS-DAN, 1996) [133], e de Miguel Alberto Bartolomé, "Movimientos etnopolíticos y autonomías indígenas en México" (*Série Antropologia* 209, Brasília: UnB-ICS-DAN, 1996) [134], cuja leitura recomendo.

É digno de nota que que neste período, em que os índios levantam reivindicações de caráter político e desenvolvem argumentos jurídicos em favor de seus direitos, ainda tenha ocorrido no México pelo menos um movimento sócio-religioso, o dos chinantecos, no estado de Oaxaca (1972-1973). Como se desencadeou quando Alícia Barabas fazia pesquisa entre eles, ela pôde nos oferecer uma descrição detalhada do mesmo em *Utopías Indias* [135].

O livro branco do governo canadense

O parágrafo seguinte é repetição do que escrevi no capítulo A2 de *Áreas Etnográficas da América Indígena*:

"Em 1969, o governo do primeiro ministro Pierre Trudeau, no livro branco (white paper) *Statement of the Government of Canada on Indian Policy*, propunha que o Indian Act fosse abolido bem como o Department of Indian Affairs and Northern Development.

[133] **http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie208empdf.pdf** A Série Antropologia está com problemas.
[134] **http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie209empdf.pdf** A Série Antropologia está com problemas.
[135] **http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1263&context=abya_yala**

O termo "índio" seria despido de todo e qualquer significado constitucional ou legal, permanecendo apenas como designação étnica ou cultural, sem maior peso. Surpreendentemente em 1982 a Rainha Elizabeth II proclamava a nova constituição do Canadá, de cuja elaboração o mesmo Trudeau fora um dos principais responsáveis, que reconhecia os povos aborígines e fortificava seus direitos e tratados (Gibbins, 1986, p. 302) [136]. Assim o Canadá passava de uma orientação semelhante à da política da "termination" nos Estados Unidos para o pleno reconhecimento dos direitos dos nativos e do respeito aos tratados com eles acordados. O artigo de Gibbins (1986) é uma análise dessa guinada de opinião dos mesmos líderes políticos. Segundo esse autor, por mais dinâmico que fosse o movimento indígena, ele não teria forças para provocar essa mudança se não fosse apoiado por uma combinação complexa de outras forças e interesses que o governo federal procurava ganhar para pressionar governos provinciais recalcitrantes a aceitar seu pacote constitucional. Daí o abrigo que a nova constituição deu aos direitos indígenas, à igualdade de gêneros, ao multiculturalismo, entre outros (p. 306)."

The Canadian Encyclopedia tem um bem explicado verbete sobre "The White Paper, 1969" [137]. Já o artigo de Roger Gibbins, "Canadian Indian Polity: The Constitutional Trap" (*The Canadian Journal of Native Studies*, vol, 4, nº 1, pp.1-9, 1984), sobre as sequelas deixadas nas aspirações indígenas pelo malogrado White Paper, creio que só pode ser bem compreendido por aqueles que acompanham mais as discussões legais que lhes dizem respeito.

Tabela inicial

[136] GIBBINS, Roger. 1986. "Canadian Indians and the Canadian Constitution: A difficult passage toward an uncertain destination". Em *Ardous Journey: Canadian Indians and Decolonization* (org. por J. Rick Ponting). Toronto: McClelland & Steward Inc. pp. 302-316.

[137] **http://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/the-white-paper-1969/**